



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0453/13	DATA: 07/05/2013
INÍCIO: 14h45min	TÉRMINO: 19h29min	DURAÇÃO: 04h44min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h44min	PÁGINAS: 103	QUARTOS: 57

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WILSON VAZ DE ARAÚJO - Diretor do Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura (representante, neste evento, do Sr. Neri Geller, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

JENNER GUIMARÃES DO RÊGO - Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional.

JOÃO LUIZ GUADAGNIN - Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

EDILSON SILVA FERREIRA - Superintendente de Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

HENRIQUE JORGE TINOCO DE AGUIAR - Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE.

MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Paraíba, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil — CNA.

ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS - Superintendente Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil — CNA.

SUMÁRIO: Debate do endividamento dos produtores rurais do Nordeste devido a problemas afetos à seca e ao abastecimento de água na Região.

OBSERVAÇÕES

Audiência Pública com participação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

Houve exibição de vídeo.

Há oradores não identificados em breves intervenções.

Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Giacobbo) - Senhoras e senhores, boa tarde. Peço atenção dos nobres pares, das senhoras e dos senhores.

Convido o Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para fazer parte da Mesa. Senador Benedito. *(Pausa.)*

Declaro aberta a reunião ordinária de audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com a participação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, convocada para debater o endividamento dos produtores rurais do Nordeste devido a problemas afetos à seca e ao abastecimento de água na Região.

Esta audiência pública foi proposta pelos Deputados Raimundo Gomes de Matos, do PSDB do Ceará, e Luis Carlos Heinze, do PP do Rio Grande do Sul.

Foram convidados para participar desta audiência os senhores: Neri Geller, Secretário de Política Agrícola do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Jenner Guimarães do Rêgo, Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério de Integração Nacional; João Luiz Guadagnin, Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Edilson Silva Ferreira, Superintendente de Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB); Henrique Jorge Tinoco de Aguiar, Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e Mário Borba, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba, representando a CNA.

Justificaram ausência os seguintes órgãos: Ministério da Fazenda; Banco do Brasil; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Instituto Nordeste de Cidadania e Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará.

Convido todos os nominados para tomarem assento à mesa.

Antes de iniciar nossa reunião, quero passar a presidência dos trabalhos ao nosso Senador Benedito de Lira, que vai presidir nossa reunião.

Senador, V.Exa. tem a palavra e pode sentar-se aqui. *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Senador Benedito de Lira) - Srs. Deputados, Srs. Senadores, companheiros, convidados, representantes dos maltratados trabalhadores deste País.

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, através das suas respectivas Comissões de Agricultura, vêm debatendo uma coisa que, infelizmente, não deveríamos mais tratar. É um assunto recorrente ao longo dos anos. E o que me causa estranheza, por exemplo, é a ausência de representantes do Banco Central e de representantes das entidades do Governo que têm ligação direta com o que vamos tratar aqui hoje. Está aqui agora o representante do Ministério da Agricultura, Wilson Vaz.

Mas vamos fazer aqui um debate, que é exatamente um assunto que tem chamado atenção de todos, particularmente dos agricultores do Semiárido brasileiro, que, verdadeiramente, não têm mais o que fazer.

Eu tive informação hoje, que me chamou muito a atenção, e gostaria de repassá-la. Eu tenho a ligeira impressão de que quem deu essa informação, Heinze, à Presidenta Dilma está enganando-a, porque a Presidenta está com os olhos direcionados para esse tipo de ação que está acontecendo.

O que é que me chegou hoje? Vamos dar um exemplo: um agricultor da Paraíba vai ao Banco do Nordeste ou ao Banco do Brasil reivindicar o empréstimo. Ele vai tomar emprestado esse dinheiro pagando juros de 3% ao ano. Mas se esse mesmo agricultor ou outro agricultor da Paraíba, de Alagoas, de Pernambuco, da Bahia ou de onde quer que seja, renegociar a dívida, conforme disseram à Presidenta, com o prazo de 10 anos para pagar, ele vai renegociar com juros da ordem de 8,75%. Como é que pode? Dinheiro novo, 3%; renegociar o que está devendo, 8,75%.

Eu acho que o Governo não está sendo informado exatamente disso. Espero que ela não esteja sabendo disso, porque aí iremos adotar alguma providência no sentido de que ela saiba do que está acontecendo. Infelizmente aqui os agentes financeiros não vieram.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Senador Benedito de Lira) - Está aqui o Banco do Nordeste? Perdão. A informação lida pelo Deputado Giacobbo foi a de que Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Banco Central não tinham comparecido.

Companheiros, vamos iniciar nossa audiência pública. Antes de conceder a palavra ao primeiro debatedor inscrito, vamos passar um vídeo para que todos tomemos conhecimento exatamente do que está acontecendo.

(Segue-se exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Benedito de Lira) - Dando sequência à nossa audiência pública, gostaria de dar uma informação. Vamos disponibilizar 15 minutos a cada palestrante, por conta do número de pessoas que irão se manifestar. Depois, então, abriremos o debate, para que os Srs. Deputados e Senadores possam dirigir a palavra e indagações aos palestrantes.

Também seria interessante — mas quero submeter isso à anuência do Plenário e ver se todos os Deputados concordam com o que quero propor — que nós também ouvíssemos as manifestações. Os Deputados concordam? Quero propor o seguinte: que possamos ouvir as manifestações dos representantes das Federações ou de pessoas que saíram dos diversos Estados do Nordeste. Seria um depoimento de, no mínimo, 5 minutos. *(Palmas.)*

Não havendo contrariedade dos Srs. Parlamentares, declaro aprovada a sugestão.

Concedo a palavra ao primeiro palestrante, Sr. Wilson Vaz de Araújo, representante do Ministério da Agricultura. Mais precisamente, ele representa aqui o Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller. O senhor dispõe de 15 minutos para fazer sua manifestação.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO - Boa tarde a todos.

Peço desculpas por ter chegado um pouco atrasado. Na verdade, vacilei um pouco no Plenário 6. Felizmente, este tema aqui é muito delicado, mas o dali também me parece ser um tema muito sensível.

Cumprimento o Senador Benedito de Lira, na condição de Presidente da Comissão de Agricultura e, em sua pessoa, todos os Parlamentares, Deputados e Senadores presentes, os colegas da Mesa, seja das Superintendências, seja da SUDENE, seja do Banco do Nordeste, seja do Ministério da Integração Nacional, o



colega Mário Borba, da Federação da Agricultura, e, em sua pessoa, os demais Presidentes de Federação de Agricultura.

Realmente, o que ocorre há algum tempo na Região Nordeste deixa todos nós, gestores de políticas públicas ou formuladores de políticas públicas, em situação bastante desconfortável, porque, depois de sucessivos anos e sucessivos planos safras, anunciamos volumes expressivos de recursos para a agricultura brasileira, mas, na verdade, devido a razões muito específicas, pouco chega ao alcance da Região Nordeste e, com pouco menos densidade, da Região Norte.

A situação de endividamento e de dificuldade — entra e sai ano em situação de secas sucessivas, como a que estamos vivenciando agora — fica ainda mais evidente ainda, em que pesem todos os esforços feitos no âmbito dos agentes financeiros, particularmente Banco do Nordeste e Banco do Brasil, que também atua em algumas áreas da Região Nordeste; do Ministério da Integração Nacional; do Ministério de Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Agricultura.

Desde 1995 há o processo de renegociação de dívidas, mas não surtiram plenamente os efeitos que se esperava com securitização, PESA e outros desdobramentos ocorridos posteriormente em termos de negociação de dívidas.

Mais recentemente, todo o mundo acompanhou, por força da situação atual, as medidas adotadas pelo Governo no sentido de retirar da situação presente as dívidas que estão vencendo. Mas, em geral, quando se fala em crédito, em financiamento, estão se considerando os créditos que de certa forma são controlados pelo Governo: o crédito rural e os recursos dos fundos constitucionais.

Quando se fala em crédito rural, fala-se em operações financiadas por meio de fontes de exigibilidades bancárias, dos bancos de modo geral; em recursos do sistema BNDES, que são equalizados pelo Tesouro Nacional; em recursos dos fundos constitucionais de financiamento — e aqui estão as pessoas mais especializadas nesses fundos, particularmente no FNE, da Região Nordeste. Para esses tipos de financiamento existem muitas iniciativas que têm alcançado um número expressivo de produtores, mas não conseguem beneficiar o conjunto de todos os produtores.



Infelizmente, aqueles que já vêm num processo de inadimplência ou de dívidas recorrentes, que talvez precisassem de um reforço maior, acabam ficando de fora desse processo.

Houve as medidas dos dias 2 e 18 do mês de abril. A mais recente, do dia 30 de abril, trata das dívidas de investimentos com fonte BNDES. Quem está nesse sistema de endividamento e se enquadra nas condições ali estabelecidas de certo modo ganha fôlego. Por quê? Porque as parcelas de 2012, de 2013 e de 2014 podem ser jogadas para pagamento a partir de 2015. Elas são refinanciadas a 3,5% ao ano, no caso do PSI; e a 5,5% em outro programa do BNDES que não o PSI.

Ora, à exceção das taxas praticadas pelo PRONAF, em patamares menores, são taxas de juros reais substancialmente negativas. Do ponto de vista de operação de crédito, pode-se ler como uma condição possível no momento — insatisfatória, não é?

É claro que alguns produtores, que possivelmente ficaram de fora de outros processos de negociação por motivos diversos, poderão também nessa situação continuar de fora. Mas o Governo está com os olhos voltados para tentar amenizar essa situação, seja do ponto de vista das dívidas em curso, seja do ponto de vista de viabilizar programas, ações ou políticas que possibilitem uma convivência com a situação de estiagem.

Recentemente, por duas vezes estivemos no Rio Grande do Norte. Há 20 dias, estivemos na Secretaria da Agricultura com o representante da Federação de Agricultura e com outras instituições ligadas à produção. Na quinta-feira, parece-me, o próprio Ministro esteve no Rio Grande do Norte, novamente.

Tivemos uma reunião também, em Petrolina, que envolveu o Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Agricultura, a EMBRAPA, Federações de Agricultura, Confederação de Agricultura, Secretarias de Agricultura, tudo em busca de viabilizar, de realizar ações de produção de volumosos, de obtenção de água e mesmo de sua distribuição, para a convivência na região do Semiárido, sobretudo.

É claro que, gerando-se essa produção — parte nos perímetros irrigados e parte em outras áreas onde haja a possibilidade de obtenção de água — permite-se, em determinada situação de dificuldade, suprir a alimentação de rebanho bovino, caprino e ovino.



Do ponto de vista da Presidenta da República, em todos os eventos, ela tem manifestado a preocupação e a disposição de encontrarmos, juntos, uma alternativa ou várias opções para melhorar essa situação de dificuldades na região semiárida, a mais afetada pela estiagem nos últimos 2 anos.

Penso eu que o Parlamento, porque representa os produtores e os cidadãos que convivem diuturnamente com a situação, tem feito propostas. Temos sido bastante pressionados — o Governo Federal — a encontrar soluções.

Neste momento estamos em via de divulgar o Plano Agrícola e Pecuário 2013-2014 ainda neste mês de maio. E gostaríamos de ver alguma coisa que alcançasse efetivamente a Região Nordeste e, particularmente, o Semiárido nordestino.

Do ponto de vista do Ministério da Agricultura, em relação às propostas que nos chegaram até o momento, que eventualmente ainda vierem a chegar ou que possam sair desta audiência pública, a nossa equipe técnica, capitaneada pelo nosso Ministro e pelo nosso Secretário de Política Agrícola, nós vamos tentar alcançar o possível para ver se aprovamos ou negociamos alguma coisa que melhore essa situação difícil em que se está vivendo agora. Essa situação já vem de alguns anos e acabou se agravando nos últimos meses ou nos últimos 2 anos.

Nós, do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, não temos — nem nós, nem eles — linhas de financiamento em que temos a gestão do recurso. Nós tentamos viabilizar condições adequadas à rentabilidade ou à situação dos produtores rurais ou de suas cooperativas. É isso que nós negociamos. Mas a concessão de crédito em si é uma relação entre o agente financeiro e o tomador de crédito, ou seja, o produtor ou a cooperativa. Nessa medida, do ponto de vista do Ministério da Agricultura, o risco operacional não é assumido pelo Governo Federal, mas ainda acaba sendo assumido pelo agente financeiro.

Nós estamos aqui com o Banco do Nordeste à mesa, com o pessoal da SUDENE, com o meu amigo Jenner, do Ministério da Integração Nacional, com a disposição em encontrar soluções. Muitas já foram discutidas no passado. Nós as acompanhamos, e eu sei que meus colegas também acompanharam. Estamos abertos a novas ações que eventualmente nós, em conjunto, consigamos identificar. Cabe a nós trabalharmos juntos na formalização e participarmos do processo de



negociação. Mas, sem sombra de dúvida, grande parte do que se avançará em tudo isso depende também desta Casa, sobretudo desta Casa. Digo isso porque parte das questões extrapola o aspecto genuinamente técnico. Então, eu penso que temos que trabalhar de forma alinhada, cada um com os seus conhecimentos, suas vivências, sua riqueza em discussões, no sentido de encontrarmos caminhos que deixem a todos nós um pouco mais confortáveis, sobretudo os que vivem em situações próximas ou similares, talvez nem tão próximas, mas não menos difíceis do que este filme que foi agora apresentado aqui.

Ninguém quer ver uma situação como esta, e eu imagino que todos gostariam de ver uma situação melhor. Se todos querem ver uma situação melhor, eu acho que temos que trabalhar de forma convergente, para encontrar um caminho para isso. Se o que temos hoje ainda não atende satisfatoriamente às necessidades, vamos ver o que nós podemos viabilizar.

Em relação ao Ministério da Agricultura, o nosso Ministro da Agricultura é um produtor rural, produz na região de Minas Gerais; nosso Secretário de Política Agrícola é produtor rural e produz, talvez, num ambiente naturalmente favorável, no Centro-Oeste, mais especificamente em Mato Grosso, onde as condições edafoclimáticas são mais positivas. Mas eles têm sensibilidade com a questão rural, com as dificuldades do processo produtivo, da sazonalidade da atividade e da inconstância de rentabilidade. Enfim, eles têm consciência de tudo isso, e sei que estão à frente da equipe técnica com disposição para encaminhar o que eventualmente for identificado.

Eu agradeço o convite, Senador. Quem conhece a nossa equipe da Secretaria de Política Agrícola do Ministério e do Ministério em si sabe que nós estamos juntos nesta batalha — estivemos até aqui e vamos continuar juntos, tentando buscar uma solução que seja mais positiva para todos.

Eu fico por aqui. Vamos para os debates, depois, imagino, e espero que tenhamos alguma contribuição a dar a esse processo.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Benedito de Lira) - Quero agradecer ao Sr. Wilson Vaz Araújo.



Dando sequência aos trabalhos, concedo a palavra ao Sr. Jenner Guimarães do Rêgo, Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional, pelo prazo de 15 minutos.

Tem a palavra o Sr. Jenner Guimarães.

O SR. JENNER GUIMARÃES DO RÊGO - Boa tarde a todos. Obrigado, Senador.

Eu queria, primeiramente, agradecer o convite que foi feito ao Ministério da Integração Nacional pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Saúdo o Senador Benedito de Lira, na pessoa de quem eu gostaria de saudar todas as autoridades parlamentares aqui presentes, Deputados, Senadores, colegas de Ministério, colegas da SUDENE e do Banco do Nordeste.

Eu preparei uma apresentação, Senador, mas vou passá-la rapidamente, até porque os dados ficarão disponíveis aqui para todos os senhores. É apenas para mostrar um pouco do esforço, também, que foi feito por parte do Governo Federal, no sentido de tentar amenizar os efeitos da seca que se abate sobre a Região Nordeste, e, para isso, vamos mostrar alguns dados aqui para que tenhamos, também, a dimensão do esforço até aqui desenvolvido por parte do Governo Federal.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. JENNER GUIMARÃES DO RÊGO - Este dado é conhecido de todos os senhores. São 1.397 Municípios atualmente enquadrados, dentre aqueles que estão na área de estiagem e com estado de calamidade pública ou de emergência decretado, envolvendo, aproximadamente, 10,5 milhões de pessoas na Região Nordeste.

As ações que o Ministério da Integração tem procurado desenvolver em articulação com a Casa Civil, com o Ministério da Fazenda, o Ministério da Agricultura e diversos outros órgãos vão de ações estruturantes a ações emergenciais, passando pelo desenvolvimento de uma linha de crédito emergencial, visando a auxiliar os produtores rurais a atravessar essa situação de crise, sobretudo com o objetivo principal de minimizar — não eliminar, obviamente, porque essa conta é até difícil de fazer —, mas, pelo menos, tentar minimizar os impactos



que essa seca vai provocar no Produto Interno Bruto da Região Nordeste, conseqüentemente, do País.

Esses números dizem respeito às ações estruturantes. É um resumo do PAC no Semiárido. Os dados estão bastante detalhados aí, mas eu gostaria de enfatizar que são recursos da ordem de 29 bilhões, que estão sendo empenhados e disponibilizados de acordo com as etapas dos projetos, dentre eles o projeto de integração das Bacias do São Francisco, além de algumas obras mais específicas e pontuais da CODEVASF, do DNOCS, dentre outras.

Em termos de ações emergenciais, o Ministério da Integração tem repassado recursos para os Governos dos Estados para perfuração e recuperação de poços e também para o socorro e assistência e restabelecimento dos serviços essenciais. Há uma previsão, como os senhores estão vendo, de 63 milhões e 500 mil reais para a perfuração e recuperação de poços e de 290 milhões para socorro e assistência, dos quais já foram empenhados cerca de 264 milhões e pagos aproximadamente 230 milhões de reais.

Aqui, no Garantia Safra, ainda entre as ações emergenciais, 1.015 Municípios contemplados, beneficiando 770 mil agricultores, com um valor pago, efetivamente, de algo em torno de 1 bilhão e 300 milhões de reais. O Bolsa Estiagem, com 1.342 Municípios — são 881 mil bolsas concedidas e repasse da ordem de 688 milhões de reais.

Ainda nas ações emergenciais, a Operação Carro-Pipa contemplou 780 Municípios atendidos diretamente pelo Governo Estadual — cerca de 440 através dos Governos Estaduais. No total, na Operação Carro-Pipa, em 2012 e 2013, já foram desembolsados cerca de 563 milhões de reais.

Como ações mais específicas, temos a distribuição de cisternas. O Ministério da Integração tem feito algumas, através de repasse com os Governos Estaduais; a CODEVASF está atuando diretamente e o DNOCS, que teve um pouco mais de dificuldade no início da operacionalização, agora já está devidamente habilitado para, dentro dos próximos 30 dias, 40 dias começar também a fazer a implantação dessas cisternas.

No total, há uma previsão de mais de 1 bilhão de reais em recursos, e com uma meta de instalar 214 mil cisternas até o final do ano de 2013.



Barreiros: 640 contratados pelo Ministério da Integração Nacional; 790 pela CODEVASF, envolvendo recursos da ordem de 66 milhões de reais.

Sistemas simplificados de abastecimento de água. Esta é uma iniciativa também importante, que ainda está sendo trabalhada para que agora, a partir de maio, final de maio, começo de junho, a gente consiga dar uma velocidade maior a essas ações para extrair água de alguns determinados pontos mais próximos, viabilizando esse abastecimento às comunidades que tiverem condições de fazer um pequeno investimento.

Kits de irrigação. Também é uma iniciativa recente, que prevê 2 milhões de reais, em termos de recursos, mas que ainda não se efetivaram para implantação. A previsão é para os próximos dias.

Agora vou entrar um pouco mais na questão do financeiro propriamente dito. A gente trabalhou o desenvolvimento de uma linha emergencial de crédito, uma linha especial, que já envolve hoje recursos da ordem de 2 bilhões e 750 milhões de reais. Já foram contratadas cerca de 338 mil operações, e ainda há disponível algo em torno de 350 milhões. O prazo para contratação dessas operações, que tinha sido prorrogado até maio, foi prorrogado agora até dezembro, sem prejuízo de que o eventual esgotamento desses recursos — como tem acontecido sistematicamente, desde que a linha foi lançada, no ano passado — vá sofrendo as suplementações necessárias dentro das disponibilidades do Fundo Constitucional.

A Resolução CMN 4.076 previu a concessão desses financiamentos para alguns beneficiários: para os produtores rurais, operação para investimento de custeio e limite de financiamento de até 100 mil por beneficiário, concedendo o prazo de até 8 anos, com 3 anos de carência, e juros de 3,5%; para os agricultores familiares, especificamente, as condições foram de que o Grupo B receberia até 2.500 reais por beneficiário e, os demais grupos, 12 mil reais por beneficiário; prazo de 10 anos, taxa de apenas 1%, no caso de custeio, até 5 anos só; e um bônus de adimplência que envolve, inclusive, parcelas do capital da ordem de 40% do valor a ser pago.

Em termos dos resultados alcançados, os valores desembolsados estão aí, elencados por Estados. Eu vou me abster aqui de detalhar um por um, mas a



informação fica disponível, com a evolução da carteira, porque é feito um acompanhamento semanal.

No eslaide seguinte, a gente vê que há, realmente, uma extrema concentração desses recursos justamente nos pequenos e miniprodutores rurais. E aqui eu pretendo me ater um pouco mais à questão da renegociação de dívidas.

Bom, primeiramente, o art. 70, 'a', da Lei 12.249, de 2010, foi alterado pela Medida Provisória 610, de 2013, permitindo que agricultores familiares enquadrados no PRONAF, e que contrataram operações de crédito rural até 31 de dezembro de 2006, de valor original de até 35 mil reais, pudessem fazer a liquidação dos seus débitos com rebates que variavam de 45% a 85%, desde que eles estivessem também localizados em Municípios enquadrados na área da seca ou da estiagem. E, para isso, foi concedido um prazo para que o beneficiário pudesse formalizar essa sua opção até 29 de março de 2013, prazo este já, obviamente, esgotado.

A Resolução 4.211 e a Resolução 4.212, ambas de 18 de abril de 2013, concederam benefícios para que agricultores familiares e demais produtores rurais pudessem aglutinar as parcelas já vencidas em 2012 e 2013 e também as parcelas com vencimento previsto para 2012 e 2014, mantendo as taxas originais do contrato, ou seja, com expurgo integral da mora, e permitindo, para os casos do PRONAF, ainda, um bônus de adimplência de até 80% sobre cada parcela paga efetivamente no vencimento. Então, juntou-se o que estava vencido em 2012 e 2013, mais o que tinha a vencer ainda em 2013 e 2014, e concedeu-se um prazo de 10 anos, sendo que o agricultor empresarial começaria a pagar a partir de 2015; no caso do agricultor familiar, a partir de 2016, e, ainda, para este último, o agricultor familiar, com um bônus de 80% para o pagamento na data do vencimento. Essa formalização de interesse deve ocorrer até o prazo máximo de 30 de dezembro de 2013.

A Resolução nº 4.147, que foi alterada pela Resolução nº 4.210, de 18 de abril de 2013, previu a criação de uma linha especial de crédito com recursos de fundos constitucionais, permitindo que produtores rurais responsáveis por operações de custeio e investimento contratadas até dezembro de 2006, de valor originalmente contratado inferior a 100 mil reais — quer dizer, até 100 mil reais — e cujo saldo devedor a ser refinanciado não ultrapassasse 200 mil reais, obtivessem financiamento para quitar as dívidas vencidas.



Eles pagariam esses financiamentos nas condições que estão aí expostas. No caso do PRONAF, para empréstimos de até 10 mil reais, o juro é de apenas 1% ao ano; para empréstimos acima de 10 mil reais, de 2% ao ano. Os demais produtores rurais seguem as regras das linhas de crédito atualmente concedidas pelo FNE: taxa de 3,53%, com bônus de 15% para quem contratar até 30 de junho de 2013, e taxa de 4,12%, com bônus de 15% para quem contratar entre julho e dezembro de 2013. Resumidamente, isso representa uma taxa líquida de 3% e de 3,5%, respectivamente. Há o detalhe de que, sobre o principal de cada parcela para as operações contratadas em valores de até 35 mil reais existe também um bônus de adimplência de 15% sobre a parcela para aqueles produtores que estão na área da estiagem ou na área da seca, enquanto os demais têm apenas 10% desse bônus, desde que a operação não ultrapasse 35 mil reais.

O prazo desse financiamento é de até 10 anos, com o primeiro pagamento em 2015, para produtores localizados na área da seca, ou em até 1 ano após a data da contratação, nos demais casos.

As condições diferenciadas para as quais também chamamos a atenção são as seguintes:

Não há exigibilidade de amortização mínima para enquadramento na linha de crédito

As parcelas vencidas das operações renegociadas com base na Resolução nº 2.471 também são enquadradas. Esse eu acho que foi um grande salto dado, porque as operações da Resolução nº 2.471, Senador, sempre ficavam alijadas de qualquer processo, impedindo, inclusive, a renegociação de outras dívidas dos produtores com base em outras resoluções, porque eles sempre permaneceriam inadimplentes. Então, esse foi um avanço que ocorreu na Resolução de 18 de abril, pois permite que quem tenha débito proveniente da Resolução nº 2.471 refinance os juros e tenha acesso a novas linhas de crédito, com fôlego, digamos assim, para que retome a condição de normalidade tão logo cessado o quadro de estiagem e recuperados os meios de produção.

Outra condição diferenciada: suspensão das execuções judiciais até 30 de dezembro desde que o mutuário formalize, junto à instituição financeira, o seu



interesse em obter esse financiamento para liquidar a operação. O produtor deve formalizar esse interesse até 31 de dezembro de 2014.

Por fim, eu queria apresentar este pequeno quadro somente para demonstrar que, no total, o que ficou fora dentre os empreendimentos que estão na área de estiagem e não foram contemplados pelas medidas até aqui elencadas — sempre focando a questão da estiagem — foram cerca de 22 operações acima de 100 mil reais, no âmbito do PRONAF, o que representa 0,55% do total, e algo em torno de 3.900 ou 4 mil operações, no caso das operações de não pronafianos. Do total, o que ficou acima de 100 mil reais e, conseqüentemente, não teria acesso a essa condição de obtenção de financiamento para renegociação ou para liquidação dos valores vencidos foram 3.990 operações, que representam 1,15% da quantidade de operações totais.

Obviamente, antes de finalizar a apresentação — encerramos neste eslaide —, eu queria só dizer também que entendemos, a exemplo do que o Ministério da Agricultura colocou aqui, as dificuldades do setor rural. Nós temos experiência em lidar com essas situações, já vivenciamos crises semelhantes no passado, quando inclusive tivemos a oportunidade, durante o período em que militamos no Banco do Nordeste, trabalhando na área rural, de participar de diversas renegociações com base em várias resoluções e leis que emanaram desta Casa e que favoreceram as renegociações de dívidas naquele período.

É importante frisar que, no quadro que se apresenta agora, o Governo antecipou as medidas, criou os instrumentos e teve abertura suficiente, obviamente, para fazer os aperfeiçoamentos que foram sugeridos pelos produtores, pelos Srs. Deputados, pelos Srs. Senadores, por todos aqueles que, de forma direta ou indireta, militam na agricultura e na pecuária.

Sabemos do grau de dificuldade de produzir, ainda mais numa área como a Região Nordeste, mas é importante que tenhamos a percepção também de dois aspectos que são igualmente importantes para a região. O primeiro deles é o fato de que precisamos quebrar o problema em dois. Uma coisa é tratar do endividamento do produtor rural, questão importante, crucial, fundamental e que deve ser tratada com o devido cuidado e com encaminhamentos que efetivamente contribuam para resolver o problema. Outra coisa é a questão que diz respeito àqueles produtores



que ficaram em situação de inadimplência em decorrência da estiagem. Desses casos efetivamente o Governo tratou e tem tratado. Estão colocados vários instrumentos capazes de viabilizar uma boa renegociação e pelo menos dar o fôlego necessário para que consigamos atravessar o quadro de crise climática que se abate sobre a região.

Obviamente, isso não resolve o problema dos produtores rurais de um modo geral por dois motivos: sabemos que vem por aí uma segunda etapa igualmente difícil, em que os meios de produção precisam ser recuperados; e só faremos isso com novas linhas de financiamento, cujas condições, eu diria, ainda é prematuro definir, uma vez que não temos a dimensão exata do alcance dessa estiagem e do impacto que ela provocou na economia da região. Mas, com toda a certeza, no momento oportuno, com as propostas de criação de linhas de crédito específicas aprovadas dentro do Conselho Deliberativo da SUDENE e a criação de operações e programas específicos junto ao Banco do Nordeste, eu não tenho dúvida de que isso será contemplado.

Quanto à questão do endividamento rural dos produtores, inclusive daqueles que estão ficando de fora desses benefícios justamente porque o seu endividamento é originário de situações outras que não têm correlação direta com o quadro da seca, precisamos realmente dar um encaminhamento e analisar as propostas que forem apresentadas. Entretanto, também precisamos ter um pouco de cuidado com a extensão dessas medidas, porque, do outro lado, nós temos um fundo que é igualmente importante para a região, e, digamos assim, se concedermos condições que sejam desfavoráveis do ponto de vista da longevidade do fundo, poderemos criar um problema muito grande de capacidade de reinvestimento e de financiamento, por parte dos fundos constitucionais, para os produtores rurais.

É importante frisar que as taxas que estão sendo ofertadas nessas condições de renegociação são taxas que efetivamente vão fazer com que mais à frente o fundo tenha um volume menor de recursos para reinvestimento, tanto pelo encargo financeiro que está abaixo do custo da inflação quanto, sobretudo, pelo elastecimento dos prazos, que faz com que o retorno dos créditos se torne mais lento.



Não estou dizendo que isso seja ruim, apenas que é um fato. Precisava ser tomada essa medida, e ela foi tomada. O Governo está ciente disso e está atendendo a essas demandas em razão do quadro climático adverso. Mas fazer isso na carteira como um todo pode significar que em breve nós não tenhamos disponibilidade financeira suficiente para bancar novos financiamentos, com taxas baixas, para recuperação das respectivas capacidades de produção desses empreendimentos rurais — através de novos financiamentos. Não quero dizer com isso que não haja condição para renegociação. Pelo contrário, existem instrumentos dentro da administração de crédito usual. Há situações, inclusive, em que o Banco do Nordeste faz exigências mínimas até de amortização de 2%, ou coisa desse tipo, dependendo do porte do produtor. Mas sabemos que, neste momento, até 2% é muito porque os produtores não têm recursos disponíveis sequer para manter os seus respectivos rebanhos.

Então, no caso da quadra invernososa prejudicada, no caso da seca, entendemos que esse tipo de problema vai ter que aguardar um pouco mais para ser solucionado. Vamos resolver o problema da seca. Agora, no caso do endividamento dos demais produtores rurais que já vinham num quadro de inadimplência anterior, é preciso que construamos outro caminho, que não pode contaminar nem se misturar com a questão da seca, que é um ponto, digamos assim, mais urgente, que está aí não à porta, mas já dentro de casa, e em relação ao qual precisamos atuar rapidamente, criando as condições para que os meios de produção sejam o menos impactados possível.

Assim, ficamos à disposição, Senador, inclusive para receber as propostas que advierem desta Comissão. Serão muito bem-vindas e analisadas com muito carinho, mas também com a devida responsabilidade para que não corramos o risco de em breve estarmos discutindo outro tipo de problema, qual seja, como captar recursos com taxas adequadas e compatíveis para o soerguimento da atividade agropecuária na Região Nordeste.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Benedito de Lira) - Dando sequência, concedo a palavra ao Sr. João Luiz Guadagnin, Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção do Ministério do Desenvolvimento Agrário.



O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN - Senhores, boa tarde.

Primeiro, quero agradecer o convite feito ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para que comparecêssemos a esta reunião.

Cumprimento o Senador Benedito de Lira, um grande defensor da agricultura familiar, dos agricultores do Nordeste e de todo o povo que trabalha naquela condição bastante complicada de convivência com a seca.

Grande parte do que eu tinha para apresentar o Secretário Jenner já apresentou. Nós temos trabalhado em conjunto, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Agricultura, a EMBRAPA, no sentido de buscar solução para os problemas que existem naquela região.

Por orientação da Presidenta Dilma Rousseff e do Ministro Pepe Vargas, várias medidas emergenciais foram tomadas e estão em andamento. O Jenner acabou de explicitá-las. Nós temos grandes avanços em termos do crédito emergencial.

Daquele total de recursos já concedidos — são 2,4 bilhões já concedidos no crédito emergencial —, 1,8 bilhões foram destinados para a agricultura familiar e grande parte disso para os agricultores de menor renda, para os agricultores do nosso grupo B, o Microcrédito Produtivo Rural.

Garantia-Safra. Este ano nós vamos emendar um pagamento no outro. Quer dizer, a safra passada tem sequência com o pagamento da safra que se inicia agora a partir de junho. Então, praticamente, os agricultores familiares do Garantia-Safra, os que têm esse seguro, não ficaram nem 1 mês sem o pagamento — continuarão tendo esse pagamento. Há um compromisso do Governo Federal, da Presidenta Dilma Rousseff, de continuar esses pagamentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Benedito de Lira) - Peço às pessoas, aos assessores que, por favor, façam silêncio, porque há um orador na tribuna e é interessante que todos possamos ouvir, com clareza, as informações que estão sendo trazidas para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO LUIZ GUADAGNIN - O Auxílio Emergencial Financeiro superou inclusive o número de agricultores beneficiados no Garantia-Safra. Nós estamos com cerca de 770 mil no Garantia-Safra e 850 mil no Auxílio Emergencial



Financeiro. Então, os agricultores familiares, nas ações emergenciais, fora a distribuição de água e tal, têm um atendimento bastante razoável.

Registro que essas ações são feitas em parceria com os Governos Municipais, com os movimentos sociais, especialmente com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que são parceiros da construção dessa política e, é claro, com os Governos Estaduais.

O que é preciso para adiante? Eu não vou me alongar muito, até porque o entendimento do Ministério é que a agricultura familiar — o Jenner acabou de mostrar isso — está grandemente atendida nas suas demandas.

Nós temos um passivo de créditos que alguns agricultores familiares tomaram antes do PRONAF. Então, créditos do FNE realizados antes de 1995, ou até 1995, especialmente nas décadas de 80 ou 90, que alguns ainda estão com pendência, apesar de todas as resoluções, medidas provisórias e leis de renegociação de dívidas.

Nós temos, ainda, um grupo de agricultores, entre 2006 e 2011, com tratamento para algumas dívidas de agricultores familiares desse período, que também precisam de um tratamento melhor, e nós temos que discutir aqui e agora, até o lançamento do Plano Safra, as medidas mais estruturantes.

Temos um plano de convivência com o Semiárido que envolve fortemente a EMBRAPA, a assistência técnica e a transferência da pesquisa gerada na EMBRAPA. Linhas de crédito, especialmente PRONAF Semiárido, com garantia de assistência técnica por dentro do crédito, que é uma inovação que nós deveremos provavelmente implementar a partir da próxima safra, e uma ativação daquele programa do PAC de Máquinas, em que o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, fez chegar aos Municípios motoniveladoras, caçambas, caminhões de caçambas, carregadeiras, para que sejam utilizadas na convivência com o Semiárido, na estruturação de barragens, barragenzinhas, realocação de estradas, abertura de postos, para permitir que os agricultores familiares convivam melhor, daqui para frente, com essa realidade dura que é a seca.



Eu fico por aqui, até porque grande parte das explanações que eu tinha a fazer o Jenner já fez, mostrando especialmente as medidas que já tomamos e as medidas que estão em andamento.

Eu enviei para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária um quadro no qual nós resumimos todas as resoluções e leis que estão em vigor, em termos de renegociação de dívidas, não só para o Nordeste, mas também para o Brasil.

Eu insisto em dizer que o tratamento dado à agricultura familiar é feito em sintonia com os movimentos sociais — nós dialogamos com os movimentos sociais —, e as propostas que o Governo implementa são produzidas em parceria com a sociedade, então, com a representação dos agricultores.

Eu fico à disposição e torcendo para que essas necessidades ainda não atendidas de que eu falei sejam resolvidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Benedito de Lira) - Muito obrigado, Dr. João Luiz Guadagnin.

Vamos ver se no decorrer dessa caminhada nós poderemos ter, para os pequenos e para os médios, as mesmas ações e os mesmos benefícios que são dados ao agricultor pronafiano, agricultor familiar. (*Palmas.*)

Eles têm tido um tratamento... É justo ter um tratamento diferenciado, mas não podemos deixar à margem o pequeno e o médio produtor com especialidade, que não têm tido determinados benefícios que são dados aos agricultores familiares, ou seja, aos pronafianos. Nada contra. Apenas, parece-me, nesse momento em que estamos vivendo, que é preciso um tratamento igualitário. Isso é o que nós estamos reivindicando do Governo.

Dando sequência, quero cumprimentar a Senadora Kátia Abreu, nossa Presidenta Nacional da Confederação Nacional da Agricultura, e o meu querido Senador Eduardo Amorim, que representa o valoroso Estado de Sergipe. Eu me sinto muito feliz, Senadora Kátia Abreu, com a presença de V.Exa. nesta audiência, até porque fostes uma das subscritoras do requerimento.

Concedo a palavra ao Sr. Edilson Silva Ferreira, Superintendente de Recuperação de Crédito do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

O SR. EDILSON SILVA FERREIRA - Boa tarde a todos.



Obrigado, Senador.

Nós vamos falar um pouco das ações do Banco do Nordeste.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. EDILSON SILVA FERREIRA - Vamos iniciar falando sobre o Banco do Nordeste. Na Região Nordeste ele é muito conhecido, mas aproveito esta oportunidade em que nós estamos aqui com um grande número de Deputados, Senadores e assessores para que possam conhecer melhor o Banco do Nordeste.

O Banco do Nordeste foi criado em 1952. Ele tem 60 anos. É um dos maiores ativos em financiamentos e empréstimos na Região Nordeste. Seus ativos totais são da ordem de 66 bilhões, com recursos próprios e recursos do FNE. Possui um patrimônio líquido de 2,6 bilhões e possui o maior programa de microcrédito produtivo da América Latina. Atualmente, tem 6.169 empregados e 214 agências.

Pelo mapa, dá para se ter a amplitude da cobertura de ação do Banco do Nordeste. É uma ampla cobertura, com quase 2 mil Municípios atendidos. São 214 agências, 2,7 milhões de clientes ativos e 1,8 milhão de correntistas.

A sua participação, com recursos próprios e recursos do FNE, na Região Nordeste, responde por 64% dos financiamentos de longo prazo; 68% do crédito rural; e 28,7% do total do crédito alocado à Região Nordeste. Ele possui o maior programa de microcrédito produtivo da América Latina.

Esse eslaide dá uma rápida noção para os senhores sobre a estrutura societária do Banco: a União Federal tem 96,1%; o BNDES, 0,3%; o Fundo Nacional de Desenvolvimento, 3,4%; e outros acionistas, 0,8%. Ou seja, 99,7% das ações estão com o Governo Federal.

Aqui, Srs. Deputados e Senadores, há uma noção da governança corporativa do Banco do Nordeste, sua estrutura, com assembleia geral, conselho fiscal, conselho de administração, comitê de auditoria, auditoria, diretoria, presidente e seis diretorias — diretoria de ativos, diretoria estratégica de administração e tecnologia, diretoria de desenvolvimento sustentável e microfinanças...

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Benedito de Lira) - Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.



A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Se me permite, com toda a delicadeza, eu acho que poderíamos ir direto ao assunto. Todos nós aqui conhecemos o Banco do Nordeste. (*Palmas.*)

Nós estamos querendo ir lá, preto no branco. Vamos lá, amigo? Vamos tratar das dívidas e dos problemas. Sem querer menosprezar o banco, mas isso aí nós já conhecemos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Benedito de Lira) - Vamos cuidar do que é fundamental nesta audiência: a dívida dos agricultores.

O SR. EDILSON SILVA FERREIRA - O.k. Nós vamos chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Benedito de Lira) - Por favor.

O SR. EDILSON SILVA FERREIRA - Com relação ao apoio financeiro do banco na estiagem, o colega Jenner já teceu comentários. Aqui nós vamos falar dos mesmos números: 2,4 bilhões já foram alocados e ainda há mais 330 mil operações.

Essa é uma demonstração dos valores aplicados mês a mês. Nós atingimos 2,4 bilhões.

Essa é a distribuição em relação à quantidade de valor por Estado.

Essa tela mostra os Municípios atingidos. Pela proporção, percebe-se que quase todos os Municípios onde houve problema de estiagem foram atendidos com essa linha de estiagem.

Agora, abordarei o ponto que a Senadora solicitou. Vamos reforçar o que foi dito ainda há pouco sobre os instrumentos legais disponíveis para a renegociação de dívida. A Lei nº 12.249, em seu art. 70, "a", propõe para os agricultores familiares a possibilidade de liquidação dessas dívidas com até 85% de desconto.

A Lei nº 12.716 permite a contratação de uma nova operação para os agricultores que tinham operações contratadas no valor de até 100 mil reais. Esse agricultor poderá contratar uma nova operação de crédito em valor de até 200 mil reais. Importante: essa nova operação passará a ter juros diferentes daqueles que foram contratados anteriormente.

Se nós observarmos, vamos ver que, para o PRONAF, grupo A e B, é 0,5%; para os demais PRONAF, até 10 mil, 1%; para os demais PRONAF, 2%; para os demais produtores que contratarem operação até 30 de junho de 2013, 3,5%; e para quem contratar após 30 de junho de 2013, 4,12%.



Esse é o um ponto muito importante. Houve uma mudança na lei para oferecer condições para o agricultor renegociar as suas dívidas com encargos diferenciados, além dos bônus de adimplência.

Também houve uma situação importante, uma alteração promovida agora, que foi a dispensa de amortização. Na versão anterior, exigia-se amortização de 2% ou 5%, e agora é dispensada essa amortização prévia. O prazo de formalização é até 2014, e a operação terá 10 anos para pagamento.

Aqui estão as resoluções relativas à estiagem, reforçando, mais uma vez, que as operações que tiveram parcelas vencidas em 2012 ou vincendas em 2013 ou 2014 têm, sim, condições de serem repactuadas. Essas parcelas passarão a ser pagas em 2015 ou 2016. Para os agricultores familiares, vai haver um bônus de adimplência de até 80%, inclusive sobre principal e juros. Isso é importante porque que esse pagamento poder ser feito em até 10 anos. Essas condições são muito importantes, principalmente para quem estava em situação de adimplência antes dos efeitos da estiagem.

Essa é uma posição que nós gostaríamos de mostrar. Com base nesses instrumentos legais que estão em vigor, nós já renegociamos 370 mil operações em valor de quase 3 bilhões de reais.

Eram essas as informações que a gente queria passar para os senhores e senhoras, lembrando que o banco vem tratando situações e facilitando a renegociação dessas dívidas no que diz respeito à operacionalização, simplificando o processo interno. Vem também, nessas duas semanas, ampliando seu horário de atendimento em mais 2 horas, dando ampla divulgação disso aos produtores, associações e entidades representativas, para que o produtor possa ir ao banco entender qual é a melhor opção para renegociar suas dívidas dentro dos prazos legais, para que não perca esses benefícios.

Era isso. Eu agradeço ao Senador. Ficamos à disposição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Senador Benedito de Lira) - Muito obrigado, Sr. Edilson Silva, representante do Banco do Nordeste.

Sequenciando, passo a palavra ao Sr. Henrique Jorge Tinoco, Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE.



O SR. HENRIQUE JORGE TINOCO DE AGUIAR - Boa tarde. Antes de mais nada, eu quero saudar todos os integrantes da Mesa, na pessoa do Senador Benedito de Lira, um grande parceiro da nossa SUDENE, para o qual eu trago um abraço especial do nosso superintendente. Eu queria também saudar os representantes das Federações, através de dois nomes de meu conhecimento: Dr. João Martins, da Federação da Agricultura da Bahia, e Dr. Flávio, do Ceará, que estão aqui presentes e com os quais tive agendas pretéritas.

É uma honra muito grande estar nesta Casa. É a primeira vez que eu venho como representante da SUDENE. Eu gostaria, então, de pontuar a minha intervenção inicial, sem fugir do nosso tema, exatamente no processo e no esforço da equipe que está à frente da SUDENE, o Superintendente Paes Landim, eu e outro diretor, no sentido de trazer uma agenda de efetividade em sintonia com as necessidades da sociedade nordestina, principalmente para tentar traduzir os desejos e os projetos individuais de cada Estado e de cada linha da sociedade, para que possamos transformar essas ações individuais numa ação conjunta.

O que se sobressai nesta discussão, neste momento, é exatamente isto: nós precisamos tratar da questão do endividamento rural, a questão da dívida, das condições e principalmente da convivência com os efeitos da estiagem e da seca.

Então, eu queria fazer este primeiro registro, porque é muito importante que discutamos esse tema e saíamos daqui com uma agenda muito concreta do que pode ser feito, para nos aproximarmos um pouco da solução que demos aos agricultores da agricultura familiar e aos demais agricultores da nossa região. São estruturas diferentes, mas problemas que têm a mesma natureza e que trazem o mesmo tipo de aflição, com repercussão econômica muito significativa para qualquer projeto de desenvolvimento. A SUDENE tem que olhar isso com muito carinho.

A gente queria não só se solidarizar com a demanda dos senhores, mas também ampliar a discussão de uma agenda preventiva para que, a cada ciclo climático, quando não temos condição de prevenir, tenhamos uma agenda paralela e uma convivência mais harmônica, até porque isso é algo que já acontece em outros lugares do mundo. Por que só aqui no nosso País, em especial no Nordeste, a gente não tenta construir uma agenda semelhante, como há na Califórnia, em Israel e em outras regiões áridas pelo calor ou o inverno? Então, nós precisamos tirar



aprendizado disso, e a SUDENE se sente responsável por essa construção. É isso o que eu trago aqui para os senhores.

Indo agora direto ao ponto que nos traz a esta audiência pública, eu queria dizer que há um esforço muito grande da parte do Ministério da Integração, da SUDENE e do Banco do Nordeste. Eu faria até um registro — não tenho procuração para falar em nome do Banco do Nordeste —, por ter vindo do Banco do Nordeste, de que essa construção de soluções não é só responsabilidade do Banco do Nordeste, é uma responsabilidade nossa, uma responsabilidade de Governo. Obviamente, o banco tem que criar todas as condições para que essa política possa ser efetivada com eficiência e com capacidade de dar os resultados de que a sociedade precisa.

Então, Edilson, trata-se mais de reforçar a SUDENE enquanto definidora das políticas do FNE, juntamente com o Ministério da Integração. É esse o pleito ao Banco do Nordeste no sentido de ampliar, digamos assim, de dar maior consistência ainda a essas ações de atendimento aos produtores rurais.

No mais, para não ser repetitivo em relação ao que já foi apresentado em termos de condições aqui pelo colega Jenner, do Ministério da Integração, e na sequência pelo Edilson, quero apenas dizer que nós estamos prontos para reconstruir as soluções. A SUDENE tem esse papel através do seu conselho deliberativo. É importante que os senhores atentem para esse instrumento, que é de deliberação sobre as políticas do FNE, com a participação dos Governadores, com a participação de representantes das federações da indústria. Então, é importante que a gente legitime também esse movimento, não só a partir do Parlamento, mas envolvendo a sociedade de forma, digamos, ainda mais efetiva, através do nosso conselho deliberativo para avançarmos no aprimoramento dessas políticas.

A minha mensagem final é de que há o reconhecimento da importância de se definir isso. Muito se avançou em relação à questão da agricultura familiar, principalmente, mas precisamos avançar um pouco mais em relação à questão dos demais produtores, com uma responsabilidade importante, o que Jenner destacou aqui. O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, se os senhores olharem, tem uma contribuição muito significativa. Para tudo que se conseguiu, do ponto de vista de desenvolvimento da nossa região, ainda é pouco, precisa ser mais, mas ele teve um



papel preponderante. Precisamos construir essa solução sem fragilizar esse instrumento, para que a gente não fique com dois problemas, em vez de um problema.

Agradeço ao Senador Benedito de Lira e aos senhores a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Benedito de Lira) - Eu quero agradecer ao representante da SUDENE pela economia de tempo, inclusive, porque foi muito prático.

Na verdade, do que nós precisamos você terminou dizendo: nós precisamos encontrar o caminho, uma solução, porque de conversa nós já não aguentamos mais. Isso é o que eu tenho observado ao longo do tempo. (*Palmas.*)

Agora vou conceder a palavra ao Sr. Mário Borba, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba, representando a CNA, que dividirá o tempo com a Sra. Rosemeire Cristina dos Santos, Superintendente Técnica da CNA, pelo prazo de 8 minutos para cada.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA - Em primeiro lugar, boa tarde a todos.

Eu quero cumprimentar o Senador Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, nossa Presidente da CNA, em nome dos quais eu cumprimento todos os Senadores aqui presentes. Cumprimento também o Deputado Raimundo Gomes de Matos e os demais Deputados presentes. Cumprimento também os parceiros que estão integrando a Mesa e foram palestrantes na tarde de hoje, bem como os produtores rurais, presidentes de federação, nossos amigos.

Meus senhores e minhas senhoras, é uma satisfação muito grande, Senador, estar aqui representando a CNA, indicado que fui pela nossa Senadora e Presidenta da CNA, Kátia Abreu, para falar sobre a questão da seca e do endividamento.

A seca é uma coisa natural. No passado, havia dois viés: o social e o econômico. Hoje, o viés social está sendo resolvido, mas o econômico, no nosso Semiárido, fica a desejar.

Temos um histórico de seca ao longo dos anos. Houve 73 secas cruéis nos 513 anos de existência deste País. Foram criados DNOCS, SUDENE, Banco do Nordeste. Eu pergunto o que, até hoje, eles fizeram. (*Palmas.*) O DNOCS é o



Departamento de Obras contra as Secas, mas não se vai contra elas; tem-se que conviver com elas.

Temos aí essa questão do endividamento do produtor rural. Todo mundo sabe que, de 1989 a dezembro de 2000, houve correção monetária em financiamentos agrícolas. Nesse mesmo período, a década de 90 foi a mais seca do século. Houve 6 anos de seca e, em 1994, foi um ano de enchentes, quando ninguém lucrou nada também.

Então, coincidiu a seca com a questão da dívida do produtor rural e com a questão da correção monetária. Com isso, as pessoas que tomaram dez estão devendo cem; quem tomou cem está devendo mais de 1 milhão, Senador.

Então, todos os cálculos realizados pelo Banco do Nordeste, na hora de rever, de corrigi-los, eles estão errados e caem até 60, 70% dos valores encontrados pelo banco. Esses valores, num recálculo, desaparecem em torno de 70%.

A Presidenta Dilma esteve na reunião da SUDENE, em Fortaleza, e lá falou em 9 bilhões de reais para o Nordeste, porém 70% desse dinheiro já estava no PAC, nas obras que estão sendo realizadas, ficando apenas 2,6 ou 2,7 bilhões, que foi o extra.

Eu fico olhando também essa questão do Nordeste. Quero aqui expressar a minha indignação com o Banco do Brasil e com o Ministério da Fazenda pela falta de respeito e de atenção para com o Nordeste brasileiro. *(Palmas.)* Não custaria nada ao Ministério da Fazenda e ao Banco do Brasil estarem presentes aqui, hoje, para justificar o que estão fazendo em prol do nosso Semiárido.

Tudo, de fato, existe. Eu ouvi aqui alguém falando, e estamos comentando tudo isso sobre o Banco do Nordeste. Tudo o que o banco diz, que o Ministério da Integração diz, tudo isso existe: crédito, dinheiro, só que, na realidade, lá na ponta do nosso produtor, isso não está chegando. Lá não chega o crédito emergencial.

Na primeira portaria, que funcionou de janeiro até 28 de fevereiro, o médio produtor não teve ou foi muito pequeno o acesso a esse crédito. A partir de abril até 30 de maio, esse médio produtor ficou fora. Só agora, nessa resolução que saiu ontem, o médio produtor voltou a ser contemplado dentro do crédito emergencial.

Essa questão de você renegociar e ter que comprar um dinheiro no banco para pagar as parcelas vencidas e vincendas é, mais uma vez, prorrogar dívida.



Quando se faz essa operação, fica devendo mais do que estava devendo antes. Isso não resolve o problema. Mais uma vez, é uma bola de neve que, há mais de 20 anos, o produtor rural do Nordeste vem empurrando. É preciso dar um basta nisso. A gente não aguenta mais isso.

A outra coisa que eu fico olhando é que 50% do dinheiro do FNE, Deputado Heinze, é para ir para o Semiárido. Essa pergunta eu já fiz em “n” fóruns nesse Nordeste afora, e o Banco do Nordeste nunca me respondeu o quanto é aplicado no Semiárido. Eu sei que vai dinheiro para hotel, vai dinheiro para turismo, vai dinheiro para tudo no mundo, agora o banco nunca me respondeu os percentuais anuais de quanto vai para o Semiárido. Lá, na Lei de 1988, diz que são 50%. (*Palmas.*)

O crédito emergencial que está aí não vai atender as nossas necessidades. Não atende. É mais uma enganação o que está acontecendo conosco. Temos que fazer uma proposta. A decisão do Governo Federal tem que ser política. O Governo Federal tem que olhar o Nordeste de uma maneira diferente, como uma região diferente, uma região semiárida, a maior região semiárida do mundo, a mais populosa e que necessita de um tratamento diferenciado, pois em todas as regiões semiáridas do mundo existe um tratamento diferenciado.

Aí, às vezes, alguém pode dizer: “*Mas o PRONAF está subsidiando o pequeno produtor*”. Mas é o mesmo PRONAF do Rio Grande do Sul, João Luiz. Nas regiões semiáridas do mundo o tratamento é diferenciado. Então, vem a questão das medidas provisórias. Isso não existe. Quando existe um ano seco, automaticamente, a sua parcela daquele ano vai para um período subsequente ao vencimento do seu contrato.

Então, tem que haver um estatuto de crédito rural diferenciado para o Semiárido, para a região Nordeste do Brasil. Temos aí um problema sério: a questão do milho, que até hoje não foi resolvida para nós. Aí vem a questão dos grandes investimentos para a nossa região. Precisamos de grandes obras, não de esmolas. O Nordeste não precisa de esmola. O Nordeste não precisa de favor. O Nordeste precisa de uma infraestrutura. Estamos trazendo milho de uma distância de 3.500 quilômetros do Nordeste, enquanto a gente poderia ter milho de uma distância de 1.400 quilômetros com a Transnordestina, vindo do leste do Tocantins, do sul do



Maranhão, do sul do Piauí, do oeste da Bahia, dando o poder de competitividade aos nossos produtores.

Grandes investimentos poderiam sair no Nordeste, que continua crescendo, mas esse setor primário precisa disso.

E a questão da Transnordestina? Eu digo que ela só anda de 4 em 4 anos. Andou em 2006, Deputado Raimundo, andou em 2010, e, com certeza, andaré em 2014. Se não for concluída, com certeza, vai para 2018.

A outra coisa que eu fico olhando é a renúncia fiscal neste País. Existe uma renúncia fiscal na Zona Franca de Manaus de quase 23 bilhões de reais em 2012. A renúncia fiscal da indústria automobilística chegou a 44,3 bilhões de reais até dezembro, e o débito do Nordeste é de 12 bilhões de reais, incluindo a dívida ativa da União e a do Banco do Nordeste. Se você for olhar, o Banco do Nordeste já levou mais de 7 bilhões a prejuízo.

Então, é preciso que se encontre, na realidade, uma saída para o Semiárido. Não tem condições. As pessoas que tomaram dez estão devendo cem, quem tomou cem está devendo mais de 1 milhão de reais. Ainda hoje me mostraram uma conta de um produtor que tomou 1200 reais e está devendo 14 mil e poucos reais. É pronafiano. Produtores com 17 hectares, que têm dois filhos, têm um pai, um avalizou para o outro e estão na dívida ativa da União, Senadores.

Então, o caso do Nordeste não é resolvido com medida provisória, com projeto de lei, com demagogia, com Bolsa Família. Nada disso vai resolver o problema do Nordeste. Deve haver uma decisão política da nossa Presidenta. *(Palmas.)*

Então, deixo aqui o nosso depoimento, das Federações da Agricultura, da CNA.

Eu quero passar agora para a nossa Superintendente Técnica da CNA, Rosemeire, que vai apresentar aqui os números do endividamento.

A SRA. ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS - Boa tarde a todos.

Bom, esses números que nós trazemos aqui a respeito do endividamento da Região Nordeste são um resumo de um estudo maior que estamos realizando. Na verdade, o que nós fizemos? Nós pegamos todo o endividamento da região, todas as linhas de crédito — o que foi levado a prejuízo e que ainda está a vencer —, a



carteira total de crédito da região, comparamos com o porte dos produtores, o tamanho de área, as capacidades de produção, e fizemos um apanhado também de toda a legislação que trata de crédito rural e, principalmente, das prorrogações na Região Nordeste.

Nós observamos que há pelo menos 24 anos se discute renegociação do endividamento do Nordeste e se procura, com medidas paliativas, buscar uma solução para esse endividamento. São várias escadinhas, exclusões que são criadas, vários empecilhos que acabam fazendo com que os produtores não renegociem. Aí a gente observa que, efetivamente, o que está na lei não chega ao produtor quando a gente observa o alto valor que foi levado a prejuízo pelo banco. Se eu tenho uma medida que permite que eu renegocie e o produtor não consegue renegociar, a tendência é que essa dívida levada a prejuízo aumente cada vez mais.

Isto aqui é um histórico da lei. São 24 anos de negociação. As últimas medidas foram em 2008 com a Lei nº 11.775, que renegociou 18 programas, porém não resolveu. Depois tivemos a Lei nº 12.249, que trouxe a remissão de dívidas para contratos de até 10 mil reais. Novamente, nós tivemos uma escadinha, eliminando vários produtores que não puderam fazer a sua renegociação.

Agora veio a Lei nº 12.716, que foi alterada pela MP nº 610. Qual foi essa alteração? De 2012 para cá, quando os produtores se endividaram, o que aconteceu? Eles deixaram de pagar dívidas antigas e já renegociadas, como PESA, securitização, Dívida Ativa da União.

O que aconteceu com essa dívida? Em vez de o Governo prorrogar essas parcelas e permitir que o produtor renegociasse esses saldos, ele criou uma linha de crédito para o produtor ir lá ao banco refinar essas parcelas em atraso. O banco vai fazer? Nós não acreditamos que ele vai fazer. Ninguém quer dar crédito para quem já está devendo. É um risco elevado. O produtor vai ficar com essas parcelas sem poder fazer essa renegociação.

O que a gente observa em termos de endividamento? Nós temos aqui em torno de 1 milhão e 962 mil contratos. Desses contratos, nós temos um saldo vencido de 4 bilhões e meio e um saldo levado a prejuízo de 6,8 bilhões, totalizando 11,327 bilhões, que é a dívida antiga do Nordeste, dívidas que os produtores vêm tentando renegociar, há vários anos, e não se consegue uma solução.



Nós analisamos também as dívidas transferidas para a União. Hoje, 85 mil produtores rurais da Região Nordeste estão inscritos na dívida ativa. Esses produtores, hoje, não têm condições de renegociar. O prazo está aberto até agosto. Os produtores poderiam renegociar, teriam que pagar a primeira parcela no ato da renegociação, porém não conseguirão fazer essa renegociação e muito menos quitar essa dívida.

Hoje, essas dívidas transferidas para a União somam 2 bilhões e 793 milhões de reais. Portanto, se nós somarmos o que a gente conseguiu levantar até agora — é lógico: há dívidas de outros bancos aqui que gente não conseguiu levantar ainda —, essa dívida soma 14 bilhões de reais, que hoje precisam de um encaminhamento que não seja refinanciar parcela ou fazer uma prorrogação para o final do contrato, porque isso não resolve.

Nós estamos bastante céticos com relação às medidas feitas. Elas foram oportunas? Foram, porque o cenário no Nordeste é crítico. Elas são suficientes? Não são. Elas vão dar um fôlego até 2014. Esse fôlego vem para quem conseguir renegociar a dívida, mas quem já tem inadimplência, que data do dia 31 de dezembro de 2011 para trás, e quem tem inadimplência dessas parcelas de PESA, securitização e DAU, não vai solucionar o problema com isso. Pelo contrário, vai-se agravar porque, a partir do momento em que ele se tornar inadimplente, não vai conseguir mais crédito. Então, as medidas são paliativas e insuficientes. Em 2014, nessa mesma data, podem anotar que uma nova audiência pública, uma nova discussão estará sendo feita com o objetivo de discutir a renegociação do Nordeste.

Já virou calendário. Está no calendário agrícola de todo ano a audiência pública para se rediscutir dívida ativa, e não se tem uma medida efetiva. Em que nós acreditamos diante desse passivo todo? No Nordeste, há pelo menos 2,5 milhões de produtores que têm uma renda inferior a 1 salário mínimo. A maior parcela da renda, hoje, desses produtores vem de incentivos do Governo, como o Bolsa Família, aposentadorias e por aí vai.

É impossível que alguns produtores, principalmente esses que foram transferidos para a dívida ativa, quitem esses débitos. Muitos desses produtores certamente já não estão mais na atividade, porque venderam a propriedade, tiveram que sair e não tiveram condições de continuar.



Então, as medidas que estão sendo feitas são paliativas e não resolvem. Elas tenderão somente a agravar esse problema. A tendência é que esses produtores saiam da região e vão buscar novas oportunidades em outros centros, diante da impossibilidade de continuar desenvolvendo agropecuária na região.

São essas as informações. A gente vai entregar esse estudo todo para a Comissão de Agricultura. Vamos disponibilizar também para as Federações, com o objetivo de levar o esclarecimento, o conhecimento de todos a essa análise da dívida do Nordeste, que é uma demanda antiga que os produtores vêm pedindo, com o objetivo de se discutir e fomentar uma discussão de uma medida efetiva para solucionar essas dívidas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Benedito de Lira) - Muito obrigado, Dra. Rosemeire, pela sua brilhante manifestação.

Eu gostaria de pedir permissão aos Srs. Senadores, Sras. Senadoras e Deputados, pois vou convidar, para dar sequência a esta audiência pública, a próxima oradora, considerando que tenho um compromisso agora, às 16h40min, mas irei e volto.

Eu concederei a palavra à Senadora Kátia Abreu, que já deu sinal, como subscritora do requerimento. Considerando que os palestrantes já se pronunciaram, vamos ouvir agora os autores do requerimento: a Senadora Kátia Abreu, depois os Deputados Luis Carlos Heinze e Raimundo Gomes de Matos. Logo após, daremos sequência aos trabalhos, concedendo a palavra aos Srs. Deputados que se inscreveram e aos representantes das federações, também já inscritos, que falarão em nome dos agricultores. Reitero que será dada a palavra conforme a inscrição. A Senadora Kátia Abreu, sendo autora do requerimento, bem como os Deputados Luis Carlos Heinze e Raimundo Gomes de Matos, têm preferência, para justificar a audiência. Logo após, serão convidados a falar os Deputados inscritos.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, colegas Deputados e Senadores, presidentes de federações, produtores rurais, Sr. Mário Borba, que nos representa hoje nesta reunião, estou aqui como Presidente da CNA, mas muito mais como Senadora, desempenhando o



meu papel de representante do Estado brasileiro, além de ser representante do meu querido Estado do Tocantins.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma fala um pouco diferente das que nós estamos ouvindo — não obstante toda a competência dos que se pronunciaram. Eu já disse isto a V.Exa. em oportunidade na CNA, há uma ou duas semanas, e também aos presidentes de federações: o caso do Nordeste é um caso político, extremamente político, unicamente político. (*Palmas.*) E acho que, nessa questão, aquilo em que nós estamos errando — e eu me incluo nesse erro — é a estratégia.

Quando entrei na CNA como Presidente, nós reunimos nossa Diretoria, todo o nosso grupo que comanda a CNA em todo o Brasil, e pusemos um espelho na nossa frente. Por que os produtores perdem todas as paradas? O que está acontecendo com o setor que mais emprega, mais exporta, produz 1/4 do PIB, e é tão maltratado por alguns segmentos da sociedade? Naquele primeiro momento, nós decidimos que a culpa era nossa. Por isso colocamos um espelho na nossa frente. Nós reconhecemos que a nossa estratégia de comunicação estava errada, que a nossa estratégia de ação estava errada.

Dizemos isso porque estamos diante de tanta obviedade! Por exemplo, quem é que não sabe no mundo que, para plantar arroz, feijão e produzir carne, não é preciso desmatar um pedaço de chão? Quem é que não sabe que a legislação trabalhista impõe situações ao patrão rural que ele não consegue cumprir, por ser uma lei urbana? Sr. Presidente, todo mundo sabe de tudo isso. Por que as pessoas recusam tanto? Porque as pessoas já sabem que o problema do Nordeste é crônico, uma seca desoladora. A seca atual é desoladora, mas não significa que foi a única. Nós estamos vivendo secas, e secas, e secas. É uma coisa tão óbvia! E por que nós ainda estamos aqui?

Preservo a presença a todos os senhores que estão neste plenário e agradeço, mas sem a presença dos Ministros da Integração Nacional e da Agricultura... Sequer o Presidente do Banco do Nordeste se dignou a vir até aqui! Eu sugiro convocação! (*Palmas.*)

Quero ressaltar o MDA, reconhecer-lhe a competência e dar a mão à palmatória: um Ministério que deu conta do recado. Resolveu o problema dos pronafianos do Nordeste. Só que seca não tem cara, nem tamanho de terra, não,



gente! (*Palmas.*) Por que o Ministro teve interlocução com o Governo Federal, teve interlocução com a Casa Civil, teve interlocução com o Ministério da Fazenda e salvou os pronafianos? Parabéns a V.Sa. e ao seu Ministro! Agora, do outro lado, não temos ministério do Nordeste. Só se criarem um. Porque o Ministério da Agricultura não pode ser só do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste. Nós estamos com problemas gravíssimos no Nordeste, que faz parte do Brasil. Nós não temos culpa de ter dois Brasis. Nós temos dois Brasis: um Brasil com chuva e outro sem chuva. Temos um Brasil em que não se pode fazer nada, que é a Amazônia. Cada um merece tratamento diferenciado, e com seriedade, honradez, dignidade. Que nos respeitem nesta Casa!

Nós não aceitamos. Sr. Presidente, não aceite mais nenhuma reunião aqui com representantes. Este é o primeiro passo que temos que dar, para mostrar ao povo que estamos falando sério. (*Palmas.*)

Estou aqui. Não sou candidata à Presidência da República. Sou candidata, mal e mal, no Tocantins, se Deus permitir e o povo quiser. Por isso, não estou aqui, Sr. Presidente, jogando para a plateia, não! Esse assunto já está aqui, o problema do Nordeste já chegou aqui! O pote encheu!

O que acontece? Com todo o carinho e a consideração que tenho à Sra. Presidente Dilma — tenho, e não tenho medo de dizer que não votei em S.Exa., não a apoiei, mas acredito em S.Exa. —, digo que considero Dilma uma mulher surpreendente, mas entre a Presidente ir lá, lançar um programa e o programa ser viabilizado pelos Ministérios afins, há uma distância grande.

S.Exa. pensa que prorrogou tudo automaticamente. S.Exa. não sabe dos detalhes, porque nem tem tempo para isso. Não sabe que estão exigindo dos produtores que não são pronafianos a garantia de prorrogação. Vão prorrogar como, com o quê? O Banco do Nordeste vai colocar o pescoço dele na guilhotina? Vão ser todos presos. Não vão fazer isso, nós sabemos disso. Essa prorrogação não automática é um cinismo, diante da situação do Nordeste. Ou, por um acaso, o pronafiano é diferente do micro e do médio, na hora da seca? A diferença é zero. Por que não prorrogou automaticamente para todo mundo? Ninguém tem coragem e condições de pagar!



Sr. Presidente, as condições diferenciadas são condições diferentes para os iguais; porque, nesse caso, todos são iguais. Para uns é automático, rito sumário: é carimbada a prorrogação, e o dinheiro da seca é liberado. Agora, para os micros, pequenos e médios agricultores — na testa deles deve estar escrita alguma outra coisa — é preciso certidão do CADIN, 23 documentos, projeto técnico, aditivo; se o projeto passar de 100, tem que ir lá para a central do Banco do Nordeste, que é um inferno!

Ah, Presidente, isso é tratar os outros com esculhambação! Não vamos aceitar isso aqui! E vamos nos reunir politicamente. *(Palmas.)* Precisamos de estratégia.

Até aquela apresentação da CNA, tudo está certo. Tudo o que foi apresentado está certo. Isso não vem ao caso, esse assunto já está batido. Estamos perdendo o crédito e a credibilidade. Temos que mostrar quem é homem que veste calça, e mulher que veste saia — e o faz o dia inteiro, não por meio dia! *(Palmas.)*

Sr. Presidente, fico muito à vontade para falar, porque já havia dito isso a V.Exa., em particular, e já havia dito também às minhas federações. Todo mundo está desesperado, sem saber como voltar para casa. Não há solução. O Banco do Nordeste sequer dá uma resposta definitiva. Vem com enrolação, mostrando os vultosos recursos prorrogados, mas não quer separar o PRONAF, não quer mostrar a realidade.

Pergunto: e o futuro do Nordeste? O futuro do Nordeste é vender todas as terras, perder o patrimônio tecnológico que construímos com os braços e cabeças dos produtores, e ficar por isso mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Senador Benedito de Lira) - Vender não, Senadora. O próprio Banco do Nordeste executa e toma, porque até bicicleta toma. *(Palmas.)* Seria até bom se assim fosse, porque o cara compraria em outro lugar, mas não vende.

A SRA. SENADORA KÁTIA ABREU - Sr. Presidente, sou parceira com estrutura nova, sou parceira com estratégia nova. Dessa forma, com essa estratégia, eu estou fora, eu me recuso. Com uma estratégia nova, a CNA vai trabalhar de forma organizada, vai investir todas as forças que tem. E dou um exemplo: começaremos pela convocação de quem não veio até aqui hoje.



Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Senador Benedito de Lira) - Obrigado, Senadora Kátia Abreu. V.Exa. tem absoluta razão. Fui Deputado aqui durante quatro mandatos. Desde o primeiro deles, em 2003, já se falava em prorrogação da dívida dos pequenos e médios agricultores. Naquela época, não havia o agricultor pronafiano, mas era uma luta terrível para se conseguir fazer alguma coisa a fim de minimizar essa dificuldade; e sempre prorrogando, prorrogando o que não se pode pagar. É a mesma coisa que, por exemplo, um doente em estado terminal — e sei que há no recinto Senador e Deputado médico: a garrafa do oxigênio secou, mas há uma gotinha para se sobreviver até amanhã; dão então a gotinha, e o doente sobreviverá até amanhã; depois de amanhã, morrerá. A situação é a mesma. Prorrogar é apenas adiar o sofrimento do pequeno e médio agricultor com especialidade no Semiárido do Brasil.

Convido para assumir a Presidência o nobre Deputado Raimundo Gomes de Matos, pois tenho um compromisso às 16h30min. Logo após, retornarei para esta audiência, que vai prolongar-se.

Já que S.Exa. vai assumir a Presidência, não terá direito à palavra agora. Por isso, concedo a palavra ao Deputado Luis Carlos Heinze, subscritor do requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, Sr. Deputado Raimundo Gomes de Matos, que assume agora a Presidência, saúdo os colegas Parlamentares, os representantes das federações de agricultura, os produtores e os representantes dos Ministérios.

Considero que a fala da Senadora Kátia Abreu diz bem a respeito do assunto. Falo, Sr. Mário Borba, em nome da Frente Parlamentar da Agricultura, em ajuda aos colegas Parlamentares do Nordeste, sabendo da necessidade de uma força e de um esforço não apenas da bancada do Nordeste. E digo que podem contar com a Frente Parlamentar da Agricultura, que se coloca à disposição para seguirmos a linha apresentada pela Senadora Kátia Abreu.

Sr. João Luiz Guadagnin, vejo a questão da prorrogação automática para os pequenos agricultores. O Deputado João Grandão e outros Parlamentares já vêm



discutindo esse assunto. Sabemos que, de certa forma, eles se equacionam, e há certas políticas para isso.

No mais, a respeito dos médios e grandes agricultores, digo que sou do Rio Grande do Sul e lá discutimos a dívida do arroz, que colho todos os anos. Ainda estamos discutindo há 3 anos a dívida da seca numa região que em 9 anos sofreu três secas e perdeu três safras. Lá o pessoal colhe, e não consegue.

Portanto, digo ao pessoal do Banco do Nordeste que está presente — e também a representantes do Banco do Brasil, não sei se estão presentes: tem que haver tratamento diferente. Essa prorrogação, simplesmente...

O que fez a competente Secretária da CNA mostra esse resultado. Fui Relator da Lei nº 11.775, em 2008. Há muitos anos, nós já dizíamos que aquilo não resolvia. Isso ocorreu em 2008, Sr. Mário Borba! Nós estamos protelando a morte! São 80 mil ou 90 mil produtores que estão fora. O hoje Senador Benedito de Lira, na época Deputado, já nos ajudava. O saudoso Nélio Dias, lá atrás, empunhava essa bandeira com outros Deputados que estão aqui, tentando uma solução para o problema que se arrasta. Estou vendo que tem que haver essa definição.

Peço aos representantes dos Ministérios que se juntem. Dirijo-me ao Sr. Wilson Vaz e ao Sr. João Luiz Guadagnin, do Ministério da Agricultura. Não sei se há alguém aqui do Ministério da Integração, mas o Ministro tem que assumir essa bandeira. Nós temos que juntar os três Ministérios afins e dar uma solução ao problema.

Vejam os colegas da Bahia. Os produtores de cacau não aguentam mais. Estive outro dia no Piauí falando sobre o Código Florestal para o pessoal que está lá plantando soja. Eles têm dívidas resistentes, de anos atrás. E não entra na cabeça que tem que haver uma solução para essa gente? Protelar, prorrogar por 2, 3, 4, 5 anos não é solução para esse tipo de caso, que é muito, mil vezes mais grave que o que conheço no Rio Grande do Sul. É preciso haver essa definição!

E podem contar, as federações e os colegas Parlamentares, com o auxílio da Frente Parlamentar da Agricultura, no sentido de dar uma solução ao problema — Deputado Raimundo Gomes de Matos, V.Exa. foi também autor desse requerimento, nós o subscrevemos juntos.



Não sei se temos aqui o pessoal da cana, da soja. Temos aqui o pessoal da pecuária, da fruticultura. Qual a situação dessa gente? Não têm saída! Vejam o valor da dívida ativa! O Governo nunca vai receber essa dívida! Como vai ficar desse jeito? Pedimos uma solução para isso. Não, querem saber o déficit. Tomem as propriedades de uma vez! Não há jeito, não há saída! Acham que com 10 anos vão resolver essa questão? Não há saída!

Como disse a Senadora Kátia Abreu, temos que discutir essas políticas viáveis para os Estados nordestinos e, além do mais, ver como equacionar os problemas. São oitenta e poucos mil produtores. Tem que haver uma solução. E essa solução de 2, 3, 4, 5 anos não resolve o problema. Tem que haver algo muito mais abrangente. Muitas vezes vemos, no Ministério da Fazenda e também nos próprios bancos, tecnocratas e burocratas olhando os números: isso não vai resolver, não há condição para isso!

Portanto, contem com o nosso apoio. Estamos aqui solidários, e vamos ajudar a trazer também aos irmãos nordestinos uma saída honrosa para o caso. Contem conosco!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradecemos ao Deputado Luis Carlos Heinze a intervenção.

Parabenizamos todos os Parlamentares presentes e as entidades aqui representadas.

Ao assumir esta Presidência, recordo-me que há praticamente 1 ano, quando eu presidia a Comissão de Agricultura, nós conseguimos, num grande esforço, que o Governo participasse de uma audiência pública para tratar da perspectiva, por meio do INPE, de todo o cenário que tínhamos, no que diz respeito à meteorologia. Com idas e vindas, o INPE veio a esta Casa. Naquela ocasião, em maio do ano passado — e está registrado nos Anais desta Comissão —, o INPE afirmava que tínhamos a probabilidade de 40% a menos de chuva.

Eu estava animado, quando conseguimos esta audiência pública e também quando, com o apoio dos dezesseis Líderes desta Casa, o Presidente Henrique Eduardo Alves convocou para amanhã uma Comissão Geral. Eu estava animado para amanhã, mas estou triste hoje. Por quê? Porque fica comprovado o



descompasso — e desculpem-me os representantes do Governo — que há no Governo para enfrentar essa problemática.

Pego as palavras do nosso estimado Sr. Vaz: *“Vamos tentar fazer uma pactuação”*. De tentar morre o burro e quem o tange! (*Palmas.*)

Se formos verificar as palavras do nosso estimado Superintendente da SUDENE — *“Nós precisamos reconstruir.”* —, diremos que não existe um plano. Os Ministérios não conversam.

A Medida Provisória nº 610/2013 está modificando pela quarta vez o Seguro Safra. Desculpem-me o termo, mas que diabo é isso?! Fui Relator da Medida Provisória 587, depois chegou a 594, depois a 603, que eu tive que acoplar, e aprovamos correndo. Agora, já há a Medida Provisória 610!

Com toda a vênia ao MDA — e há Prefeitos aqui representando a Associação dos Municípios —, se pegarmos o carro hoje e formos a Santa Quitéria, que recebeu duas patrulhas mecanizadas, veremos que uma está no posto, com o motor batido. O Prefeito disse: *“Deputado, a Presidente deu, eu ganhei. Eu não tenho tratorista. Não me perguntaram se eu tenho tratorista.”*

Neste momento em que estamos aqui, sabem qual reunião está acontecendo lá no Senado? Aquela em que se discute se o DNOCS vai existir, se a sede será em Brasília ou em Fortaleza. Há um descompasso, uma desconsideração. No momento de os Senadores estarem aqui lutando, há um grupo de Parlamentares do Nordeste tentando revitalizar a Região. E o Líder do PT nesta Casa, Deputado José Guimarães, disse: *“Não, isso não é coisa da Presidente Dilma. Isso foi ideia do Ministro da Integração.”* Isso comprova mais uma vez, como estou dizendo, o descompasso. Se o Líder do PT, Deputado José Guimarães, afirma que a Presidente Dilma nada sabia da responsabilidade de transferir o DNOCS para a CODEVASF ou para o Ministério da Integração, a fim de coordenar o sistema de águas no Brasil, ou o Ministro da Integração não despacha com a Presidente Dilma, ou realmente a Presidente Dilma não está sabendo de nada. Isso nos preocupa.

Esse filmezinho, que foi passado na Federação da Agricultura do Estado do Ceará, remetido pelo Rio Grande do Norte, está lá há praticamente um mês. Neste exato momento, centenas de gado devem estar morrendo. A Secretaria de Saúde do Ceará já emitiu um relatório no qual afirma que a qualidade da água do carro-pipa



para consumo humano não é compatível com a saúde pública. Cito o jornal *O Povo*, do Estado do Ceará. Quando a Presidente Dilma esteve naquele Estado, foi entregue a S.Exa. a carta. Os repórteres tiveram acesso à Presidente Dilma, que disse, entre aspas: *“Ninguém previu a maior seca dos 50 anos.”* S.Exa. admitiu que o Governo foi apanhado de surpresa.

Pelo amor de Deus, não é questão de ser DEM, PT, PSDB, PMDB! É questão da economia, da sobrevivência e da soberania do povo nordestino. Durante esse período de cinco mandatos, só vi uma vez a bancada do Nordeste se posicionar: foi contra os *royalties*.

A Senadora Kátia Abreu deu um ultimato: ou nós nos estruturamos aqui, e a bancada toma um posicionamento de nordestino forte e firme; ou nós vamos ser tratados como nos tratam os discursos que surgem no Plenário: *“Não, ninguém vê mais caminhão sendo assaltado, ninguém vê mais armazém sendo saqueado.”*

O clientelismo mudou. O clientelismo é Bolsa Família, só. Aí o Ministro da Integração, meu amigo Fernando Bezerra, diz: *“Não, o canal de não sei o que levou 20 anos; o canal de não sei o que levou 40 anos”*. Como se nós pudéssemos esperar mais 10 anos pela transposição de águas do Rio São Francisco. Por que não pega essa obra e entrega ao Batalhão de Engenharia, como fez o Ciro naquela época? Houve um problema com as empreiteiras, aquele Bispo da Bahia fez greve de fome e o ex-Ministro Ciro tomou uma decisão: *“Vou colocar o Exército para começar a transposição.”* Era para ter deixado!

Quanto às agências de fomento, fico alegre e triste. Aqui está o boletim oficial do nosso Banco do Nordeste. Hoje, dia 7, há um leilão judicial em Dourados, na Bahia, leilão de áreas do Banco do Nordeste. Muito bem, se há o leilão, alguém está sendo executado. E aqui diz que o lucro do Banco do Nordeste cresceu 61,6%: supera 500 milhões de reais. Quando da época de Celso Furtado, daquela ideologia com a SUDENE, seria indagado: *“O Banco do Nordeste é para gerar esse lucro ou para garantir o desenvolvimento do País?”* É claro que o banco não pode ter prejuízo. Alguma coisa está errada.

Isso é falta de planejamento, no meu modo de ver. Não sou economista, não sou ruralista, sou médico, mas aprendi nesta Casa que nós precisamos ter, acima de tudo, essa pressão política. Digo lá nas rádios do nosso Estado: *“Não adianta ir lá*



tocar fogo numas carcaças!” Desculpem, mas o Prefeito me disse que estava usando as caçambas para levar as carcaças dos animais! Houve planejamento para conversar com a Associação dos Municípios? *“O quê vocês querem? É trator? É retroescavadeira? É máquina perfuratriz?”* Lá no DNOCS há sete máquinas perfuratriz; quatro estão quebradas. E fica um festival de trator, de máquina carregadeiras, de patrol. É necessário? Sim, mas neste momento não é necessário. As caçambas estão levando as carcaças dos animais, os Prefeitos me disseram — ao menos estão servindo para alguma coisa.

Nós precisamos hoje ou amanhã tomar um posicionamento e ter a coragem de dizer: *“Não se vota mais nada, nem medida provisória de portos!”* Nós precisamos ser radicais, para termos certeza, acima de tudo.

Para concluir e oportunizar o debate, cito apenas artigo de Fábio Campos no jornal *O Povo*, texto que depois repassarei para os nossos colegas. O articulista faz um retrato do que está acontecendo: *“A falta de oposição causa mais estragos que uma seca.”* Fábio Campos é articulista do jornal *O Povo*, do Estado do Ceará, e mostra o que infelizmente está acontecendo de fato.

Também no jornal *O Povo*, a Presidente Dilma diz o seguinte: *“Só não posso recuperar o rebanho enquanto tem seca, mas eu quero assegurar...”* Eu vou saber quem foi o jornalista que gravou isso aqui! A Presidente Dilma diz o seguinte: *“Eu quero assegurar ao agricultor, ao pequeno proprietário, àquele que tem uma cabrinha morta, àquele que tem um bodinho morto, àquele que tem um bezerrinho, que o Governo Federal vai recuperar tudo isso.”* Está aqui, entre aspas. Se o jornalista colocou entre aspas, é porque foi gravado.

Nós precisamos ter toda essa pactuação!

Quanto à CONAB, na medida provisória de que fomos Relator havia 300 milhões de toneladas; conseguimos pactuar 550 milhões de toneladas. Qual foi o resultado? Vejamos o que dizem nos jornais: as cisternas estão atrasadas; mais uma vez, o milho é adiado; o Ceará deve receber 30 toneladas de milho em maio; agora, já são mais 27 dias para frente, então vai para junho. Isso é falta de planejamento! Estes são fatos concretos.

Diante da presença de todos os senhores e com a aquiescência do Presidente Henrique Eduardo Alves e também a aquiescência do Senador Renan



Calheiros, nós temos a oportunidade de ter dois nordestinos comandando o Congresso Nacional. É claro que há aqui o Deputado Luis Carlos Heinze, que é do Sul, e temos os Deputados do Centro-Oeste, mas essa balança precisa ser reequilibrada.

A nossa reivindicação é que haja mais integração do Governo, e que a SUDENE puxe realmente essa ação. Recordo-me muito bem o que disse o ex-Presidente Lula no Banco do Nordeste em 2003, quando Ciro era Ministro: *“Ciro, você vai ter a missão de recuperar a SUDENE até o final do ano.”* O então Ministro Ciro ficou feito doido nesta Casa. Lá no Senado nós aprovamos a revitalização da SUDENE, em um ano e meio! Depois foi promulgado, e o Presidente Lula após onze vetos, que ainda estão aí. Infelizmente, nós realmente ficamos sem ter como dar credibilidade.

Quanto aos bancos e aos gerentes de bancos, sempre digo nas minhas andanças e nas rádios: *“Olha, não adianta você criticar, querer pressionar o gerente do banco, porque ele está fazendo o que sendo normatizado pelo Governo.”* Se eu fosse gerente, executaria, infelizmente, pois seria a minha missão. O que nós precisamos é convocar o Ministro Mantega, assim como fizemos com a Ministra Gleisi Hoffmann, que virá amanhã para falar sobre a questão das áreas indígenas, porque ficou o Ministro da Justiça dizendo uma coisa e a Ministra dizendo outra. Convocamos a Ministra Gleisi, que virá amanhã. Se for o caso, vamos convocar a área econômica, para que possa orientar os Secretários, os gerentes de banco, os diretores, na normatização dessa questão, que é gravíssima, gravíssima, gravíssima!

E nós estamos em maio. Temos junho, que não tem chuva; julho, que não tem chuva; agosto, que não tem chuva; setembro, que não tem chuva; e outubro também não. Dezembro também não tem chuva, a não ser que haja uma catástrofe positiva e chova nesse período.

Dando sequência à nossa audiência pública, com satisfação passo a palavra ao nosso Deputado André Moura.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Sr. Deputado Raimundo Gomes de Matos, que preside esta audiência pública, quero cumprimentar V.Exa. e saudar os demais membros da Mesa, que vêm debater este tema tão importante, o



endividamento dos produtores rurais devido aos problemas da seca e da falta do abastecimento de água da região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, depois de ouvir atentamente todos que fizeram uso da palavra, percebo que há uma consciência plena de que é necessário ser revista urgentemente a questão dos pequenos e médios agricultores.

Nesse sentido, quero parabenizar o MDA pelo trabalho que tem feito na defesa da agricultura familiar, no PRONAF — agora mais 80% foram concedidos para a agricultura familiar, para o PRONAF.

Contudo, chamou-me a atenção algo que ouvi, e não sei se foi o Sr. João Luiz que falou. Foi dito que a agricultura familiar anda em perfeita sintonia com os movimentos sociais. Fiquei feliz ao ouvir isso. Contudo, se os movimentos sociais e a agricultura familiar estão em perfeita sintonia, e também estão o Governo e o MDA, conseqüentemente é necessário que levemos esta sintonia também para os pequenos e médios agricultores, porque todos estão no mesmo contexto. Repito, todos estão no mesmo contexto. Por isso, é fundamental que essa mesma disposição, esse mesmo olhar que tem o MDA para a agricultura familiar, tenha a área econômica do Governo para os pequenos e médios agricultores do nosso País.

Nós, por exemplo, temos aqui na Resolução nº 4.210 uma questão que me chama a atenção: os pequenos e médios agricultores, ao aderirem à rolagem da dívida para poderem ter o direito de prorrogá-la por mais 10 anos, aqueles que tomaram empréstimos, fizeram operações contratuais antes de 21 de setembro de 2012, tiveram a taxa de juros mantida, de 8,75%. Agora, é lógico que nós sabemos que muitos dos pequenos e médios agricultores — não precisamos ir muito longe, alguns estão na bancada aqui de trás — estão perdendo seus animais, devido a esta que é maior seca dos últimos 50 anos que atinge o Nordeste do País. E muitos dos pequenos e médios agricultores, por não terem alternativa, terminam rolando a sua dívida, mas é praticamente experimentar do veneno oferecido a eles, porque é a morte anunciada. Quem já está passando por dificuldades, não tem condições de pagar, na rolagem da dívida, o mesmo percentual de juros de 8,75%; enquanto aqueles que, a partir dessa data, 21 de setembro de 2012, contraírem, fizerem novos contratos, terão taxas de 3,53% e, se pagarem em dia, ainda terão os 15% do



rebate, e a taxa é diminuída para 3%. Então essa é uma situação que nós precisamos rever com a máxima urgência. O médio e o pequeno agricultor quando tomaram empréstimo o fizeram para plantação de milho, feijão, arroz, e essas produções foram perdidas. E quando se perde a produção, conseqüentemente não se tem como honrar o pagamento dos empréstimos tomados. Não é que o pequeno agricultor queira dar o calote. Ele não tem condições de honrar o pagamento, porque a produção foi perdida. A mesma coisa acontece com quem tomou o empréstimo para, por exemplo, criar animais. Boa parte desse plantel de animais se perdeu, morreu, exatamente pela seca que se enfrenta há tanto tempo.

E o que mais nos chama a atenção, Deputado Leonardo Gadelha — e V.Exa. amanhã será responsável pelo requerimento, já que amanhã teremos a oportunidade de debater a seca no Nordeste, numa Comissão Geral, no Plenário da Câmara, que inclusive agora na reunião do Colégio de Líderes, enquanto Líder do PSC nós discutimos a possibilidade de se cancelar essa Comissão Geral amanhã e transferi-la para a próxima semana, e nós agora acabamos de defender e conseguimos no voto que esta Comissão Geral seja feita amanhã para discutirmos a seca —, é que o dinheiro não é do mercado financeiro; o dinheiro é do Tesouro e é para essa finalidade. E se é para essa finalidade, por que não dar aos pequenos produtores, agricultores, que tomaram empréstimo de 21 de setembro de 2011 para trás o mesmo tratamento para aqueles que vão tomar empréstimo dali para frente? Então, nós temos que rever essa situação.

É importante esse debate com todos os senhores, para que cada um, e temos aqui representantes do Banco do Nordeste, do Ministério da Integração Nacional, do MDA, do Ministério da Agricultura, possa levar tudo o que foi debatido nesta audiência pública para os Ministros. Mas quero reafirmar aquilo que já foi dito anteriormente: cabe a esta Comissão... eu estava agora na reunião dos Líderes, Deputado Raimundo Gomes de Matos, enquanto Líder do PSC, com o Deputado Henrique Eduardo Alves, e ele nos informava que em torno de mil, 1.500 produtores e agricultores estarão aqui amanhã, e vai ser formada uma Comissão para conversar com o Deputado Henrique Eduardo Alves e com os Líderes partidários, e o que eu vou defender é que não se convide mais, não, porque nós vimos aqui, ouvimos, discutimos, todos se deslocam dos seus Estados, dos seus Municípios,



enfrentam dificuldades, criam expectativas e a solução não chega. Eu acho que nós temos que amanhã — e eu, enquanto Líder do PSC, vou defender isso — convocar os Ministros responsáveis da área econômica deste Governo, (*palmas*) para vir aqui, de forma respeitosa a quem produz neste País — sendo este país o que muito em breve quer ser o maior produtor agrícola do mundo —, dar as condições para que todos os produtores possam realmente nos dar a alegria e a honra de dizer muito em breve que nós somos o maior produtor agrícola do mundo. Mas essas condições têm que ser dadas pelo Governo. As condições têm que ser dadas por aqueles que realmente têm o poder da “caneta” na mão. E vamos defender amanhã que todos possam ser convocados porque, como já disse, o dinheiro não é do mercado financeiro, é do Tesouro, e é para essa finalidade. E quem enfrenta uma seca de tantos anos, como nós enfrentamos, não tem alternativa, a não ser agir dessa maneira.

Eu quero dizer que li aqui um manifesto que recebi da Associação dos Mutuários do Crédito Rural do Estado da Paraíba, e ele que diz que o Banco do Nordeste é inimigo dos pequenos agricultores rurais. Eu não diria isso. Mas diria que o Banco do Nordeste precisa tratar os pequenos e médios agricultores rurais de uma maneira mais atenciosa e respeitosa. Nós não podemos permitir o que estamos vendo hoje, como eu vejo acontecer no meu Estado de Sergipe, e há relatos aqui que o mesmo acontece na Paraíba, e como eu vi, agora, o Deputado Colbert dizer na reunião de Líderes, que também acontece na Bahia: os pequenos e médios agricultores perdem a sua safra, perdem a sua produção; os que têm animais, veem os animais morrer devido à seca, e não conseguem honrar o pagamento dos seus empréstimos, não porque queiram dar calote, mas porque realmente as condições não lhes permitem fazê-lo, que eles sejam desrespeitados por este Governo, pelo Banco do Nordeste, pelo Banco do Brasil, como estão sendo, querendo tomar o pouco que lhes resta, o pouco que resta ao sertanejo. Se é a terra, querem lhe tomar a terra; se são poucos animais, querem lhe tomar os poucos animais que restam. E ele vai se manter e garantir a sobrevivência de sua família de que maneira? O que não podemos ver é o próprio Banco do Nordeste executar o pequeno produtor rural que tem débito abaixo de 15 mil reais. Não deveria fazer. Não pode ser feito, na verdade. Enquanto o próprio Banco do Nordeste, que deveria



cobrar a dívida daqueles que são considerados grandes, e que fizeram empréstimos acima de 200 mil reais, não o faz. Não o faz. (*Palmas.*) E quem está dizendo isso não sou eu, não. Quem diz isso é a fiscalização do Tribunal de Contas da União, feita em apenas 14 agências das 211 agências do Banco do Nordeste. Quer dizer, é uma inversão de valores: quanto menor, quanto mais sacrificado, mais se coloca o pé na garganta para terminar de matar; enquanto os ricos, os maiores têm condições de ter os seus empréstimos perdoados, aqueles que tomaram mais de duzentos mil reais. São situações como essa que precisam ser revistas.

Tenham a certeza de que nós entendemos dessa maneira: que essa taxa de 8,75% precisa ser revista para que os pequenos e médios produtores que tomaram empréstimo antes de setembro de 2011, porque é uma pirâmide. Sem os pequenos e sem os médios, os grandes não vão existir, porque os pequenos e os médios fornecem a matéria-prima para os grandes. Então, vamos rever essa situação.

Mais uma vez quero reafirmar que amanhã vamos debater todas essas questões na Comissão Geral, através do requerimento do Deputado Leonardo Gadelha; e na reunião dos Líderes, com o Presidente da Casa e com a comissão dos agricultores que aqui virão, vamos defender todos esses pontos que aqui discutimos. Vamos rever a questão dessa taxa de 8,75% de quem tomou empréstimo antes de setembro de 2011, a taxa não pode ser essa, tem que ser a mesma taxa de quem toma empréstimo daqui para frente, porque senão é oferecer o veneno para quem já está prestes a morrer e aí, no desespero, o cara toma o veneno e acaba morrendo. Também vamos discutir não o convite, mas a convocação para mostrar que este Parlamento respeita quem produz neste País, mas respeita principalmente os pequenos e médios, e não só os grandes produtores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Quero agradecer a participação do Deputado André Moura, Líder do PSC.

Passo a palavra ao Deputado Oziel Oliveira.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Boa tarde, Sr. Presidente. Quero cumprimentar todos os nossos convidados e dirigir um cumprimento especial aos agricultores e também aos presidentes de sindicatos, ao Presidente da Federação do Estado da Bahia, Dr. João Martins, aqui presente. E quero também fazer menção



a nossa Senadora Kátia Abreu, fazer minhas as palavras dela, porque realmente não podemos permitir o que vem acontecendo.

Nós, como Congresso Nacional, não estamos resolvendo as coisas da forma como precisa o agricultor que está lá no sertão, vendo seus animais morrerem, sem ter a condição de atender.

Nós sabemos das dificuldades por que hoje, por exemplo, a Bahia passa. Mais de 1 milhão de cabeças de gado já foram dizimadas e, agora, eu faço, após tantas falas já feitas por aqui, uma fala em relação às prorrogações, aos contratos e às taxas de juros daqui para frente. Nós não podemos permitir, como Deputado, também como agricultor, como médio produtor da Bahia, que sou, sabendo da condição de um pequeno, de um médio, de um miniprodutor, sabendo das condições em que se faz agricultura no Nordeste do País, que se faça uma negociação diferenciada para uma parte e para outra não. Não podemos permitir que haja uma taxa de juros para uns e para outros não, até porque a agricultura é igual para todo mundo. Quem planta 1 hectare, ou planta 10 hectares, ou planta 50 hectares, ou planta mil hectares têm as mesmas condições, as mesmas adversidades. A seca vem para todo mundo, menos para aqueles que podem ter a sua própria irrigação, o que não é o caso da maioria absoluta.

Eu sei que está inscrito para falar aqui, com a representação que tem, o nosso presidente, Dr. João Martins, que tem recebido em seu gabinete queixa dos médios, pequenos e miniprodutores, sabendo que mais de 1 milhão de rezes foram dizimadas.

Eu faço aqui este questionamento ao Banco do Nordeste: como é que se vai poder pagar uma conta daqui a 4 anos, 5 anos, se o capim acabou, se a vaca morreu? Como é que ele vai fazer um parcelamento de nova dívida sem que haja projeção de receita? Faço o questionamento ao MAPA e a todos que estão aqui.

Nós sabemos que, para recompor a pastagem, ele vai precisar de novos financiamentos; para recompor o gado, vai ter que haver novos financiamentos, porque ele está totalmente empobrecido, até porque aquela vaquinha, que passou ali naquele filme, faz parte da família. Os animais no Nordeste fazem parte da família! É a vaca que fornece o leite para dar aos meninos. Aquela vaca faz parte da



convivência familiar diária, e ela foi dizimada! Então, fico triste de ver essas condições.

E quero fazer uma denúncia gravíssima sobre o Banco do Nordeste de João Dourado. Hoje, dia 07 de maio de 2013, está ocorrendo um leilão em praça. Enquanto nós estamos aqui discutindo, os nossos produtores da Bahia que estão aqui sabem que o seu patrimônio está sendo leiloado por menos da metade do preço de avaliação.

O produtor que só tem uma pequena propriedade que vai ser vendida lá na região de Irecê, uma propriedade de 160 hectares, por 115 mil reais em preço mínimo de leilão mínimo, que vai vender seu trator por 17 mil reais nunca mais será agricultor. E o Banco do Nordeste está proporcionando isso. Isso é uma vergonha! Nós não podemos permitir isso. *(Palmas.)*

Nós temos que acabar com isso aqui na mesma hora. A Presidência da República já deveria ter determinado que isso aqui acabasse. Já imaginaram? Um milhão de cabeças de gado foram mortas e, agora, em praça, vão leiloar sua propriedade?

Estou vendo aqui uma propriedade pequena, de 40 hectares, que é a propriedade com a casa, o curral e a cisterna, e que está sendo leiloada por 24 mil reais. Com o valor pedido em leilão não se faz o que tem lá. Então, isso aqui não tem condição de se ver.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - É. O Programa Minha Casa Minha Vida paga 32 mil reais em uma casinha que estão fazendo. Aqui está sendo leiloada uma propriedade rural por 24 mil reais. Então, nós não podemos ver isso e ficar calado aqui no plenário.

Outra coisa que nós temos que fazer, Sr. Presidente, é um planejamento, pois grande parte dessas dívidas tem que ser anistiada. Não adianta levar para prorrogação, porque esse produtor realmente não vai pagar. *(Palmas.)* Tem que ser a-nis-ti-a.

Quando se fala aqui no Congresso de anistia, parece que se está protegendo o pequeno, o médio ou grande. Não. Nós estamos falando de estado de calamidade



pública, de gente que nós próximos 10 anos não vai pagar dívida nenhuma, porque essas pessoas estão em situação de emergência.

Eu também recebi essa carta — está na mesa de vários Deputados — e a vejo com grande preocupação. E ela foi entregue à Presidente Dilma, quando da sua visita à Paraíba: “O Banco do Nordeste toma do pobre para dar aos ricos.” Há aqui vários relatos, e o Banco do Nordeste tem que tomar providências com relação a isso aqui. Há nessa carta palavras do TCU, palavras de agricultor, de muita gente. Isso aqui é preocupante para nós que somos do Nordeste do Brasil e não pode acontecer. Como Parlamentar, não podemos permitir isso aqui.

E faço aqui uma sugestão, Sr. Presidente. Como já diz o poeta, o nordestino não precisa de esmola; nós precisamos ser respeitados e de que a infraestrutura de que necessitamos seja feita, porque a pobreza que está no campo já chegou à cidade.

Há uma semana este plenário estava lotado de Prefeitos da Bahia, que também já não aguentam mais bater às portas. E o Governo Federal tem que dar uma solução, porque as receitas vieram todas para Brasília, e hoje os prefeitos do Nordeste e do Semiárido são gerente de programa do Governo Federal. Ele só faz receber os recursos dos programas e repassá-los, sendo simplesmente um gerente de programas sociais do Governo Federal. Nós não podemos mais permitir que isso aconteça com as cidades do Nordeste.

Então, o que o Nordeste precisa é dos poços artesianos, das barragens, da perenização dos rios, precisa de investimentos em infraestrutura de estrada, de pavimentação de longas estradas que ainda não foram feitas. E precisamos fazer com que o agricultor seja respeitado em toda sua condição. E a negociação de dívida tem que ser por igual e também as taxas de juros.

São essas as minhas palavras. Eu vou encerrar pelo adiantado da hora. Os presidentes de federação que aqui estão vão falar e, talvez, o que vão dizer seja até mais importante do que a nossa palavra, pelo que eles estão vivendo no seu dia a dia.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradecemos ao Deputado Oziel Oliveira e passamos a palavra ao Deputado Humberto Souto e, em seguida, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, senhores Membros da Mesa, eu vou muito na linha da Senadora Kátia: eu acho que esse problema todo, essa conversa fiada toda vem se repetindo. Eu participei do grupo que discutiu a última negociação, há 3 anos, e a conversa é a mesma, os burocratas são os mesmos e a enrolação é a mesma com referência ao problema principalmente do Nordeste brasileiro. Então, discutir aqui o que deve ser feito eu acho que é perder tempo.

A desconsideração é total com o Congresso Nacional. E o Congresso Nacional faz por onde, pelo comportamento dos Srs. Parlamentares, pela submissão do Legislativo ao Executivo. Não é o Ministro que desrespeita o Parlamento, não. É o chefe de gabinete, é o contínuo que desrespeita o Parlamento, pela desmoralização a que chegou o Congresso Nacional. Essa é que é a verdade incontestável.

Como esse é um problema político e tem que ser decidido, tem-se que mexer com o brio do Parlamentar. E só as suas regiões, só os seus Estados podem chamar o Parlamentar para uma conversa sobre aquilo que está acontecendo na sua região, porque, na verdade, o Parlamentar hoje não tem independência para discutir com o Poder Executivo sobre aquilo que tem que ser feito pelas suas regiões.

Nós sabemos que essas discussões todas são feitas pelos burocratas. Faz-se uma reunião como esta, convocam-se todas as associações, todas as entidades, as pessoas viajam mil quilômetros, 2 mil quilômetros para estarem aqui presentes, e não vem uma autoridade que tenha capacidade de solucionar o problema. Os senhores todos são muito importantes, participam do Governo, são importantes nas suas funções, mas nós não precisamos disso. O nível da discussão aqui é outro. Os senhores não estão à altura dessa discussão. A discussão aqui tem que ser com o Ministro da Fazenda, tem que ser com o Banco Central. São eles que decidem. Nem o Ministro da Agricultura não representa coisa nenhuma, nem o Ministro do Interior representa coisa nenhuma para resolver esses problemas. *(Palmas.)* Quem resolve



o problema é o Ministro da Fazenda, que elege uma pessoa e manda aqui para o Congresso e diz: olha, o senhor pode dar isso. Um exemplo clássico: você pode renegociar as dívidas com rebote e etc até 35 mil reais. Por que esse casuísmo? Por que o sujeito que tem 36, 38 não pode renegociar as dívidas com as mesmas condições?

Toda essa problemática que gira em torno dessa discussão é, em grande parte, com referência às dívidas acima de 35 mil reais. Mas eles fixam um patamar imodificável. Por quê? Por que não pode ser 36 mil reais, não pode 40 mil reais, não pode ser 50 mil reais? Por que não se faz, dentro de uma crise dessa, dessa gravidade que vem rolando há 20 anos?

Não é esse governo não; são todos os governos. Todos os governos agiram dessa forma com os produtores rurais e agiram dessa forma com o Nordeste. Não é este Governo que está fazendo isso não! Nós sabemos que esse negócio de 9 bilhões de reais, tudo isso é conversa fiada. Não chega lá na ponta! Não tem incentivo coisa nenhuma! Resolveram os problemas dos pronafianos. — e fizeram muito bem em resolver — talvez pela capacidade do Ministro e de sua assessoria, que levaram ao Governo e peitaram. Como o Governo tem esse viés de esquerda, então entenderam que, atendendo ao pronafiano, estariam resolvendo o problema da agricultura. Isso é conversa fiada!

Ao discutir aqui o que deve ser feito, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Nós estamos aqui perdendo tempo. Essa é uma questão política a ser resolvida pelo Governo. Há uma grave crise que vem rolando há anos e anos no Nordeste e que precisa ser resolvida. Não adianta prorrogar dívida, prorrogar dívida, prorrogar dívida, que isso não vai solucionar o problema. Está-se criando angústia, criando sofrimento, criando o maior problema para a família do Nordeste, que ainda resiste como um bravo em explorar a atividade agrícola no País. (*Palmas.*)

Porque hoje ninguém mexe nessas regiões. Os países civilizados mantêm as pessoas nas regiões mais inóspitas ou com mais dificuldades para elas não virem para a cidade, porque um homem que vem para a cidade custa 20 vezes mais do aquele homem que está no norte ou que está lá na sua propriedade rural. Então os países inteligentes mantêm essa pessoa, pagam um salário mínimo para ela ficar na sua fazenda ou para ela ficar no seu sítio ou na sua propriedade.



No Brasil não. No Brasil é essa lenga-lenga, essa lorota, essa conversa fiada. Os senhores vêm para cá para mostrar que foi emprestado tanto, que foi emprestado aquilo. Isso é tudo conversa! Nós sabemos disso tudo! Os senhores não vieram aqui para isso; vieram aqui para dizer o que vão fazer para resolver o problema dos endividamentos para que o homem do campo possa permanecer na sua luta no Nordeste, que está sofrendo, está morrendo. Não está morrendo não é vaca, nem boi no Nordeste não! Estão morrendo são as pessoas mesmo, de angústia, de sofrimento por estarem lá trabalhando nessa área. (*Palmas.*)

Agora, vem um burocrata, que trabalha na cadeira sob um ar refrigerado em Brasília, com essa conversa! Isso é uma coisa criminosa! Esses Ministros, esse pessoal que resolve o problema, não resolvendo o problema, é isso que acontece. E não é problema da Presidente Dilma não. É problema de todos os presidentes anteriores a isso. (*Palmas.*) Trataram o Nordeste dessa maneira que estão tratando.

Eu queria discutir aqui teses estruturantes para resolver o problema do Nordeste, porque essa história de cesta básica, de cisterna, de carro-pipa, isso é demagogia para ganhar eleitor. Nós sabemos disso! (*Palmas.*) Isso não vai resolver o problema de ninguém.

É preciso saber como é que nós vamos captar as chuvas do Nordeste brasileiro para que possam alimentar os rios e fazer, como fez a Califórnia, como fizeram alguns países em que chove menos que no Brasil, e que resolveram o problema dessa forma. Com tecnologia moderna, contemporânea, buscando onde estão as fendas principais para captar água. Porque no Nordeste chove 600 milímetros, 800 milímetros, mil milímetros, mas para onde vai essa água? Cadê as barragens? Por que não fazemos um programa para barrar os rios enquanto eles estão cheios? Pequenas barragens, lava-pés. Não se faz nada disso! Agora, se faz uma grande obra para aumentar a corrupção, para dar 10%, 20% para as empreiteiras! É isso que se faz no Brasil! (*Palmas.*) Não se faz aquilo que precisa ser feito.

Então nós estamos aqui parecendo uns idiotas e uns tolos conversando com os senhores, que não vão resolver coisa nenhuma! Vamos resolver o problema da estruturação, porque nós temos exemplos no mundo hoje de países onde chove muito menos do que chove no Nordeste e que resolveram o problema da agricultura,



perenizando rios e assim por diante. Não! Não querem fazer isso. Querem é fazer a politicagem, o coronelismo da seca do Nordeste! É dar a ele o carro-pipa, ter que ir lá com o chapéu na mão pedir ao Governo, arranjar as coisas na época da eleição ou fazer promessas na véspera de eleição. Ninguém aguenta mais isso.

Estamos aqui perdendo tempo, e não vou discutir com os senhores o que deviam fazer, porque os senhores sabem muito bem. Precisamos ter uma estruturação do problema do Nordeste, a fim de solucionar de vez o problema, e não ter essa repetição diariamente.

Com referência às dívidas, é conversa fazer parcelamento, adiamento, porque se está criando mais problemas para esse homem. Tem-se que olhar o que tem que anistiar, olhar para o que se tem que dar 10, 20 anos, fazer um REFIS para as dívidas do Nordeste, pagando em 30 anos para ver se ele consegue pagar ou então dar anistia.

Eu fiz uma emenda constitucional, na Constituinte, lutei contra Banco do Brasil. Os jornais punham a manchete: *"Humberto Souto está ficando doido. Vai quebrar os bancos."* Aprovei a anistia para os pequenos produtores rurais, não quebrou um banco, não teve coisa alguma e salvou milhões e milhões de pequenos produtores rurais no País inteiro. Por que o Governo não pode fazer uma coisa dessas agora? Por que não se faz isso? Porque ele comandar os processos, quer mandar os cordéis, quer continuar mandando nas pessoas, dando as migalhas quando a fome vem, quando as dívidas vencem e assim por diante. É isso o que acontece no Brasil.

Não adianta nós continuarmos discutindo, porque a nossa revolta é tamanha, que não permite que nós possamos discutir com os senhores a solução do problema do Nordeste, porque os senhores não estão, infelizmente, discutindo isso aqui hoje, não estão preparados para isso, embora eu os respeite muito. Sei da importância dos senhores todos nesse processo, mas, infelizmente, é uma desmoralização do Congresso que faz com que os Ministros não o respeitem e não comparecem aqui quando convidados para tratarem de assunto dessa importância, embora estejam aqui centenas de pessoas que vieram de 2 mil quilômetros para ouvi-los, para saberem o que eles tinham a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço ao Deputado Humberto Souto e passo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, que tão bem representa o Estado de Sergipe.

O SR. SENADOR EDUARDO AMORIM - Sr. Presidente, Deputado Raimundo Gomes de Matos, colegas Deputados e colegas Senadores que ainda se encontram aqui, sem querer ser repetitivo, é o nosso dever em não dever calar. É impressionante como essa história da seca acompanha a história do nosso País.

Vejam, o Brasil se tornou um país — graças a Deus —, proclamamos a nossa independência, comemoramos a nossa República, ultrapassamos ditaduras, mas ainda, infelizmente, Sr. Presidente, não conseguimos resolver uma questão como a da seca.

Os desertos do mundo afora produzem hoje, com certeza, não só os melhores vinhos, mas bons alimentos, e nós ainda convivemos com essa perversidade, com essa indústria perversa, que está virando agora uma indústria banqueira, da seca.

A quem interessa tudo isso? É incompetência da nossa parte, de nós, brasileiros? O nordestino, como já foi dito aqui, não quer esmola, nós queremos oportunidade. Definitivamente não gostamos nem queremos ser chamados de miseráveis. Somos brasileiros como qualquer outro. Foi por lá que o Brasil começou, quem se lembra disso?

Com toda a certeza, não é prioridade, Deputado Humberto Souto, não é prioridade, porque se fosse prioridade diminuir o flagelo, o sofrimento da seca, levar água por todos os cantos, com certeza já teríamos a solução, porque em poucos meses conseguimos resolver o problema da Copa do Mundo, gastando aí, talvez, perto de 50 bilhões de reais. E muitos questionam qual será a utilização desses estádios depois. E nossa dívida é três, quatro vezes menor do que tudo isso, e uma questão secular.

É impressionante como neste País só se dá o analgésico, só se dá a esmola. Não queremos isso, não. Falando em uma linguagem como médico que sou e V.Exa. também, queremos um tratamento, queremos uma solução definitiva não só para esta geração, mas para outras gerações também.



Conversando com alguns cientistas, vi que nós somos extremamente privilegiados. De fato, se Deus não é brasileiro, se aqui não nasceu, Ele teve um olhar especial para todos nós. Oito por cento de toda a água potável do planeta está em território brasileiro; 80% estão na Antártica, sob a forma de gelo, e vão continuar naquela forma; o restante, os 12%, pelo o resto do mundo.

Isso mostra que não é prioridade. Vem governo, sai governo, e, quando pensamos *“Agora vai resolver”*, não resolve, são as mesmas medidas. E quando pensamos que aqui vamos discutir uma coisa mais ampla, com a presença de Ministro, que haverá um encaminhamento, uma solução definitiva para essa e para as outras questões, infelizmente não é isso o que vemos.

Essa coisa da desmoralização, eu vivi esse final de semana e dou aqui um testemunho a todos vocês. Visitei o Ministério da Integração alguns dias atrás, junto com o Presidente da CODEVASF, onde marquei uma audiência para falar da questão dos passeiros, dos rizicultores do Baixo São Francisco, hoje a região mais pobre, mais miserável do meu Estado de Sergipe. Infelizmente, é uma região extremamente rica em recursos minerais e naturais, mas hoje empobrecida, porque a CODEVASF não cumpre a sua missão.

Pactuei, pedi a presença do Ministro lá ou do Presidente da CODEVASF, que, num gesto que achei bonito e elegante, disse: *“Não, nós vamos lá”*. Marcamos a data, era na sexta-feira passada. O Presidente da CODEVASF, Sr. Elmo Vaz, disse: *“Não, vou na segunda”*. Fiquei esperando. E, sabem, se eu não tivesse a curiosidade e a consciência aguçada de procurar saber, até hoje estaria lá esperando com os prefeitos, com os passeiros, porque hoje os perímetros irrigados estão convivendo com água contaminada e bombas quebradas. Mas ele não teve a delicadeza de um telefonema, de dizer por que não ia e por que não foi.

São bilhões e bilhões de reais de dinheiro público, de suor público, de suor de todos nós, sobretudo dos mais pobres deste País, porque quem mais paga tributo neste País são os mais pobres, aqueles que ganham até dois, três salários mínimos, que contribuem para a manutenção do Estado. (*Palmas.*)

Esses funcionários públicos não têm a mínima delicadeza de dizer a um Parlamentar: *“Olhe, não estou indo porque não achei o voo, porque alguém me pediu para não ir, para não virar uma questão política”*. Não tivemos esse tratamento



digno de receber um telefonema sequer. Depois fiquei sabendo, através de um colega Senador — vou dizer o nome dele, porque ele não me pediu reserva —, o Senador João Vicente Claudino: *“Olha, Eduardo, não vai ele nem técnico nenhum, porque foi pedido para não ir”*.

É para as pessoas continuarem miseráveis, pobres. Esse é o entendimento de muitos sobre o que o nordestino tem que ser. Escravidão acabou, mas não para todos, para uns, apenas para uns, infelizmente. Mas é nosso dever não calar.

E olhem: convidamos, não vieram; vamos convocar. São servidores públicos, são funcionários públicos pagos Vamos convocar e pedir aqui a solução em definitivo.

Sou Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal. Contem comigo. Apresentarei um requerimento convocando aqueles Ministros que estiveram aqui. Vamos atrás de uma solução. Não queremos mais o analgésico somente; o analgésico é para agora, mas, para o amanhã, queremos uma solução definitiva. Não queremos mais ser chamados de pobres nem de miseráveis, ficar tratando aqui dessas questões que não são prioridade, porque, se fossem, já teriam sido resolvidas, porque o tempo, os séculos, a água que está aí no nosso subsolo permitem isso.

Deus foi generoso, é generoso. Ele coloca o Rio São Francisco atravessando Estados onde o rio está mais cheio, mais pleno no período em que convivemos com a maior seca. Quer dizer, de fato está lá no texto bíblico: *“Faz por onde que eu te ajudarei”*. Ele fez, nós é que não soubemos ou não priorizamos fazer os canalículos, fazer com que a água chegasse aonde tivesse que chegar.

Isso é perverso, é muito perverso. Não devemos, como Parlamentares, aceitar nem concordar com tudo isso, porque é o nosso dever, é a nossa obrigação lutar por aqueles que não têm a oportunidade de comprar uma passagem aérea para estar aqui, porque até isso é caro demais no nosso País.

Vamos, sim. Convidamos. Primeiro foi um convite, e agora acho que não podemos abrir mão de convocar. Acho que disso não temos que abrir mão. É o nosso dever e a nossa obrigação. *(Palmas.)*

Não queremos só esmola, não queremos só o analgésico. É preciso para aliviar a dor neste momento? É. Juros iguais? Sim. Oportunidades para todos? Sim.



Mas queremos, sim, oportunidade e uma solução definitiva para os nossos filhos, para os filhos dos nossos filhos, para as gerações vindouras. São com as atitudes de agora que construímos um futuro muito melhor, senão vamos estar aqui durante muito mais séculos, discutindo essa questão que é inadmissível.

Atravessamos a ditadura, mas não podemos mais concordar com perversidades como essa, em que o nordestino é um flagelado, é um miserável.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradecemos a participação ao Senador Eduardo Amorim. Com certeza, vamos fazer em conjunto essas convocações.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, pela ordem. Acho que é a minha vez agora, porque eu me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Deputado, pela listagem oficial que recebi, o próximo orador inscrito é o Deputado Marcelo Castro e, após, o Deputado Betinho Rosado.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Só vou falar 30 segundos. E Marcelo Castro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Só com a aquiescência do Deputado Marcelo e do Deputado Betinho.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Eu só quero dizer o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Já está falando.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Espere aí, são 30 segundos.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, quero que V.Exa. mantenha a ordem na Casa.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Marcelo, eu tenho que me retirar, eu vou sair.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Todos nós temos obrigações e compromissos.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - A solução de tudo o que se fala está aqui está no Parlamento, gente. A solução não está no Governo não. A solução está aqui, no Parlamento.



Vou dar um exemplo a vocês. Em 1999, eu entrei com uma PEC aqui, criando o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Semiárido. Sabem quanto representa isso aqui para jogar todo ano no Semiárido hoje? São 9 bilhões de reais. Isso aqui se resolve. Quer dar anistia? Tira do Fundo Nacional do Semiárido e dá anistia a todos os produtores.

A culpa não é dos bancos não, gente. A culpa está mais em cima. A culpa de quem é? É do Ministério da Fazenda; a culpa é nossa, é deste Parlamento, que não se impõe. Essa matéria está aqui desde o Governo de Fernando Henrique. Passou o Governo Fernando Henrique todo, passou o Governo Lula todo e vai passar o Governo de Dilma, se não houver uma providência concreta para resolver a questão. E a providência concreta o que é? É dinheiro, gente, para resolver o problema do Semiárido. Sem dinheiro não vai resolver nunca.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradecendo aos demais Parlamentares, já passo imediatamente ao nosso representante do Estado do Piauí, Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar todos da Mesa, os colegas e os nossos produtores que, com sacrifício, vieram aqui.

Quero dizer a S.Exas. que eu também sou um produtor rural pequeno, e quero contar a minha experiência com essa seca.

Primeiro, talvez seja essa a maior seca da história do Nordeste, possivelmente só equiparável à seca de 1932. Eu criava uma quantidade de gado na minha propriedade que fica no Semiárido. Pois eu tive, Sr. Presidente, que retirar 100% de todo o gado que eu tinha, que eram duzentas e poucas cabeças, de mamando a caducando, como se diz lá no Nordeste; tive que tirar 100% dos cavalos, das éguas, dos burros que eu tinha na propriedade. Por quê? Porque eu tinha aproximadamente 500 hectares de capim, e o ano passado choveu, na minha propriedade, exatamente 203 milímetros, distribuídos de outubro a março. Se tivesse chovido em 1 mês só, teria escapado tudo, porque nesse mês o capim tinha florescido, crescido e ficava para a seca. Não.



Como choveu apenas 200 milímetros em 6 meses, que é o período de chuva lá, eu perdi 100% do capim que tinha. Por que não perdi nenhuma cabeça de gado? Porque eu tinha outra propriedade, que fica no limiar do Semiárido com o Cerrado do Piauí, e lá choveu um pouco mais. Não choveu muito, mas choveu um pouco mais. Eu tirei o gado de uma propriedade e levei para outra.

Mas vamos apresentar o caso aqui, Sr. Presidente, em que eu não tivesse duas propriedades. O que eu teria feito com esse gado? Teria vendido? Não, porque não tem quem compre. Eu tive uma experiência este ano, em que tentei vender o gado. Não, ninguém compra. Não tem para onde vender.

Aí eu sou um produtor rural que tomei o dinheiro no banco. E eu vou pagar o banco com o quê? Se eu preciso de dinheiro para recuperar os meus 500 hectares de capim que tinha, porque eu não tenho mais um pé de capim, naturalmente, o meu gado, se eu não tivesse outra propriedade, teria morrido de fome, como milhares morreram pelo Nordeste.

Aí a gente vem aqui de maneira muito benevolente — a Presidente Dilma à frente, com a melhor das intenções — e diz: *“Não, vamos pegar o débito do pronafiano e vamos dar um rebate aí de 85%”*.

E o Banco do Nordeste aqui usou a expressão *“pronafiano e empresarial”*. Quer dizer que quem não é pronafiano é empresarial? *(Riso.)* O pequeno produtor virou empresário agora? O médio produtor, com CPF virou empresário? Vou colocar a minha posição. Como é que foi prorrogada a minha dívida para 2016? Como é que eu vou pagar? Se, em 2014, eu vou ter que plantar o capim, como é que eu vou plantar o capim se eu não tenho renda de nada? Eu vou ter que tomar outro empréstimo no banco, para poder recuperar o meu capim e botar o meu gado lá, aquele que levei para a outra fazenda — se chover, estamos esperando que chova e normalize.

Então, o que nós precisamos fazer? Nós precisamos fazer aqui o que nós nunca fizemos. Em 88, o Constituinte, com a melhor das intenções, criou o Fundo Constitucional e colocou lá que esse recurso teria que ser para atividades produtivas e teria que receber juros diferenciados. Ora, juro diferenciado é uma expressão muito vaga. Diferenciado é quando nós chegamos, em determinado momento, ao



ponto em que o juro do FNE era mais caro do que o do FINAME, por exemplo. Ora, que juro diferenciado é esse?

Mas o mais grave é que nós não estabelecemos no FNE uma regra para a seca. Como é que nós criamos um fundo para o Nordeste, para desenvolver a Região, sabendo que ela tem seca, mas nessa lei não previmos que haveria seca? Ora, não tem esse negócio de prorrogar. Isso é só uma empulhação, isso não resolve. Quando houver uma seca, tem que ser cancelada aquela parcela.

Então, Sr. Presidente, a minha sugestão é que a gente possa se reunir aqui. Amanhã haverá Comissão Geral. Os Presidentes de ambas as Casas são nordestinos, sensíveis à nossa situação, e nós temos que fazer uma política agrícola para o Nordeste, o que nós não temos.

Eu assisti, esta semana, ao Diretor de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, Osmar Dias, mostrar que o agricultor do Brasil é o que tem a menor inadimplência dentre todos os tipos de empréstimos que o Banco do Brasil faz. Que agricultor é esse? É o agricultor do Centro-Oeste. Ah, o agricultor do Centro-Oeste é honesto, é responsável, é sério; e o agricultor do Nordeste é um bandido, é um malandro, é um relapso que não paga as suas contas? Traga o agricultor do Nordeste e bote aqui, para ele produzir como os canavieiros fizeram lá, para ver se ele não paga as contas dele. (*Palmas.*) Bom pagador sem ter com quê? Isso não existe.

Então, na verdade, falta-nos uma política séria, o que nós precisamos fazer. Aqui eu quero concordar com o João Leão. Os representantes dos bancos e do Ministério vêm aqui com a maior boa vontade. Primeiro, eles não têm poder de decisão nenhum. É claro que não têm, nem estão aqui para isso. Então, não adianta ofendê-los aqui porque não vamos chegar a nada. (*Riso.*) Nós temos que fazer o mea-culpa e fazer uma política para o Nordeste. Qual é a política? Todos nós sabemos: o Nordeste é viável, basta só desenvolvermos a política adequada para cada região.

Agora, uma seca como essa não há política que enfrente. Não existe como. Como é que você vai fazer com o agricultor que perdeu 100% do seu pasto e 100% do seu gado? Não tem como. Então é preciso ver que, de 50 em 50 anos ou de 100 em 100 anos, vai haver uma seca para a qual não tem solução. Isso aí nós vamos ter que enfrentar, não tem outra maneira.



Agora, Sr. Presidente, uma das propostas que poderíamos fazer concretamente aqui seria levar para a Presidente Dilma e fazer uma lei aqui, no Congresso, para dispensarmos as parcelas dos débitos de 2012, de 2013, de 2014, de 2015 pelo menos. É cancelar! Nós não vamos falar em anistia não, porque anistia é uma palavra já comprometida. É cancelar e pronto! É isso que precisa ser feito.

(Manifestação na plateia.)

(Não identificado) - E as contas para trás?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sim, aí vem a questão das contas para trás. É evidente que é preciso uma maneira de se resolver isso daí. Eu estou falando do problema da seca que aconteceu, para o qual nós temos que apresentar uma solução.

Eu quero, apenas para finalizar, Sr. Presidente, porque já tomei muito tempo aqui, citar uma palestra a que eu assisti uma vez, de um agricultor do Mato Grosso. Impressionou-me quando ele falou da produtividade que tinha: *“Olha, o Mato Grosso é assim: a gente compra a terra e ela já vem com um sistema de irrigação embutido”*. Lá não falta chuva. No Nordeste, nós compramos terra e ela já vem com um sistema de seca embutido.

É verdade: nós temos que ter uma política que possa ser cumprida e em que o Banco do Nordeste possa ser mais parceiro.

Vou aqui repetir o que disse o Mário Borba: *“O Banco do Nordeste cobra as suas contas indevidamente”*. Olha, o que eu estou afirmando aqui, eu só estou repetindo o que ele disse lá. Mas o que ele disse foi tão grave que eu fui confirmar com ele, para ver se ele sustentava o que havia dito.

No Banco do Nordeste, o agricultor vai e toma 100 mil reais. Aplicando todos os cálculos, juros e tudo o mais, dá, digamos, 400 mil. O Banco do Nordeste chega e apresenta para o camarada uma conta de 600 mil. Botequineiros de quinta categoria, de ponta de rua fazem isso, mas um banco oficial jamais poderia fazer isso.

Por que eu tenho autoridade para dizer isso aqui? Porque eu sou devedor do Banco do Nordeste. Na verdade, pago minhas contas em dia, mas sou devedor. Eu fiz uma renegociação com o Banco, com o PESA. E o cálculo do PESA é muito fácil de fazer. O Banco me apresentou a conta “x”; e eu aceitei a conta que o Banco me



apresentou, não discuti se era muito, se era pouco, se era de mais, se era de menos. A partir daquele ponto, eu fiz o PESA. Então, o PESA é muito fácil: é juro de 8%, 9%, 10% com um rebate de 5%. Como eu pago em dia, tenho um rebate de 5%.

Há vários anos, eu pago ao Banco, e todo ano o Banco me cobra — é um cálculo simples — a mais pela parcela que eu devo pagar. Eu digo: *“Mas não é isso aqui”*. Aí eu tenho que assinar um documento para o Banco dizendo que eu estou pagando a menos, que os cálculos dão isso, mas que, no futuro, não sei o que lá...

Ora, se o Banco faz isso comigo, que sou um Deputado Federal, sei fazer as contas e mostro para o Banco, imagine o que ele está fazendo com o pequeno agricultor desinformado. Eu fiquei calado? Não, eu fui ao Presidente do Banco. Houve um chamado Schmidt, não houve?

(Não identificado) - Roberto Schmidt.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Roberto Schmidt. Eu fui a esse Presidente; peguei um avião aqui e fui falar com ele em Fortaleza. Eu disse: *“Presidente, não é possível uma coisa dessa. O Banco todo ano me cobra uma conta além do que eu devo pagar. E é um cálculo tão simples de fazer. Qualquer menino do terceiro ano ginásial sabe fazer uma regra de três direta, porque é simples. Então, como é que vocês me cobram a mais?”* Ele disse: *“Não, nós reconhecemos que isto aqui é uma questão do software lá que está errado, mas isso aqui nós vamos corrigir”*. Eu digo: *“Presidente, me perdoe a franqueza, mas, se V.Exas. tivessem feito um software para cobrar menos, em meia hora teriam corrigido esse erro”*.

Sabem quando ele corrigiu? Nunca. Continua o Banco do Nordeste cobrando de mim e — acredito que eles não vão escolher só a mim para cobrar a mais — cobrando de todos um valor acima do que devemos pagar.

Vai chegar o dia — ouçam o que eu estou dizendo —, vai chegar o dia em que esta Casa vai tirar o FNE do Banco do Nordeste. *(Palmas.)* Não, ou o Banco se enquadra ou vai chegar a isso, porque não é possível.

Olha, pelo que eu estou dizendo aqui, eu mereço um processo do Banco do Nordeste. Eu gostaria que o Presidente do Banco do Nordeste processasse a mim e ao Mário Borba, porque nós estamos dizendo que o Banco do Nordeste está cobrando indevidamente as contas dos agricultores do Nordeste. *(Palmas.)*



Eu vou fazer uma proposta ao Presidente do Banco do Nordeste, que vai vir aqui amanhã: se eu não comprovar que o Banco está me cobrando indevidamente, eu renuncio ao meu mandato de Deputado Federal (*palmas*); e, se o Presidente do Banco do Nordeste não conseguir comprovar que o Banco não está me cobrando a mais, ele renuncia também. Duvido que ele renuncie.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Para concluir, eu quero fazer o meu encerramento no mesmo sentido do Deputado João Leão.

Gente, nós temos responsabilidade com o Nordeste do Brasil. Todos os países do mundo minimamente respeitáveis, com regiões deprimidas, têm políticas de desenvolvimento regional. É a famosa política do Robin Hood, de tirar de onde tem mais e levar para onde tem menos. No Brasil é exatamente o contrário, é a política do Hood Robin, é tirar de onde tem menos para levar onde tem mais.

Querem um exemplo? A luta dos *royalties* do petróleo, de que eu fui e sou um dos grandes defensores neste Congresso Nacional. O Rio de Janeiro — não tenho nada contra o Rio de Janeiro — é o segundo Estado mais rico do Brasil. E o que nós fazemos? Pegamos uma fortuna de dinheiro e mandamos tudo para o Rio de Janeiro.

Brasília tem o dobro da renda *per capita* de São Paulo, Brasília tem o dobro da renda *per capita* de São Paulo. O que nós fazemos todo ano? Empurramos para cá não sei quantos bilhões de reais, 12 bilhões de reais por ano, para o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

A Amazônia tem problemas? Tem. A Zona Franca é uma coisa necessária? É. Mas são vinte e tantos bilhões. E o Nordeste? Coisa nenhuma. Nós estamos pegando o ICMS do Nordeste e levando para São Paulo. Essa é a verdade.

Nós temos que fazer uma política de desenvolvimento regional e, no meio dela, uma política agrícola de sobrevivência para os agricultores do Nordeste.

Falei demais, desculpem-me. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradecemos ao Deputado Marcelo.



Temos mais dois Deputados inscritos: o Deputado Betinho Rosado e o Deputado Leonardo Gadelha. Depois, vamos também ouvir os representantes das entidades.

Deputado Betinho.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - Sr. Presidente, eu quero parabenizar a Mesa, parabenizar os colegas Deputados, parabenizar as lideranças rurais, patronais e laborais que estão aqui presentes.

Quero dizer que este momento da seca é absolutamente importante para se discutir exatamente a seca. Humberto Souto disse, com muita clareza, com a experiência de vida que tem, que o Parlamento é o responsável e o Banco do Nordeste executa as ordens. Isso é absolutamente verdadeiro.

Eu estou aqui na Casa, desde 1995, e já tive oportunidade de participar de 17 renegociações de dívida agrícola nesses 18 anos em que estou por aqui. Cada uma delas ou a maioria delas foi feita muito mais no sentido de proteger os bancos para aquela previsão de irrecíveis, do que proteger os agricultores ou criar uma solução para suas dívidas.

O Nordeste está inadimplente, e essa inadimplência, de certa forma, ultrapassa as fronteiras da seca. Nós observamos que os empréstimos tomados no PRONAF em 2011 têm 1,8% de inadimplência; os empréstimos de 2010, 11% de inadimplência; os empréstimos de 2009, 50% de inadimplência; os empréstimos de 2008, 57% de inadimplência; os empréstimos de 2007, 69% de inadimplência; os empréstimos de 2005, 75% de inadimplência; os de 2003, 76% de inadimplência; os de 2002, 79% de inadimplência; e os de 2001, 87% de inadimplência.

Isso mostra que, chova ou faça sol, nós temos dificuldades para pagar as contas da agricultura, talvez porque a orientação que se dá através do empréstimo não seja a orientação correta, talvez porque nós precisemos redirecionar essa atividade agropecuária executada no Nordeste brasileiro e, naturalmente, fortalecer uma bancada para a renegociação.

Eu vi Marcelo, que já saiu, comparar os agricultores do Nordeste aos do Centro-Oeste. Eu participei de uma renegociação há 4 anos, em que os agricultores do Centro-Oeste receberam mais benefícios do que os agricultores nordestinos, porque os agricultores do Centro-Oeste estavam preparados para a renegociação e



nós Deputados do Nordeste não estávamos preparados, não estudamos, não tínhamos conhecimento, fomos guiados pelo sentimento. Isso não funciona absolutamente.

Então, essas renegociações precisam ser feitas com muita consciência e muito estudo.

A Confederação Nacional da Agricultura e as federações do Nordeste podem ter a missão, como representantes da classe patronal, de oferecer esse conjunto de informações que é necessário para uma renegociação mais conclusiva.

Mas, mesmo assim, Sr. Presidente, eu lembro e sugiro que a suspensão das execuções judiciais seja feita de imediato. É claro, a Presidenta já disse, que o Banco do Nordeste não tem nenhuma razão para continuar essas execuções.

É bem verdade que, como agente do dinheiro público, ele tem a responsabilidade de acionar os mutuários que estão atrasados. Mas uma parada durante 60 ou 90 dias ou 6 meses seria de muito bom tom para que pudéssemos renegociar as nossas dívidas.

Sugiro ainda que as parcelas vencidas dos contratos de até 15 mil reais sejam todas elas remidas; e, naturalmente, que as parcelas que vão vencer possam ser renegociadas se o agricultor adotar as práticas de convivência com a seca do Semiárido preconizadas pelos órgãos de pesquisas do próprio Governo Federal.

Assim, a nossa ideia, a nossa proposta, era de que as parcelas que estão vencidas dos contratos de 15 mil até 35 mil reais fossem todas remidas; e que as futuras fossem renegociadas a partir da adoção, pelo agricultor, do cultivo das lavouras xerófilas. Em isso acontecendo, o pagamento dessas parcelas poderia ser substituído pelo cultivo das plantas xerófilas do Nordeste, tão apregoadas por Guimarães Duque, tão defendidas por Felipe Guerra, que foi Deputado do Rio Grande do Norte e editou o livro *Seca contra a seca*, mostrando que o caminho para enfrentar a seca é exatamente trabalhar com aquilo que a seca nos mostra, aquele material vegetal e aquelas atividades, para que possamos sobreviver e ultrapassar os limites da seca.

Portanto, Sr. Presidente, acredito que isso só possa ser feito se esta Comissão ou essa Subcomissão formada na Comissão de Agricultura convocar imediatamente os Relatores das medidas provisórias que o Governo mandou para



cá, principalmente a MP 610, para que nós possamos, no processo de discussão, inserir na lei isso que nós estamos discutindo aqui e ainda vai ser apresentado pelas lideranças aqui presentes.

De resto, Sr. Presidente, eu quero registrar que a Associação Seridoense de Criadores está presente na pessoa do Presidente Nivaldo Brum.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Que a gente possa efetivamente, com este entendimento, neste momento de seca tão difícil, oferecer uma solução que encaminhe de forma permanente o Nordeste.

Quero também lembrar, Sr. Presidente, que, no Governo passado, do Presidente Lula, Mangabeira Unger, que foi Ministro de um Ministério Especial, redigiu um capítulo muito especial sobre o Nordeste brasileiro, com muitas sugestões que poderiam ser adotadas pelo Governo nessas práticas de financiamento e direcionamento da atividade agrícola para que nós não permaneçamos nessa situação absolutamente miserável de enfrentamento da seca.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Acolhemos as propostas do Deputado Betinho.

Passo, de imediato, a palavra ao Deputado Leonardo Gadelha.

O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentá-lo e mandar um abraço a todos os presentes na pessoa do Presidente da FAEPA, o meu querido amigo Mário Borba, e do Deputado Estadual da Paraíba, Deputado Quintans.

Sr. Presidente, pode parecer esdrúxulo falar de ideologia diante da frieza e da crueza dos números apresentados nesta tarde. Mas eu insisto numa tese que venho levantando e advogando há algum tempo de que este debate é essencialmente ideológico, no seguinte sentido: há duas discussões que nós precisamos fazer do ponto de vista conceitual. A primeira delas diz respeito ao que é ser grande no Nordeste brasileiro, o que é ser grande, o que é ser médio e o que é ser pequeno agricultor no Nordeste brasileiro, porque muito se fala sobre o pronafiano e o Presidente Mário Borba, com muita proficiência, em diversos encontros que mantive com ele, fala que, na verdade, o que é considerado um médio ou um grande



produtor no âmbito da Paraíba seria considerado um microprodutor em outros Estados brasileiros. (*Palmas.*) Em função das intempéries e da geografia, a Paraíba fez o que dezenas de governos não conseguiram fazer: a reforma agrária. Simplesmente não existem latifundiários na Paraíba e quero crer que, na maior parte dos Estados nordestinos, eles sejam muito poucos, possam ser contados nos dedos.

A outra discussão, do ponto de vista ideológico, diz respeito ao papel do Banco do Nordeste.

Sr. Presidente, o Banco do Nordeste é uma entidade de crédito criada com uma função precípua: promover o desenvolvimento da Região Nordeste. Se ele segue uma lógica única e exclusivamente financeira, o que o diferencia de um banco privado? Se o Banco do Nordeste tem como único objetivo obter o lucro — e eu entendo que uma entidade de crédito deva visar à obtenção de lucro —, o que o difere de um banco privado? Qual é a razão para nós o chamarmos de Banco do Nordeste? O fato de haver agências no Nordeste? Outros bancos também têm agências localizadas no Nordeste, talvez em número até maior do que o próprio Banco do Nordeste.

Eu fui Deputado Estadual na legislatura passada e havia um companheiro de legislatura que até era visto por alguns como folclórico que me fazia sempre um questionamento: *“Leo, você já viu um talão de cheques do Banco do Nordeste?”* E eu confessava a ele que nunca tinha visto. Não sei qual é a cor dele. Falta efetivamente uma inserção maior do banco no processo de desenvolvimento da região, razão pela qual ele foi criado.

Esta é a discussão ideológica que a gente precisa fazer: por que nós mantemos um banco público estatal se não for para ter condições diferenciadas de inserção deste banco na vida do povo do Nordeste? Não é melhor privatizar? Se o banco vai seguir a mesma lógica de outros bancos privados, o que o vai diferenciá-lo do Bradesco ou do Itaú? Qual é a diferença? É porque ele precisa agir diferenciadamente. Aliás, isso está previsto na Constituição brasileira, Sr. Presidente.

Se nós observamos o artigo que trata da confecção do Orçamento, veremos que uma das funções do Orçamento é diminuir as desigualdades regionais. Isso foi previsto pelo legislador originário. É, portanto, uma função precípua do Estado e, por



consequente, de um banco que pertence ao Estado promover a diminuição das desigualdades regionais.

Então, eu insisto que a discussão sobre o problema do endividamento no Nordeste e o papel desempenhado pelo Banco do Nordeste é eminentemente ideológica, eminentemente política. Nós precisamos ter a coragem de dizer que o banco foi criado para diminuir as desigualdades regionais e, portanto, ele tem que abrir mão de parcela do seu lucro.

O Banco do Nordeste tem que abrir mão de parcela do seu lucro para diminuir as desigualdades regionais, para diminuir as desigualdades que nos são impostas em relação aos nossos sucedâneos do restante do País.

Essa discussão precisa ser feita.

Amanhã, quando da discussão da transformação do Plenário em Comissão Geral para discutir a seca, há um convite feito, há 15 dias, ao Presidente, Dr. Ary Lazzarin, para que nós possamos fazer essa discussão.

Outros Parlamentares que foram muito felizes quando me antecederam disseram que isto não é exclusividade da atual gestão do Banco do Nordeste; muito pelo contrário, desde a sua criação, desde os seus primórdios, esse seu papel foi sempre desvirtuado. Mas, essencialmente, o papel do Banco do Nordeste é o de inserir-se na vida do povo nordestino e diminuir as desigualdades que nos são impostas pelas intempéries, pela geografia e pela história. Se o Banco do Nordeste não cumprir esse papel, eu prefiro privatizá-lo e fazer transação com qualquer outro banco privado, porque dá na mesma.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço ao Deputado Leonardo a participação.

O último Parlamentar inscrito é o Deputado Hugo Motta.

O SR. DEPUTADO HUGO MOTTA - Sr. Presidente, vamos ser breve, diante de todos os oradores que já nos antecederam e discorreram tão bem sobre o tema. Mas não poderíamos deixar de fazer o nosso registro, nós que somos parte de uma região, o sertão da Paraíba, que está encrostada diretamente no problema da estiagem, da seca que atinge o Semiárido nordestino.



Colegas, companheiros paraibanos, Deputado Estadual Assis Quintans; Deputado Leonardo Gadelha; Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba, Mário Borba — com quem temos conversado constantemente, principalmente nesses últimos dias, quando criamos a Subcomissão da Seca na Comissão de Fiscalização e Controle para acompanhar todo o repasse de recursos anunciados pelo Governo Federal e garantir que essas medidas anunciadas se tornem realidade para quem está sofrendo, para quem está enfrentando de perto o problema da seca; diante dessa questão do endividamento rural, nós temos debatido constantemente esse assunto no que diz respeito, Leonardo, ao que o Governo está anunciando, que não é o que o Nordeste, o que os endividados, realmente, estão precisando. E não está havendo uma convergência dos anúncios feitos com a necessidade dessas pessoas que dependem desses créditos. E o pior, além de não estarem tendo acesso ao crédito, estão tendo as suas propriedades executadas, indo a leilão e perdendo aquilo que eles não teriam que perder, pois o Banco do Nordeste, como tão bem falou o Deputado Leonardo Gadelha, tem um caráter desenvolvimentista.

Se o Banco do Nordeste tivesse sido criado para obter única e exclusivamente o lucro e sangrar o Nordeste, como vem sangrando, não precisaria ter sido criado, porque instituições financeiras já existem e cumprem esse papel Brasil afora.

Então, eu não poderia deixar de fazer este registro e dizer que amanhã vamos estar presentes no plenário da Comissão Geral. E coloco-me à disposição para apoiar esse movimento e fazer uma pressão política junto ao Governo Federal, para que possa dar os 11 bilhões que o Nordeste precisa no perdão das dívidas para os nossos agricultores e criadores. *(Palmas.)*

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço ao Deputado Hugo Motta.

A participação dos Senadores e dos Deputados fica na sinalização para nós fazermos, em conjunto com a Comissão do Senado, principalmente a presidida pelo Senador Eduardo Amorim — a partir também das resoluções que o Presidente Henrique Eduardo Alves tomará amanhã em virtude de ele estar tentando listar



todos os projetos de interesse do Nordeste, inclusive essa matéria de João Leão, com certeza, deverá estar em pauta —, um esforço concentrado e votarmos todas as matérias existentes em relação às políticas de desenvolvimento da Região Nordeste. E isso vai fazer com que nós possamos, junto com o Senado, fazer essa articulação. E, ao votarmos a matéria nesta Comissão em conjunto com a do Senado, facilita para que a matéria seja votada aqui e não seja obstruída no Senado. Isso dá um ganho ao processo legislativo.

Vamos oportunizar a palavra, em virtude de, infelizmente, a Ordem do Dia ter começado, ao representante da CONTAG, José Arnaldo e, em seguida, ao Presidente da Federação do Estado do Ceará, Flávio Saboya, e ao Presidente da Federação da Bahia, João Martins.

Então, com a palavra o José Arnaldo de Brito, representando a CONTAG.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Então vamos ouvir o Flávio Saboya.

O SR. FLÁVIO VIRIATO DE SABOYA NETO - Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, a nossa realidade é bem representada por esta carcaça que está aqui hoje. Ela representa a realidade do Nordeste brasileiro.

Todavia, senhores, muito gostaria que esta data de hoje, 7 de maio de 2013, fosse denominada de O Dia da Verdade. É assim que afirmamos... *(Palmas.)* Permitam-me aqui, rapidamente, ler um pequeno resumo, com 10 itens:

1. O endividamento rural, decorrente de uma política creditícia e incompatível com a realidade do Semiárido, não tem solução;
2. As cobranças judiciais, generalizadas e em plena seca, levam principalmente os pequenos produtores rurais e suas famílias ao desespero;
3. A política creditícia e o crédito emergencial, além de burocrático, não atende a todos;
4. O milho da CONAB não atende às necessidades dos produtores pela baixa oferta e por sua descontinuidade na entrega;
5. Os rebanhos atingidos morrerão por falta de forragens em curto espaço de tempo;



6. A pecuária, principal atividade econômica do Semiárido, tenderá a desaparecer;

7. Passada a seca, a renda da região ficará, praticamente, limitada aos programas assistenciais do Governo;

8. O leite, a principal atividade do Semiárido, e a sua florescente agroindústria retornarão aos níveis de 40 anos atrás;

9. A participação do setor agropecuário nos PIBs estaduais cairá a níveis ainda mais desprezíveis;

10. O êxodo rural será inevitável.

Nós apelamos aos senhores, a esta Casa, para uma coesa reação a essas realidades. O momento é de desespero e indignação.

Eu me permito relatar aos senhores uma experiência memorável vivida com o ex-Ministro e atual Deputado Mendes Ribeiro Filho.

Quando representante da Confederação Nacional da Agricultura, na SUDENE, diversas vezes, a partir de junho de 2012, eu visitava o gabinete daquele Sr. Ministro, pedindo o seu apoio na solução da problemática do milho. Já cansado de importuná-lo, eu indagava: Sr. Ministro, por que motivo a sua região, os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, tem milho disponível em quantidade maior do que os nordestinos? E aquela autoridade me fez uma observação:

“Meu caro Presidente da Federação do Estado do Ceará, eu vou tirar a roupa de Ministro da Agricultura e vestir a de Deputado Federal. Isso acontece com sua região porque, quando o problema surge no Rio Grande do Sul, as Lideranças de todos os partidos se unem na defesa de um só objetivo. E é dessa maneira e única maneira que vocês poderão resolver os problemas da sua região.”

Hoje nós estamos aqui fazendo mais um apelo e afirmando que somente seremos prioridade quando os senhores, dignos representantes do Nordeste, independentemente — eu gosto muito de frisar isso — de filiação partidária, unirem-se em uma verdadeira frente de defesa da Região.



E por ainda acreditar na importância que tem esta Casa é que eu entrego, neste momento, um documento que representou o esforço de todos os sindicatos do Estado do Ceará. Este documento está devidamente representado pelo pronunciamento da nossa Senadora e Presidente da CNA, Kátia Abreu, mas eu tenho a obrigação, como representante daquele Estado, de fazer chegar às mãos dos senhores este documento.

Era o que eu tinha a dizer, agradecendo a oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Acolhemos as propostas da FAEC, através do Sr. Flávio Saboya.

Indago se o representante da CONTAG está presente ainda no recinto. *(Pausa.)*

Como não se encontra presente, passo a palavra ao representante Afonso Cartaxo, produtor rural da Paraíba.

O SR. AFONSO CARTAXO - Boa noite a todos. Quero agradecer ao João Martins, Vice-Presidente da CNA, pela oportunidade de falar hoje um pouco sobre este momento em que a gente vive. Primeiro, é um momento histórico. A prova está aqui. Agricultores endividados do Nordeste, sem dinheiro no bolso, depois de se cotizarem e contarem com a colaboração de presidentes de federações dos Estados, marcam presença aqui.

Agora, senhores, além de produtor, eu também sou técnico. Há alguns anos, João Luiz me conhece, eu sou técnico da EMATER. Já fui diretor da empresa no meu Estado. Eu conheço de perto esse sofrimento, Mário Borba, como você bem sabe, mas eu acho que está na hora de a gente dar um basta nessa situação.

Emocionei-me quando vi a Senadora, mulher talentosa, falando de forma abreviada e cobrando uma decisão. É preciso que haja uma decisão. E a decisão, Srs. Deputados e Senadores — não sei se ainda está aqui algum Senador — tem que ser política.

Existe uma música de uma dupla sertaneja famosa em nosso País que não é lá do Nordeste, não, é daqui bem pertinho: Zezé de Camargo e Luciano. O nome da música é: *Meu País*, se não me engano. E parte da letra diz: *“Tem alguém colhendo frutos sem saber o que é plantar. Está sobrando paciência. Está faltando consciência. Está faltando alguém gritar”*.



O grito está chegando. O grito, que deveria ser dado pelos Parlamentares da maior Casa Legislativa do nosso País, a Câmara e o Senado, não veio ainda.

Não queremos aqui criticar ninguém. Mas é hora de a gente dizer para o resto do Brasil que a família rural é a mais numerosa que existe neste País. Não é a Silva da Silva. Não é a Cabral que descobriu o Brasil. Somos nós, os agricultores. O Nordeste seco e endividado pede socorro. Essa situação, Mário Borba, tem que ser resolvida. Deputado Quintans, você que tem acompanhado de perto a nossa luta, a nossa penúria.

Eu vou encerrar, mas tenho uma sugestão a apresentar no final. Só contando um pouco das nossas passadas, ilustre Deputado, só um pouquinho mais. Para trás há uma história de luta. Antes da Lei nº 4.514, do saudoso Nélio Dias, dos conterrâneos aqui do Rio Grande do Norte, de 2004/2005, que foi vetada por José Alencar, a mando não sei de quem, de Mercadante, ou de Ideli Salvatti, poderia se minimizar a situação naquele período.

A votação na Câmara foi por unanimidade e no Senado não foi diferente. Mas o que foi que aconteceu? — o companheiro Chico da Capiál está aqui —: “*Cartaxo vem para cá que Lula está aqui fazendo um lançamento do plano de expansão da universidade de Alagoas*”. Nós fomos, e fomos recebidos pelo Presidente Lula, na antessala, ao lado de Renan Calheiros. Ele bateu no ombro do Chico e disse: “*Olha, Capiál, nós não vamos sancionar a lei, porque ela vai socorrer 500 usineiros.*” Uma inverdade. Passaram papa na boca do Presidente Lula, que, diga-se de passagem, ajudou nesse processo, a Lei nº 10.696. Ajudou os pronafianos.

E eu encerro dizendo: a chuva escassa e irregular, Deputado, que cai no Nordeste é para todo mundo. Não é só para pronafianos, não, senhores! É para todo mundo. Por que as medidas que saem daqui não socorrem a nós todos? Que elas cheguem logo! Agora, que seja respaldada, se é que não vem a anistia, Mário, perdão, mas que sejam aplicados redutores, independentemente do tamanho da dívida.

E o Deputado Quintans entregou a sugestão recentemente ao Presidente desta Casa, que é nordestino também. O Deputado Henrique Eduardo Alves recebeu das mãos do Deputado Quintans. A comitiva lá do Rio Grande do Norte — companheira Joana d’Arc estava aqui, o Presidente, uma turma foi lá para Caicó —,



na semana que passou, entregou o documento ao Presidente Henrique Alves. E S.Exa. assumiu o compromisso de trabalhar a possibilidade de reeditar o Projeto de Lei nº 4.514, que o Banco do Nordeste conhece de perto.

Agora, paciência tem limite. Nós estivemos aqui no dia 4 de dezembro, senhores, na porta da Presidência da República. Não fomos recebidos. Muito pelo contrário, se a gente não tivesse topado subir logo depois das 5 horas, a polícia teria batido na gente. Ninguém mostrou isso no *Jornal Nacional*. Mas nós estamos aqui organizados.

Somos agricultores devedores em defesa dos endividados, mas nós temos dignidade. Mas a gente precisa do apoio desta Casa. A decisão é política. Vamos travar a pauta. Agora, nós precisamos de uma resposta ontem, porque nós não aguentamos mais. Enquanto membro do movimento em defesa dos endividados, eu vi agricultor se ajoelhando dentro do curral e dando tiro na cabeça, como aconteceu em Taperoá, há 2 anos.

Não se admite uma coisa desse tipo. É triste um pai de família, um avô, com 68, 72 anos, receber a visita de um Oficial de Justiça, ameaçando-o para tomar a sua terra. Isso não pode continuar. No Nordeste não tem caloteiro, não. Existem homens de bem, trabalhadores, que são vítimas não só da seca, que é um fenômeno secular, mas também, há muito tempo, dessa selvageria chamada indústria da seca.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Passo a palavra ao Presidente da Federação da Bahia, João Martins. Em seguida, ao representante da Confederação Nacional dos Municípios, Prefeito Expedito.

O SR. JOÃO MARTINS DA SILVA JÚNIOR - Sr. Presidente, eu pouco vou acrescentar tecnicamente, mas eu vou dizer uma coisa aos Srs. Parlamentares, principalmente do Nordeste. Nós chegamos ao limite da paciência. Os senhores não tenham a menor dúvida de que nós vamos fazer uma mobilização para dar resposta política. Nós vamos ter resposta política por esse desmando que estão fazendo com o Nordeste. Nós temos capacidade de mobilização. A culpa não é dos agricultores do Nordeste. A culpa é dos superiores.



Eu quero dizer ao senhor, Presidente, que, se nada for feito, os senhores vão ver, pela primeira vez, os produtores se organizarem no Nordeste para dar uma resposta política a quem está nos maltratando. (*Palmas.*)

O representante da SUDENE sabe que na Bahia nós estamos desenvolvendo um programa de convivência com a seca. Mas nada disso vai funcionar se nós não resolvermos o problema do endividamento.

Não adianta chegar aqui com demagogia e dizer que tem planos, que tem projetos aprovados, porque, quando isso chega à fase em que o produtor vai buscar esse recurso, a burocracia se torna quase um paredão intransponível, para que possamos fazer com que esse produtor — eu digo, nós da federação — tenha acesso a esse crédito.

Tudo isso que o Banco do Nordeste falou é pouco. Nós fizemos até uma proposta ao Dr. Ferraro, que é o diretor muito ligado a nós na Bahia, de aumentar a alçada do gerente, para o gerente ter mais flexibilização e fazer com que esse recurso seja disponibilizado mais rapidamente.

Mas a burocracia é tremenda. Na Bahia, na reunião do conselho do SEBRAE, do qual sou Presidente, a SUDENE se propôs também a ajudar nesse processo de recuperação ou de um projeto maior para o Nordeste. Mas nada disso vai acontecer se nós não tivermos resolvido o problema do endividamento.

É ridículo. É falta de compostura do Governo com o produtor nordestino. Tem de haver anistia. (*Palmas.*) Eu estou falando porque nem eu, nem minha família temos cadastro no Banco do Brasil e no Banco do Nordeste. Mas, se não se resolver esse problema de endividamento, o Nordeste vai entrar naquela fase de obscuridade. E, nos próximos 10 anos, os senhores vão ver o maior êxodo, a maior venda, a preço aviltado, de propriedades no Nordeste.

Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço ao Presidente da Federação da Agricultura da Bahia a participação.

Passo a palavra ao representante da Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará e da Confederação Nacional dos Municípios, Prefeito Expedito.

O SR. EXPEDITO JOSÉ DO NASCIMENTO - Inicialmente, eu gostaria de parabenizar todos os componentes da Mesa, principalmente o Deputado Raimundo



Gomes de Matos pela profunda discussão. Eu acho que cada um dos que me antecederam deram a sua contribuição.

Sou Prefeito de um pequeno Município do sertão central do Ceará, que tem 15.820 habitantes.

Eu estava vendo aqui os dados da chuva. Quando falamos das dívidas, quando falamos de tudo, esquecemos um pouco da questão da precipitação pluviométrica.

Em Piquet Carneiro, no mês de janeiro, choveu zero; em fevereiro, choveu 29 milímetros; em março, 19 milímetros; em abril, 93 milímetros; e em maio, 18 milímetros. Então, choveu 159 milímetros naquele Município.

Igual a Piquet Carneiro há muitos Municípios no Estado do Ceará. Em 15 Municípios a sede já está em colapso, não há mais como a bacia do rio atender à população, é carro-pipa. E mais 20 entrarão em colapso até setembro.

Outra questão: estou falando aqui em nome do Nordeste. Nós estamos aqui para apresentar o documento — e eu peço ao Nicolas para fazer entrega dele à Mesa — que deu origem à Carta de Maceió, quando todos os Presidentes da Associação do Nordeste se reuniram e apresentaram essa proposta.

Temos o documento que foi entregue à Presidenta Dilma no momento em que S.Exa. esteve no Ceará e temos também um documento que foi assinado por todos os Secretários de Saúde do Nordeste, que foi encaminhado à Presidenta Dilma, ao Ministro Fernando Bezerra e ao Ministro da Saúde, Sr. Alexandre Padilha. Esse documento diz que 65% das águas que estão sendo distribuídas aos nossos agricultores familiares, aos nossos produtores rurais — mini, pequeno e grande —, são contaminadas e que já foi apresentada uma solução — a aquisição de estação móvel de tratamento de água, que custa entre 85 a 100 mil reais —, mas solução nenhuma foi tomada. Isso já está escrito no SICONV e no Ministério da Integração.

O representante do Ministério da Integração disse que já foram liberados muitos recursos. Para o Ceará, nós temos liberado 13 milhões. Desse dinheiro só chegou ao Estado 3 milhões, e o resto está por conta de uma prestação de contas, segundo a Defesa Civil do Estado do Ceará, encaminhado no dia 25 de fevereiro. Toda a segunda-feira nós questionamos, nós discutimos. Quer dizer, a burocracia tem parado o País. Não dá mais.



Os senhores vejam essa situação que está aí e imaginem como se encontra a situação do Prefeito de um pequeno Município: o povo batendo à sua porta sem você ter condições de dar solução para os problemas; os recursos sendo diminuídos; a retirada dos impostos. Como é que chega dinheiro se no ano anterior, 2011, 2012, 2013, a arrecadação foi muito menor e nós tivemos aumento de tudo?

Então, é uma situação muito difícil. Queremos aproveitar também este momento para sensibilizar os senhores da Mesa e pedir, principalmente ao Congresso e ao Senado, que tomem uma posição. Não dá mais para continuar nesse estado de flagelo em que vivem os Municípios do Brasil, principalmente os do Nordeste.

É preciso que se tome uma posição; é preciso mais unidade no Ceará. Temos um grande respeito pela Federação da Agricultura, que tem dado o seu pontapé, a sua contribuição. E a Associação dos Municípios está irmanada ao companheiro de Pernambuco, Eduardo, que veio também dar sua contribuição durante o encontro de hoje.

Quero agradecer aos senhores a oportunidade e pedir que procurem fazer mais, porque a situação é muito difícil; e não é só difícil com relação ao endividamento, não. Os senhores estão falando do endividamento, eu sei que é uma questão séria, é de urgência, que tem de ser tratada. Mas a questão da água, a questão da sede do povo é muito urgente e emergente.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradecemos ao representante dos Prefeitos, da Confederação Nacional dos Municípios, a participação.

Passo a palavra ao Deputado Estadual da Paraíba Assis Quintans.

O SR. FRANCISCO DE SOUZA IRMÃO - Sr. Presidente, quem está inscrito, por favor, para sabermos se...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Estão inscritos o Dr. Euvaldo Bringel, Nivaldo Brum, Joana d'Arc. Há 4, 5 inscritos.

O SR. FRANCISCO DE SOUZA IRMÃO - É porque foi feita a inscrição inicial de algumas entidades, a exemplo da Cooperativa de Irecê e da Cooperativa de



Alagoas e de Arapiraca, que é o nosso amigo Chico da Capial. Como nós fizemos a inscrição no início, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - O senhor está inscrito.

O SR. FRANCISCO DE SOUZA IRMÃO - Nós estamos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Depois do Deputado, você, Francisco de Souza, é o próximo.

O SR. FRANCISCO DE SOUZA IRMÃO - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Eu quero dizer ao senhor o seguinte: a inscrição foi feita na Mesa e depois foi transferida para esta listagem. Estou seguindo esta listagem. Então, deve ter tido uma inversão da primeira lista com esta daqui.

Portanto, peço desculpas a todos. E vamos ganhar tempo, passando já a palavra ao nosso Deputado Assis Quintans.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Vai falar, com certeza. Peço a compreensão dos nossos convidados também e passo a palavra ao Deputado Estadual, representante do Estado da Paraíba.

O SR. ASSIS QUINTANS - Sr. Presidente, Deputado Raimundo Gomes de Matos, eu quero dizer da minha satisfação de retornar a este ambiente, onde estou tendo o prazer de dialogar com V.Exa. o mesmo tema. Mas aqui, desde 1994, nós convergimos para mostrar ao Governo que a política de crédito rural é extremamente equivocada para o Semiárido nordestino, para a área de abrangência da SUDENE, porque não leva em consideração as secas.

Assim, a Assembleia Legislativa da Paraíba, Mário Borba, ao lado da FAEPA, da FETAG e da Associação dos Mutuários, traz uma proposta por escrito, informando aos Srs. Deputados, aos Srs. Senadores e aos parceiros que este documento foi entregue à Presidenta Dilma no dia 4 de março, em João Pessoa. Na ocasião, tive oportunidade de falar 7 minutos sobre esse assunto.

Depois nos deslocamos até Caicó, Rio Grande do Norte, com amigos da Paraíba, onde tivemos a oportunidade de entregar um documento similar ao Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves. S.Exa. chegou a



parabenizar a Assembleia e os parceiros, dizendo que o ideal, Mário Borba, seria que as outras assembleias também apresentassem um documento similar.

Aproveitei a oportunidade, Sr. Presidente Raimundo Gomes de Matos, para trazer mais algumas informações, por exemplo, de propostas de reformulação do projeto de lei, de saudosa memória, do Nélio Dias, do Rio Grande do Norte, para que seja feita uma análise do que já foi aprovado em todas as Comissões.

Estamos apresentando aqui, Saboya, meu amigo Eivaldo e Guilherme, proposta de anteprojeto de lei elaborado por todas as federações do Nordeste. Também está em tramitação nesta Casa o Projeto de Lei nº 688, do Senador Vital do Rêgo Filho.

Além disso, quero que fique historicamente registrado, pois é um dos maiores conhecedores sobre o Semiárido, Mário Borba, que Manelito Vilar está dando uma contribuição similar para mostrar o que é a convivência em semiaridez.

E, por último, Sr. Presidente, eu solicito aos assessores desta Comissão que abram um espaço para conversar com quatro técnicos preparados. Estes não têm conversa, não; são competentes e sabem o que é uma política de crédito rural para o semiárido. E o nome desses técnicos estão aqui, Sr. Presidente: Guilherme Santos Ferreira da Silva, que está aqui, um baixinho competentíssimo; o Edvaldo Brito; o Nelson Vieira Fraga Filho, assessor do Senado; e o Francisco Chiquinho

Sr. Presidente, aqui está o roteiro para o projeto de lei, para medida provisória, para emenda, para substituição nessa Medida Provisória nº 610.

Muito obrigado. Fiquem com Deus!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradecemos ao representante da Assembleia Legislativa da Paraíba a participação, bem como acolhemos suas sugestões.

Passo a palavra ao Dr. Eivaldo Bringel, representante do Instituto Frutal.

O SR. EUVALDO BRINGEL - Sr. Presidente, boa noite.

Eu quero deixar aqui uma sugestão. Já foi dito muito aqui sobre o que eu queria dizer. Primeiro, quando houve catástrofe no Rio de Janeiro, resolveu-se com o dinheiro do Rio de Janeiro ou com dinheiro do Tesouro? Quando houve catástrofe no Rio Grande do Sul, foi resolvido com dinheiro do Rio Grande do Sul ou com



dinheiro de Tesouro? Por que a catástrofe do Nordeste tem que ser resolvido com o dinheiro do FNE, que já é do Nordeste? Por que o Tesouro não resolve isso?

Nós estamos jogando a culpa da solução no Banco do Nordeste, mas não é por aí. Como diz a Senadora, essa é uma questão política desta Nação que tem que se resolver.

Eu estou vendo nesta Mesa está o Diretor da SUDENE, uma pessoa de grande respeito, um alto técnico; o Jenner, um alto funcionário do Banco do Nordeste, com alto cargo no Ministério da Integração, e o Edilson. São todos os três egressos do Banco do Nordeste. Então, o Banco do Nordeste é um patrimônio e tem uma grande formação de técnicos. Eu escutei aqui falarem em privatização do Banco do Nordeste, mas vou citar aqui um dado já comentado: 68% do aplicado no Semiárido é pelo Banco do Nordeste. Cadê o Banco do Brasil? Cadê o BNDES? Cadê os outros bancos?

A minha proposta é, primeiro, que seja resolvida a questão da seca com o recurso do Tesouro, não com recurso que já é de uma região debilitada, de uma região que não tem sustentação. Há estudo de desigualdade que mostra que de 5 reais que o nordestino coloca no Bradesco, no Santander, etc., só 1 real volta para o Nordeste. Ou seja, o nordestino está colocando 80% dos seus recursos para financiar as outras economias.

É preciso que essas questões estejam claras. Aqui o centro é resolver essas questões com o recurso do Tesouro, e não com recurso do FNE, que nós já brigamos tanto. O Banco do Nordeste tem que ser muito mais valorizado. A necessidade de o BNDES e de o Banco do Brasil serem chamados para aplicar na região.

Há outra questão, Sr. Presidente, este evento é para tratar do problema da seca e do abastecimento de água, e pouco se falou em abastecimento de água. A região está tendo uma grande seca. Há 13 milhões de pessoas que vivem em cidade, cuja emergência já foi reconhecida.

Se, em 2014, houver uma nova seca, nós estamos aqui fazendo uma preleção de uma das piores catástrofes que já se passou pela história do Nordeste.



Nós temos uma obra de infraestrutura hídrica do São Francisco, que é a única que traz água nova para toda essa região, e essa obra sequer está sendo tocada de maneira emergencial diferenciada.

Nós lançamos agora, no Ceará, o movimento Água Já, com todas as federações da indústria, do comércio, do serviço. O assunto água não é só assunto da Federação da Agricultura, que o nosso Presidente dinâmico conduz, mas é um assunto da sociedade como um todo. Entregamos cartas, Sr. Presidente, para a Presidenta Dilma nesse sentido. Eu queria apresentar para o senhor a carta que nós apresentamos, que 1 mês depois foi referendada por todas as federações, pedindo que as obras do São Francisco sejam conduzidas de maneira emergencial

Não se falou aqui também em fortalecer o Nordeste. Ou nós vamos viver só essa seca? Nós vamos ter seca daqui a 8 anos de novo, daqui a 5 anos de novo. Vamos jogar as nossas energias para ampliar a irrigação no Nordeste, na região semiárida.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Nós acolhemos as suas sugestões.

Há três inscritos aqui: Francisco de Souza, do Movimento dos Agricultores Endividados do Nordeste, os integrantes da Cooperativa do Irecê, e vamos ouvir também a voz feminina da Joana d'Arc.

Com a palavra o Francisco de Souza.

O SR. FRANCISCO DE SOUZA IRMÃO - Boa noite a todos.

Quero saudar a Mesa, na pessoa do Senador Benedito de Lira, nordestino e alagoano, e do Presidente da Câmara Henrique Eduardo Alves, que nos ouviram e fizeram com que esta audiência acontecesse com os demais Deputados e Senadores.

Srs. Deputados e Senadores e representantes de classe e agricultores, a nossa luta vem de longe. Iniciamos por Alagoas, como nos demais Estados com a presença do atual Governador de Alagoas, Téo Vilela, Senador Renan Calheiros, Deputados Joaquim Beltrão. Na Paraíba, Mário Borba, Ricardo, Cartaxo. Na Bahia, o nosso amigo Ney, da COOPIRECÊ, e Everardo. Em Alagoas, Leonel, Marcos



David, Maxwell e Luizinho, que não estão aqui por falta de condição, mas lutamos. O nosso amigo Jair, da Paraíba. O Deputado Quintans, que nos apoia.

Srs. Deputados e Srs. Senadores, nós temos dois Presidentes da Câmara e do Senado nordestino que conhecem a fundo a situação do Nordeste, que a gente vai começar a trabalhar e a exigir...

Estivemos com o Senador Renan Calheiros. S.Exa. até disse que queria falar com a representação do Nordeste hoje, às 16 horas, mas não foi possível. Amanhã nós iremos falar com S.Exa. e mostrar o que aconteceu aqui.

Meus senhores e minhas senhoras, no dia 5 de dezembro, fechamos as vias de acesso da Presidência da República por 6 horas, na intenção de a Presidenta Dilma nos atender. Ela não atendeu, mas mandou o Ministro Gilberto Carvalho e mais cinco Ministros nos receberem para dizer que, dentro de 20 a 30 dias, ela daria uma solução para o Nordeste.

Já se passaram 6 meses e os benefícios que chegaram ao Nordeste foram os benefícios dados pelo Presidente Lula, da MP dos Projetos de Lei nºs 12.249 e 11.775, que é da União.

Quero dizer à Presidenta Dilma que até agora ela fez muito pouco para o Nordeste em troca do nosso apoio. Nós apoiamos a Presidenta Dilma e esperávamos que ela chegasse mais perto de nós. Agora estamos vendo nossos agricultores perdendo as terras, se suicidando por conta de um débito de 4, 5 mil reais.

Amanhã, em Alagoas, haverá mais um leilão do Banco do Nordeste. É o Banco do Nordeste o culpado? Não. É o Governo, é a maioria do Congresso que não se sensibiliza com a situação do pequeno produtor rural. (*Palmas.*) Então, nós precisamos que a maioria do Congresso procure a Presidenta e exija para o Nordeste não juros diferenciados, e, sim, capital diferenciado. O Nordeste precisa de uma empresa de assistência técnica, como era a EMATER, que acabaram; precisa, para dar assistência pelo menos ao pequeno produtor, porque qualquer projeto de um banco só sai se tiver o projeto. E o mini, o pequeno produtor e o assentado não têm como fazer esse projeto. As EMATERs dos Estados do Nordeste estão todas falidas. São todas autarquias, não funcionam. O Nordeste precisa de uma empresa



como a EMBRAPA, com direito público e privado, e as EMATERs do Estado como eram também, com direito público e privado, e não autarquia. Não funciona.

Era o que eu tinha a dizer, mais ou menos, sobre o que a gente precisa.

Mas quero dizer, Srs. Deputados, Srs. Senadores, que, em 2004, nós tínhamos 1 milhão e 600 mil produtores no Nordeste, 300 mil no âmbito do Banco do Brasil e 1 milhão e 300 mil no âmbito do Banco do Nordeste, que representavam 14,2 bilhões quando foi feito o levantamento pela CNA e outros órgãos — pelo Deputado Nélio Dias, já falecido. Esse projeto era a redenção do Nordeste naquela época, hoje não é mais. Não adianta mais trazer esse projeto de 2004. Não! Nós queremos o perdão das contas até 100 mil de todos os pequenos produtores do Nordeste assentados e todas as linhas de crédito. (*Palmas.*) É o mínimo que o Governo Federal pode fazer pelo Nordeste. É o mínimo. O Governo Federal diz que as medidas provisórias resolvem o problema do Nordeste. Tapeação. Resolvem o problema de quem? De um pouquinho dos assentados, de um pouquinho dos agricultores familiares, mas a grande maioria está endividada e quebrada.

A maioria dos assentamentos nordestinos não é mais do assentado que recebeu a terra — 50% ou 60% são outros —, e crédito, de jeito nenhum. A Presidenta liberou agora crédito emergencial de até 12 mil reais. Os Governos anteriores deram 15 mil reais para seca, para ração, com 50% de rebate, o que hoje representa 36 mil. O Governo Federal está dando 12 mil agora, com a maior burocracia para esses agricultores. Existe agricultor que fez os projetos do Banco do Nordeste, e não recebeu nada. Pelo contrário, pagou dois mil e tantos reais para registrar o contrato — está lá registrado —, e não saiu nada. Ao invés de ajudarem o agricultor, estão acabando com o resto do agricultor.

Eu digo aos senhores: esses 12 mil não são para ser emprestados, não! Esses 12 mil têm que ser dinheiro de calamidade pública, porque quem recebeu o dinheiro já gastou, está devendo e não tem como pagar. Então, como é que o Governo, para dar 1 bilhão ou 1 bilhão e pouco, não tem dinheiro, mas dá 40 e tantos bilhões de esmola de 70 reais, que hoje é um mal necessário para o Nordeste, porque ninguém arruma mais um trabalhador para trabalhar, ninguém arruma mais uma empregada doméstica?



Então, está na hora de o Governo Federal e o Congresso Nacional se unirem para trazer uma política que venha a desenvolver a Região Nordeste.

Para os senhores terem uma ideia, em 2004, as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste cresceram 26%. A Região Nordeste cresceu apenas 2,6%. E, de 2004 para cá, não cresceu mais, ela só caiu. Não adianta dizer que acabou a fome e a miséria no Nordeste, não! O Governo Federal faz propagandas dizendo: *“No Nordeste não tem mais rico, no Nordeste acabou o miserável”*. Não acabou, não; agora é que há miserável. Nunca se viu tanto bandido, tanto criminoso, tanto “drogueiro”, tanto ladrão no Nordeste como se vê hoje. (*Palmas.*)

E o setor produtivo? Está acabado. Hoje, de 500 mil a 600 mil produtores, Srs. Deputados, Srs. Senadores, estão com as suas terras para ser leiloadas pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste. E não fiquem pensando que é só pequeno, médio e miniprodutor, não! São agricultores familiares, são assentados que estão com as terras para ser leiloadas, porque há 10 ou 15 anos não têm financiamento. Aquele que vendeu foi embora, está na favela. E o que não vendeu está lá passando fome, esperando os movimentos sociais, o MST chegar e dizer: *“Tem uma reunião ali, vamos fazer uma mobilização para receber uma cesta básica”*. Esse não é o tratamento de que o nordestino precisa. O nordestino precisa de respeito.

Nós temos em Alagoas e Sergipe 12 mil hectares de terra irrigados, o maior canal de irrigação, aproximadamente 3 mil pequenos produtores, que têm 3,8 hectares. Todos eles estão para sair — as suas terras serão leiloadas —, para ir para fora da terra, porque estão nas contas securitizadas; não foram para a União e não têm benefício nenhum. Esse é o tratamento.

Como é que se diz que o agricultor familiar está numa boa? Como é que se diz que o agricultor familiar do Nordeste está numa boa? Não está, Srs. Deputados. Então, nós precisamos (*falha na gravação*) o Nordeste.

Houve uma discussão. Estamos discutindo. Se a Presidenta Dilma não resolver o problema dos agricultores do Nordeste, der o perdão e crédito diferenciado para o Nordeste, ela vai se surpreender. Os jogos da Copa das Confederações podem não acontecer, porque o Nordeste está se mobilizando e vai fechar os campos de futebol. (*Palmas.*)



Isso é o que estamos trazendo. Esperamos que a Presidenta — juntamente com o Presidente Renan Calheiros, que é nordestino, o Senador Benedito de Lira, que é da Comissão de Agricultura, e o Presidente da Câmara, juntamente com os Srs. Deputados — comece a mobilizar o Nordeste para não haver um problema mais sério. Já aconteceu fechamento na Presidência e vai acontecer por aí um bocado de coisa. Segunda-feira foi fechado o Banco do Nordeste com cinco caçambas de carcaça de animais mortos.

Está aqui um DVD, que passo à mão de V.Exa., para que possa ver. Nós vamos também mandá-lo à Presidenta. Eu quero entregar isso ao representante da Presidenta, para que veja a indignação do povo do Nordeste. Isso não é bom para ela. Nós queremos continuar com a Presidenta Dilma, mas precisamos que ela tenha mais um pouco de sensibilidade para a questão do pequeno produtor do Nordeste. Perdão já!

Não adianta prorrogar a conta, porque quem mais prorrogou é quem mais deve. Quem tomou até 5 mil reais, até 10 mil reais no Banco do Nordeste foi perdoado no tempo do Presidente Lula, e quem tomou no Banco do Brasil — ele vendeu o escritório de ativos — está com as suas terras para serem leiloadas. Nós precisamos também de que o Banco do Brasil seja acionado e chegue junto para que resolva o problema do endividamento rural de mais de 200 mil produtores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Nós pedimos a compreensão de todos os inscritos. Sejam breves, porque nós temos que encerrar às 19 horas.

Antes, porém, passo a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, eu ouvi agora o orador falando. Nós temos que ter efetivamente essas propostas. Eu não vi as apresentações anteriores, mas quero dizer que em relação às perdas, por exemplo, no caso da soja — planta-se no Piauí, no Maranhão, na Bahia —, da fruticultura, da pecuária de corte, da pecuária leiteira, quer dizer, as principais atividades de todos os Estados do Nordeste, nós precisamos de propostas concretas, como apresentou



o Chico agora. Os números da dívida estão aqui, os números dos devedores estão aqui.

O Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, e o Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara, são nordestinos. Eu acho que, com a força deles, do Senador Benedito de Lira e de tantos outros Parlamentares, da própria Frente Parlamentar da Agricultura, da Confederação Nacional da Agricultura e das Federações aqui, nós teremos condições de produzir esse documento com esses valores, as áreas perdidas e a proposta concreta em cima desse fatiamento das dívidas, nessa questão, porque, senão, vai ficar do mesmo jeito.

Então, quero deixar essa proposta aqui, com esse levantamento. Aqui está a Rose. Já existem muitas informações para, em cima dessas informações, montarmos a proposta. Aqui está o Wilson, do Ministério da Agricultura, e o Luiz, do MDA. Não adianta, sem ter alguma coisa, nesse sentido, concretamente.

Então, eu peço aqui às Federações que, junto com a Confederação, agilizem essas questões, os números, as perdas das principais atividades, para podermos fazer o encaminhamento. Contem conosco que nós vamos ajudar, além, lógico, do Presidente da Casa e do Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Em relação ao que o Deputado Heinze falou, nós estamos já colhendo esse material. As Federações já sentaram com a CNA para fazer a interseção de um documento oficial, até porque o Centro de Altos Estudos desta Casa vai coletar, amanhã, todas essas propostas para encaminhar à Comissão Geral.

Eu só peço brevidade aos que estão inscritos, porque a Ordem do Dia já se iniciou.

Com a palavra o Sr. Everaldo Dourado, da Cooperativa do Irecê.

O SR. EVERALDO DOURADO - Sr. Presidente, Deputado Raimundo, demais Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Federações e de entidades, eu gostaria de acrescentar que a região de Irecê é talvez, na Bahia, a que tem o maior número de produtores rurais inscritos na Dívida Ativa. A CNA apresentou, há poucos instantes, o número de 85 mil produtores inscritos em todo o Nordeste. A região de Irecê, desses 85 mil, tem cerca de 22 mil produtores que aderiram, naquela época, à Lei nº 9.138/95, que é a chamada Lei da Securitização.



É bom fazer aqui um refrescamento de memória: na época eu era Presidente do Sindicato Rural e orientei a grande maioria dos produtores a não aderir àquela lei porque nós já imaginávamos e desconfiávamos que o Banco do Brasil estava a fazer uma manobra. O Deputado Oziel, conhecedor profundo, esteve lá com a sua esposa Jusmari, quando era Deputada Federal, inclusive da Comissão de Agricultura, fazendo diversos debates a respeito desse assunto.

Na época, Sr. Presidente, o Banco do Brasil transformou a dívida do produtor rural em equivalência produto, que, no nosso caso, foi o milho. O produtor rural foi enganado pelo Banco do Brasil porque, quando ele transformou a dívida para se pagar em milho, o banco estava dando a garantia de que o financiamento iria continuar. De 1995 para cá, quem aderiu à securitização não teve sequer o financiamento de um pé de milho durante esses quase 16 anos que a Lei da Securitização está a vigorar.

O que acontece? Depois de não ter o milho para pagar, os produtores tiveram a grata satisfação de o Governo Federal inscrever os seus nomes na Dívida Ativa da União. Nós fizemos um movimento, chamado Grito do Sertão, há cerca de 8 anos e pedimos, de forma veemente, ao então Ministro de Relações Institucionais, hoje Governador da Bahia, Jaques Wagner, que não inscrevesse, juntamente com o Tesouro Nacional, os nomes dos pequenos produtores, os produtores da agricultura familiar.

E, quando se fala em perdão — e Chico colocou muito bem aqui —, no dia 5 do mês de dezembro do ano passado, quando fechamos lá a faixa presidencial, nós fomos recebidos por uma força-tarefa, pelo Ministro Gilberto Carvalho e, representando o MDA, João Luiz. Um dos itens da pauta era a questão do perdão das dívidas ou da anistia, e nós ouvimos em alto e bom som do nosso amigo João Luiz, representante do MDA, que está ali, o seguinte: *“Isso, a chance é zero”*.

Eu fico muito triste porque nós nos deslocamos de Irecê, que está distante 1.200 quilômetros — outros percorreram de 2.500 a 3.000 quilômetros para estar aqui —, e esperávamos aqui fazer um grande debate com a área econômica. Toda vez que a área econômica é convocada, parece-me que há um desprezo com relação ao Congresso Nacional.



A Medida Provisória nº 565 criou uma grande expectativa para todos nós em todos os Estados do Nordeste. Nós auxiliamos aqui o Senador Walter Pinheiro, que é do meu Estado da Bahia. O companheiro Nelson Fraga, assessor do Senador Moka, do Estado de Mato Grosso do Sul, recebeu de nós da região e de outros Estados uma documentação farta de orientação. Infelizmente, no dia da votação da medida provisória, no dia 5 de julho do ano passado, o relatório era uma verdadeira mentira daquilo que foi acordado com a área econômica. Criou-se uma frustração enorme. A região de Irecê e a Bahia hoje não podem ouvir falar no nome do Senador Walter Pinheiro.

Eu gostaria, João Luiz, representante do MDA, de trazer aqui um recado dos produtores rurais da região de Irecê. Eu entreguei durante todo o dia um panfleto de leilões que estão acontecendo na região. Hoje aconteceu na Comarca de João Dourado. As audiências públicas, como a Câmara dos Deputados está fazendo, estão acontecendo também nas Câmaras Municipais. Nós temos lá um modelo de organização de movimentação popular muito grande envolvendo todas as entidades. Estamos tentando fazer com que a região de Irecê também comece a gritar.

Aí o recado que eu trago dos produtores rurais. Eu digo que a maioria são produtores da agricultura familiar. Eu estive pessoalmente na Justiça Federal durante toda a semana. Não pôde me dar por escrito, mas o juiz me garantiu, assim como os oficiais de Justiça: são 3 mil processos em fase de execução na Justiça Federal. Os produtores estão entrando com embargo de execução apenas para protelar, mas já sabem que a decisão no final será indeferida, e essas propriedades irão a leilão.

E, aí, eu gostaria de sugerir uma proposta, já que esses produtores estão condenados e muitas das discussões aqui deixam de fora a questão da Dívida Ativa da União — que, no nosso caso, é mais Banco do Brasil. Esses produtores estão inscritos na Dívida Ativa, com seus nomes sujos no CADIN, no SERASA e no SPC. A proposta que eu gostaria de deixar na mesa, enviada, a partir de uma discussão, por todos eles, é que eles aceitam devolver a propriedade ao banco, desde que a propriedade seja uma forma de liquidação total. Não adianta a propriedade ser leiloada, e o débito continuar inscrito na Dívida Ativa, para, daqui a 50 anos ou 100 anos, os nomes das futuras gerações deles estarem lá sujos, porque é o que vai



acontecer. Então, esses produtores, na sua grande maioria, eu lhes afirmo aqui, preferem perder suas propriedades, desde que saia daqui uma proposta concreta no sentido de que, dando a propriedade como garantia, o nome deles seja liquidado.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar. Sei muito bem que a região de Irecê é uma grande exportadora, hoje, de mão de obra para seu Município. Eu diria que hoje 30% da população de Luís Eduardo Magalhães é da região de Irecê. E, aí, Prefeito, há um dado aqui interessante: América Dourada, Sr. Deputado, tem hoje, no seu censo escolar — eu sou assessor especial daquele Município —, 460 alunos a menos com relação ao ano passado, porque as pessoas estão abandonando o campo, indo morar em Luís Eduardo, em Monte Carmelo, na região do café, em Minas Gerais, e assim em todos os Estados do Brasil.

Aqui fica o meu protesto para que os senhores insiram nos Anais desta Casa essa nossa proposta da região de Irecê. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Oziel Oliveira) - Muito bem. Quero reforçar as palavras do Everaldo. Essa declaração dele aqui é verdadeira, até porque, no nosso Município de Luís Eduardo, grande parte dos moradores advém de lá. Eu, quando fui Prefeito, fiz homenagem à sua cidade, João Dourado. Há lá uma rua que se chama João Dourado, em homenagem ao povo de João Dourado que migrou para lá. Com certeza absoluta, esses 400 alunos a menos estão nas nossas escolas, porque eles migram e vão para lá para trabalhar e, também, para estudar e ter novas oportunidades.

Como ainda há sete inscritos e já começou a Ordem do Dia, eu vou passar agora a palavra aos inscritos, dando 3 minutos a cada um, rigorosamente, para que todos possam falar.

A palavra agora está com a Joana d'Arc. Até que enfim uma mulher vai falar nesta Comissão.

A SRA. JOANA D'ARC - Boa noite a todos. É a primeira vez que eu venho a esta Casa, e gostaria de registrar um protesto, ao vê-la esvaziada na hora em que nós, produtores rurais, representantes de entidades, estamos aqui falando sobre as nossas causas, tão justas, para salvar vidas, para salvar uma região, que é a Região Nordeste, porque, se não for feito nada, a nossa região vai ao caos. Já estamos vivendo uma catástrofe na nossa região.



Vou ser bem breve, porque há muitos a falar.

Com relação ao Banco do Nordeste, ele, realmente, cobra indevidamente as dívidas. Uma dívida contraída de 14 mil reais é hoje de 60 mil reais, quando você paga em dia, está pagando todo ano. Então, está se vendo aí que há alguma coisa errada. Eu acho que esse banco precisa ser investigado, senhores.

Com relação à linha de crédito emergencial, ela não tem nada de emergencial, porque a essa linha de crédito dura em torno de 6 meses para que o produtor rural tenha acesso, e quando tem. A burocracia é imensa, gente. Eu passei por isso, recentemente. Foram 6 meses. Eu não tenho o meu nome no CADIN, no SERASA, nada disso. Tudo o que pediram... Os projetos voltam imediatamente, voltam por uma vírgula, por um ponto. Então, a situação é essa, do Banco do Nordeste.

E não dão atenção a esses heróis. Esses homens ficam lá sofrendo, passando por verdadeiras humilhações, eu pude constatar lá no banco. Comigo aconteceu isso. Eu vou atrás das pessoas com quem devo falar. Falei com a superintendência. E aquele homem que está ali, sofrido, vendo o seu gado morrer, e nada é feito? Então, o Banco do Nordeste não dá a atenção que o homem do campo precisa.

Os órgãos como a EMATER, como já foi dito aqui, estão sucateados. Não há sequer papel para imprimir um projeto — isso no meu Estado, Rio Grande do Norte. Posso dizer isso, porque eu liguei para o técnico, e ele disse: *“Joana d’Arc, eu não tenho papel para imprimir o projeto”*. Eu disse: *“Vou mandar uma resma de papel para vocês”*. E mandei.

Como eu já disse, o banco devolve de três a quatro vezes esses projetos, e fica em uma burocracia, e perde, chega a perder... Eu recebi ligações, na semana passada, de um produtor que deixou de fazer esse projeto emergencial, todo pronto, porque o banco o perdeu. Ele perde, Sr. Representante do Banco do Nordeste, os recibos que entregamos. Eu entreguei lá, e ele disse que não tinha recebido. Eu disse: *“Como é que eu entreguei na sua mão, e não foi recebido?”*

Com relação a ações de convivência com o fenômeno da seca, os recursos também não chegam ao nosso Estado. Eu vou falar do meu Estado, o Rio Grande do Norte. Em relação à Medida Provisória nº 610, que já está com mais de 1 mês,



não há nada de concreto com relação ao milho. Ontem mesmo eu liguei para a CONAB, e a CONAB de lá está desabastecida. Como é que esse milho vem, pelo amor de Deus? De navio? Eu acho que ele não está vindo de navio. Ele está vindo no casco de uma tartaruga.

As secas, sabemos que são seculares, elas sempre vão acontecer. Precisamos de medidas de convivência permanentes. Não é só uma vez, quando a seca chega e o gado morre, não! Isso tem que ser permanente. Depois eu vou passar ao Dr. Nivaldo, que está inscrito; nós elaboramos medidas — junto com o que vocês já têm, os técnicos já fizeram isso — do estatuto de convivência com o fenômeno da seca, de forma permanente. Que isso seja bem claro: de forma permanente.

A prorrogação das dívidas, como já foi dito aqui, não resolve o problema. Os juros cobrados inviabilizam, principalmente com o advento da seca.

Srs. Deputados e Senadores, é preciso aprovar... Há um projeto muito bom, que resolve uma situação, inclusive já está no Senado. É, como já foi dito aqui, o 688, do Senador Vital do Rêgo, muito bom, que trata dos 35 mil. Então, queremos uma coisa que atinja um bom número, para que esse homem saia desse sofrimento e consiga produzir no Semiárido. Como já foi dito aqui, o Semiárido, em outros países, funciona muito bem, com menos chuvas do que nós temos aqui.

Então, os produtores rurais do Nordeste — para finalizar — precisam ser vistos diferenciados. Não adianta mais reuniões. Queremos medidas, medidas concretas, que viabilizem a permanência do homem no campo, para que possamos viver, e não viver um colapso na agricultura do Nordeste.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Oziel Oliveira) - Muito bem. Vou registrar aqui o seu protesto, até porque, com esse nome tão forte, Joana d'Arc, temos que receber aqui o protesto de uma mulher, trabalhadora, que sabe do sofrimento do sertanejo.

Passo agora a palavra a Nivaldo Brum, da Associação dos Criadores do Rio Grande do Norte.

O SR. NIVALDO BRUM - Boa noite a todos! Boa noite, Presidente! Fico muito entristecido que, em 2013, ainda estejamos falando sobre crédito real, quando os



países desenvolvidos já deixaram isso para trás. Nos países desenvolvidos se conversa sobre política de subsídios, não mais de créditos rurais. Então, nessa política de crédito rural, já deveria ter sido, realmente, sanada essa situação.

Eu escutei atentamente a voz de todos os Deputados e Senadores, e me chamou a atenção a de três Deputados: Betinho Rosado, Humberto Souto e João Leão.

A responsabilidade dessa questão da seca me parece que é mais do Poder Legislativo do que propriamente do Poder Executivo, porque o que está faltando aqui é um marco regulatório da convivência com a seca. Vem seca, entra seca, que é uma questão cíclica, e se tratam as coisas via medida provisória, que é um remendo legislativo. A medida provisória é um remendo legislativo. Eu proponho aos Srs. Deputados do Nordeste, que compõem a segunda maior bancada do Brasil, apenas atrás da dos “sudestinos”, que façam um projeto de lei complementar, um projeto de lei complementar nacional, envolvendo a União, os Estados e os Municípios, tratando de todas as políticas públicas do Semiárido e das secas, não somente para essa seca de agora, mas para todas as secas que virão.

Então, o que está faltando, Deputado Oziel, é um marco regulatório da convivência com a seca. É fundamental que haja uma PEC. O Deputado João Leão parece-me que tem uma PEC criando o Fundo da Seca. Então, é preciso que haja uma proposta de emenda à Constituição criando esses fundos de seca e, ao mesmo tempo, estabelecendo que, por lei complementar, se definam todas as políticas públicas referentes ao Semiárido. E estariam incluídas nessas políticas públicas a política de crédito rural, a política de subsídios rurais, a política de modificações tributárias, a questão das licitações públicas, que devem ser adaptadas para a questão da calamidade pública, porque a seca é um fenômeno natural, cíclico, recorrente, mas é diferente das demais calamidades. Não se compara com enchente, furacão ou qualquer outro. É um fenômeno continuado, de efeitos perversos. E esse conceito de calamidade pública poderia estar previsto em lei complementar. Seria uma lei complementar de âmbito nacional, com o envolvimento dos Municípios, Estados e União, para tratar das questões licitatórias, para facilitar aos gestores públicos nessas calamidades, para criar os fundos de combate à seca, para tratar dessas políticas de créditos, e tudo mais.



A nossa associação também propõe aos Srs. Deputados outra coisa. Da forma como há o Programa Luz para Todos, poderia haver o Programa Água para Todos. Essa proposta poderia ser levada em conta para sanar a situação.

Sr. Edilson, representante do banco, diga ao seu chefe, que o Banco do Nordeste deve ter uma ética social na questão das execuções. Num ano de seca e de calamidade como este, que haja pelo menos sensibilidade política do banco, como instituição social e pública de alta responsabilidade, e que ele pare de executar o povo, porque isso é altamente degradante, é ruim para a imagem de vocês, é ruim para o Nordeste. Isso é inaceitável.

Em relação ao perdão das dívidas, Deputado Oziel Oliveira, no regime da ditadura militar, um regime sem nenhuma legitimidade, havia o perdão das dívidas. O Brasil era um País pobre, vivia sob a ditadura militar. Hoje o Brasil é a sexta economia do mundo, com um orçamento considerável; vivemos numa democracia plena, com governos eleitos com milhões de votos. Se os governos da ditadura perdoavam débitos, por que os governos da democracia assim não o fazem?

Em relação a essas taxas diferenciadas dos empréstimos velhos e dos empréstimos novos, eu diria ao Conselho Monetário Nacional uma coisa muito simples: essa medida provisória que saiu recentemente estabelecendo juros para empréstimos velhos a determinadas taxas e juros para empréstimos novos com taxas diferentes é inconstitucional.

Então, Deputado, eu pediria que leve à Presidência do seu partido, o PDT, que ingresse com uma ADIN no Supremo Tribunal Federal, arguindo a inconstitucionalidade dessa medida provisória, por ferir dois princípios básicos constitucionais: o princípio da razoabilidade e o princípio da igualdade. Essa medida que traz distinções é iníqua, é inconstitucional e, digo, é inaceitável.

Portanto, é com essas palavras que eu trago a V.Exas. essas ponderações. Acrescento ainda ao Banco do Nordeste que, quanto à questão do fundo do desenvolvimento nacional, está na hora de haver uma capilaridade bancária. Que todo o sistema financeiro brasileiro possa operar com os recursos do fundo nacional do Nordeste, porque são recursos públicos. Aí haverá competitividade. Que não somente o Banco do Nordeste, mas, em pé de igualdade, os demais bancos possam oferecer seus serviços, e possam oferecer seus serviços de boa qualidade.



Agradeço à Comissão a oportunidade. Quero cumprimentar a Mesa pela brilhante iniciativa desta audiência pública. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Oziel Oliveira) - Muito bem. Quero agradecer ao Sr. Nivaldo a participação.

Passo a palavra ao Sr. Cirilo Vidal, do Sindicato Rural de Quixeramobim. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Sr. Jair Pereira Guimarães, Presidente da Associação dos Mutuários de Crédito Rural do Estado da Paraíba.

O SR. JAIR PEREIRA GUIMARÃES - Eu me inscrevi para falar, estou esperando desde o início e, infelizmente, estou falando em fim de festa. Mas não tem problema.

Todos falaram sobre a nossa questão, mas o culpado de todas essas dívidas chama-se Banco do Nordeste. Eu desafio o Banco do Nordeste porque nenhum contrato dele é legal, todos os contratos do Banco do Nordeste são ilegais. Para os senhores terem uma ideia, os juros do Banco do Nordeste são diários. Esse banco engana governo, engana a Câmara Federal, engana o Senado. Ele não cumpre lei nenhuma.

Até a Medida Provisória nº 610, que foi muito mal elaborada, cheia de pegadinha, infelizmente, dispõe em seu art. 5º sobre a suspensão das dívidas. Mas que dívida o Banco do Nordeste está suspendendo? Nenhuma, o que se vê são leilões e mais leilões.

Agora, Deputados, os senhores têm que tomar providências porque o próprio TCU diz que o Banco do Nordeste não tem transparência. Quem fez empréstimo acima de 200 mil reais no banco... Esse banco perdoou sabem quanto? Foram perdoados 7 bilhões e 600 milhões de reais, mas só de gente grande. O próprio TCU se admira e diz que é de saltar aos olhos. Teve um cliente que fez um, dois, três, vinte empréstimos e foi perdoado. Agora o pobre do pequeno agricultor lá do Nordeste tem sua dívida executada, é humilhado. Muitos agricultores já morreram em consequência das ações do Banco do Nordeste.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. JAIR PEREIRA GUIMARÃES - Bom, se o senhor quiser que eu pare, eu paro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Oziel Oliveira) - Não! Continue.

O SR. JAIR PEREIRA GUIMARÃES - Se eu fosse falar do Banco do Nordeste, eu iria demorar umas 10 horas.

Vou apenas dizer o seguinte: por que eu estou com esta caveira aqui? Porque ela representa o símbolo do Nordeste. Eu paguei minha conta cinco vezes, Deputado — cinco vezes —, e fui roubado pelo Banco do Nordeste. Digo isso porque tenho prova. E é costume do Banco do Nordeste humilhar o agricultor e mentir para toda a Nação. Ele agora está mentindo lá no Nordeste, chamando todos os agricultores dizendo que vai dar 80% de abatimento. Como ele vai dar esse abatimento? O abatimento ele vai dar aos pronafianos. Onde está o PROCON que não vê essas ilegalidades do Banco do Nordeste?

Então, Deputado, já que o meu tempo foi curto, amanhã vou dormir aqui na Câmara para ver se consigo ser um dos primeiros a falar, para dizer o que é o Banco do Nordeste. (*Palmas.*) O Banco do Nordeste é uma fábrica de juros, é mentiroso e é desonesto. Eu digo e provo!

Muito obrigado a vocês. Infelizmente, não posso dizer mais o que é o Banco do Nordeste pelas monstruosidades que está cometendo lá no Nordeste. Para os senhores aqui, está tudo bem, principalmente para os representantes do Governo Federal. Aqui está chovendo, está fazendo frio, mas eles não sabem que eu vivo lá, convivo com aquela gente, com aquele povo sofrido, há viúvas, porque o Banco do Nordeste está sendo o causador da morte de agricultor, está humilhando o agricultor, às 10 horas da noite eles telefonam para a casa do agricultor para cobrar.

Agora, Deputado, lembre-se de que todos os contratos do Banco do Nordeste são ilegais. Existe aqui, no Senado, o Projeto de Lei nº 688, do Senador Vital do Rêgo, que não precisa de mais emendas, mas apenas concatenar mais alguma coisa. Esse projeto é que deveria ser aprovado hoje. E amanhã, Deputados, os senhores peçam de imediato que a Presidente Dilma, ou o próprio Presidente do Banco do Nordeste, emita uma portaria suspendendo todas as execuções. A Presidente Dilma nomeou o Presidente do Banco do Nordeste. Sabem o que ele fez lá? Aumentou o salário dele para 60 mil reais e o dos diretores para 50 mil reais. Essa foi a única coisa que ele fez lá. Esse é o Banco do Nordeste que diz que é honesto. Não existe honestidade em banco desonesto; existe ilegalidade.



O que está faltando para o Banco do Nordeste não é CPI — porque CPI só termina em *pizza* —, mas, sim, uma fiscalização, pelo menos do Banco Central, que nada faz também, só sabe fiscalizar e fechar bancos particulares. Assim é que deveria ser.

Muito obrigado! E eu vou esperar para ver se amanhã eu falo alguma coisa sobre o Banco do Nordeste. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Oziel Oliveira) - Pronto, amanhã você complementa, mas foi muito bom.

Eu quero também reforçar que há um entendimento, principalmente da Frente Parlamentar da Agricultura e da Comissão de Agricultura, com relação a suspender essas ações. Essa é uma demanda nossa, e nós não abrimos mão dela; temos que acabar com esse negócio dessas ações. Não há condições de a propriedade de um agricultor, na região de Irecê, com 15 hectares, com sua casa, com seu curral, com seus animais, ser leiloadada por 11 mil reais. Está no edital de hoje. Isso não pode acontecer. Eu peço aos representantes do Banco do Nordeste que acabemos definitivamente com essa situação.

Passo a palavra ao Sr. Cirilo Vidal, por 3 minutos.

O SR. CIRILO VIDAL PESSOA - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar a Comissão de Agricultura por esta importante reunião e fazer um protesto com relação aos nossos representantes.

Eu sou de Quixeramobim, no Estado do Ceará, e hoje vi que só estiveram nesta reunião o Senador Inácio Arruda, o Senador José Pimentel, o Deputado Danilo Forte e o Deputado Raimundo Gomes de Matos. Esses três primeiros só fizeram passar por este plenário, e o assunto aqui é muito importante não só para o Ceará, mas também para o Nordeste. A situação por que passa o Nordeste é difícil, ela começou na década de 90, porque os produtores, com a transição do real, quando havia juros altíssimos no Brasil, acreditaram na economia e fizeram financiamentos. Daí surgiu a questão da securitização e do PESA, medidas do Governo que não resolveram e que continuam realmente prejudicando o produtor, que está sem produzir.

Eu gostaria de citar o exemplo da minha Quixeramobim. Nós temos dois rios perenizados, mas não se utiliza 5% da área irrigável, porque o produtor não tem



capital e não tem condição de investir. E esses produtores não têm condição de fazer financiamento, porque estão no CADIN, no SERASA, no SPC, devido a essas dívidas que eles fizeram no passado. E isso precisa ser resolvido. Para vocês terem uma ideia, o PIB de Quixeramobim na agropecuária era de quase 28%, em 1994, e hoje não chega a 8%. Isso não é só em Quixeramobim, é em todo o Nordeste. O PIB da agropecuária nordestina está caindo a cada dia que passa exatamente pelo endividamento, prejudicando os Estados ainda mais devido às secas.

Então, é uma questão que os Srs. Deputados têm que colocar na cabeça, têm que ter a consciência de resolver o problema. Se for apresentada uma emenda à Medida Provisória nº 610, e ela for vetada, derrubem o veto, como fizeram com a questão do petróleo.

A região precisa melhorar sua situação, o produtor precisa recomeçar, porque na minha terra mais de 600 produtores estão sendo executados no momento. São produtores que estão vendo toda uma vida ser dissipada por um débito que não foi culpa deles, e, sim, culpa da política econômica do Governo. Em 1994, eu vendia leite a 26 centavos e óleo *diesel* a 19 centavos. Hoje, o óleo *diesel* custa mais de 2 reais e 40 centavos e o leite, com toda essa seca, chegou a 95 centavos. Então, não é culpa do produtor, a culpa é da política econômica do Governo, e quem tem que resolver é o Governo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Oziel Oliveira) - Passo a palavra agora para o Sr. Rubens Fernandes, por 3 minutos.

O SR. RUBENS FERNANDES DA COSTA - Quero saudar a Presidência, o Presidente da Federação, Mário Borba, os companheiros e as senhoras que estão aqui.

Quero dizer que a nossa função aqui é mostrar ao País a dificuldade por que passa hoje o Nordeste. E me veio ao pensamento que a seca é um fenômeno natural e, em sendo um fenômeno natural, é de responsabilidade do Governo Federal. Para isso, ele terá que implantar políticas públicas para que as pessoas que sofrem com a seca possam ter sua situação amenizada.

Mas eu queria só abrir um parêntese nessa questão: na Europa e na Ásia existem fenômenos naturais em razão do frio, o gelo. E lá os governos proporcionam



políticas públicas para que o produtor se fixe no campo e não deixe morrer seus animais nem suas culturas, diferente do que ocorre no Brasil, uma vez que o governo daqueles países se faz presente naquela atividade. Aqui é o contrário, o Governo se afasta. E isso tem colocado o nosso País, em especial o Nordeste, em situação desastrosa. Vemos culturas perdidas, animais morrendo por falta de políticas públicas que venham efetivamente a minimizar o sofrimento do produtor rural.

Nós temos que pensar no Nordeste que temos e no Nordeste que queremos. Mário Borba disse muito bem: nós somos uma região diferenciada; e, por ser diferenciada, ela tem que ser tratada de forma diferenciada. Eu queria acrescentar aqui, como proposta para políticas públicas, que o Nordeste precisa de três coisas — simplesmente três coisas: primeira, manual de crédito rural diferenciado; segunda, fundo de convivência com a seca; terceira, perdão das dívidas. (*Palmas.*)

A Presidente Dilma foi a causadora de mau exemplo neste País porque perdoou dívida de Bolívia, perdoou dívida de Honduras, de Angola, de África e não perdoa aos seus irmãos nordestinos, que estão aí na miséria! (*Palmas.*) Ela diz na televisão que tirou 18 milhões de miseráveis; entraram 20! Entraram 20, porque nós estamos empobrecidos, uma vez que a arma do produtor rural, quando não é a cultura, é o boi. E se paga conta de banco é com boi ou com bode.

Então, nós precisamos rever isso aí. E esperamos que esta Casa dê o exemplo devido de fazer com que as políticas públicas cheguem efetivamente às nossas mãos. Partimos daqui com a certeza de que os Srs. Deputados vão dizer à Dilma, vão dizer ao Mantega que o perdão tem que existir para que o povo do Nordeste viva melhor.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Oziel Oliveira) - Já começou a votação no plenário, e ainda há dois oradores inscritos. Eu gostaria de dar oportunidade a todos, mas já recebi o recado de que preciso ir ao plenário.

Eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Guilherme, que deverá ser breve para que possamos concluir.

O SR. GUILHERME SANTOS FERREIRA SILVA - Serei breve.



Eu fiz um relatório das emendas à Medida Provisória nº 610. Examinei todas as emendas — inclusive a do senhor, Deputado —, que são as que realmente mais nos interessam. Agora, tendo examinado essas emendas, eu gostaria de tentar adequar este clamor aqui de perdão, porque a gente sabe que muitos produtores já pagaram alguma coisa — já pagaram alguma coisa do saldo devedor. Eu penso que o foco aqui nesta legislação, em relação a dar rebate de 65%, àquele negócio todo, deveria ser o seguinte: se a pessoa já pagou os 35%, a dívida está perdoada, não tem mais que pagar nada. Ou seja, quem não pagou até 35%, quem não pagou até o percentual que está naquela emenda só precisa complementar. Isto é, não precisa pagar de novo o percentual se ele já vem pagando.

Então, a minha ideia era no sentido de que as dívidas fossem remetidas, conforme os percentuais de pagamento que as pessoas já tenham efetuado, até para dar, digamos, um tratamento mais justo. Ou seja, como uma pessoa que nunca pagou nada e outras pessoas que sempre vêm pagando vão ter o mesmo rebate, digo, o mesmo desconto? Ou seja, você liquida com o mesmo rebate? Isso é até injusto. Eu acho mais interessante que haja uma mudança de foco, de modo que haja perdão, conforme o percentual do pagamento que o produtor tenha feito.

Outra coisa para a qual eu quero alertar, até em protesto ao que o senhor disse aqui, logo no início, sobre as execuções do Banco do Nordeste: o que a gente tem acompanhado é que, em várias regiões, os produtores estão-se reunindo para que ninguém tome a propriedade dos outros. “Ó, ninguém vá, ninguém vá a esse leilão!” Mas o que está acontecendo, na verdade, é que o Banco do Nordeste, na segunda praça, está enviando um funcionário seu para arrematar a propriedade, muitas vezes pela metade do preço!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Oziel Oliveira) - Isso é grave.

O SR. GUILHERME SANTOS FERREIRA SILVA - É! E o juiz ainda aceita uma arrematação pela metade do preço. Ou seja, o saldo devedor está altíssimo, a propriedade foi avaliada por certo valor, e o Banco vai lá arrematar pela metade do preço? Isso fere o princípio da dignidade humana! Fere o princípio da dignidade humana! Isso é insuportável! Esse é um protesto que a gente faz aqui.

Outra coisa que acontece é a questão da suspensão dessas dívidas. O que a gente está percebendo na prática é que essa suspensão não está acontecendo. Em



Currais Novos, recentemente, um juiz mandou reunir todo mundo — o Banco do Nordeste e vários produtores: “Ó, vocês têm até o próximo mês para resolver, senão vou botar tudinho para leilão”. Isso foi o que o juiz disse na frente de uma plateia de vinte produtores. Aquelas pessoas — coitadas! — ficaram desesperadas lá. Foi uma total insensibilidade desse juiz. Não sei como isso passou na cabeça dele. Então, é urgente — é urgente! — que a gente faça alguma coisa de modo que essa suspensão seja mais eficaz.

Eram essas as questões que eu queria colocar.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Oziel Oliveira) - Muito bem. De suspensão nós vamos tratar amanhã, com certeza absoluta.

Quero passar a palavra para o último orador inscrito, o Sr. Carlos, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas.

O SR. LEONEL ALVES - Eu mandei o meu nome também. Eu precisava também fazer a minha reivindicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Oziel Oliveira) - Vou verificar com a assessoria, porque eu recebi a lista aqui.

O SR. LEONEL ALVES - Leonel. Foi o primeiro nome que eu dei. Eu precisava fazer também minha reivindicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Oziel Oliveira) - Por favor, pessoal da assessoria, eu não estou vendo o nome dele.

O SR. LEONEL ALVES - Nós somos as vítimas e devemos falar também da situação por que nós passamos, Deputado. Desculpe-me, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Oziel Oliveira) - Eu vou verificar.

Eu vou passar a palavra agora para o Sr. Carlos, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas. Está presente?

O SR. CARLOS ANTÔNIO DE MORAES E LIMA - Estou. Em razão do adiantado da hora, eu vou pedir permissão para não cumprimentar a Mesa.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, meus senhores e minhas senhoras, eu sou de Porto Calvo do sindicato. Estou representando aqui o Dr. Álvaro Arthur, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Alagoas.



A minha região é produtora de cana-de-açúcar. Como o Banco do Nordeste e a SUDENE são diabéticos, ninguém falou em cana-de-açúcar aqui. E ainda é a redenção do Nordeste, por incrível que pareça. O sertão ainda tem algum animal vivo porque a cana-de-açúcar, mesmo com o bagaço não valendo nada, alimentou esses animais até agora e ainda está mandando capim, mato. O que há dentro da cana estão mandando para lá. O preço já está bem caro, mas estão mandando. E essa cultura está para se acabar.

Para os senhores terem ideia, desde 1986 — talvez antes, porque eu não me lembro bem —, quando o Dr. Luiz Belluzzo estava no Ministério da Fazenda, nós já andávamos aqui em Brasília em busca do melhor preço para a cana-de-açúcar. E nunca foi dado o preço. Com o advento da inflação, na época do Presidente Sarney, quando se tomava vinte e pagava ninguém sabe quanto — essa que é a verdade —, ficamos impossibilitados de tomar financiamento e de trabalhar com cana-de-açúcar. Muitos produtores rurais arrendaram a fazenda; outros pararam mesmo, de vez; outros até abandonaram a atividade. Com essa seca, a situação piorou mais ainda. Essa seca afetou dramaticamente a situação do agricultor de cana-de-açúcar também do Nordeste, principalmente da região de Alagoas, da Zona da Mata alagoana, que é onde se planta cana.

O Banco do Brasil, uns anos atrás, pegou essa dívida com que nós já vínhamos — e a preocupação era muito grande — e botou para dívida ativa. Botou para dívida ativa. E essa dívida ativa, agora, de qualquer maneira, a União quer receber, leiloando também nossas propriedades. Está aqui o Dr. Guilherme, que é um dos advogados que defendem os produtores rurais também lá de Alagoas.

E eu vim também a esta audiência pública para mostrar aos senhores que a cana-de-açúcar é um sustentáculo grande no Nordeste. Não é uma coisa qualquer, é um sustentáculo grande.

Não vou defender o usineiro, mas quero mostrar aos senhores que já onze usinas — onze usinas de açúcar! — pararam de funcionar em Alagoas. Onze usinas de açúcar! Se fosse uma, era incompetência; sendo onze, isso já passa a ser um problema que não é de incompetência dos proprietários.

A Dilma está dizendo que vai povoar novamente o Nordeste com pecuária, com isto, com aquilo e com aquilo outro. Então, há uma pergunta que eu queria



muito que ela estivesse aqui para eu fazer. Não adianta mais, Presidente! Não vai adiantar mais nada! Por quê? Porque os agricultores não têm mais terra; as terras foram tomadas. Elas foram colocadas — eu não tenho nada contra os sem-terra — para a reforma agrária para se tornarem, se não tomarem uma posição contra esse tipo de atividade, definitivamente improdutivas. É isso que estão querendo fazer neste País. Do Nordeste, nós somos os maiores produtores de cana e, conseqüentemente, somos quem mais exporta. E essa exportação rende para o País, rende para a sociedade, rende para nós.

O Dr. Álvaro Arthur pediu que eu viesse representá-lo, porque ele teve um problema, não sei qual, talvez de família, para dar esse recadinho aos Srs. Deputados e Srs. Senadores, que ainda estão aqui — eu não conheço quase ninguém: lembrem-se também de que a cana-de-açúcar é ainda o maior sustentáculo do Nordeste deste País. E é um dos maiores do Brasil, contando com o Sul do País.

Então, boa noite, muito obrigado por essa oportunidade. E vamos trabalhar para que... Não adianta pedir: *“Faça isso, faça aquilo, faça aquilo outro”*. Ou se dá o perdão, que é difícil, ou não vamos ter condições. Como é que o homem que está devendo vai tomar mais dinheiro emprestado? É débito sobre débito. Vai virar o quê? Uma bola de neve gigantesca, o que já está, e não vai haver mais recurso para ninguém.

Muito obrigado. Boa noite! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradecemos a sua participação.

Passo a palavra ao Leonel Alves, representante de Alagoas, o nosso último inscrito.

O SR. LEONEL ALVES - Srs. Deputados, senhoras e senhores que estão aqui presentes, eu queria ter feito o meu apelo quando estavam aqui todos os Senadores, todos os Deputados e todo o povo nordestino presente. Um apelo desses, uma palestra dessas não vale mais a pena porque já foi embora todo mundo. Mesmo assim, eu vou falar sobre a minha pessoa e as minhas condições com o Banco do Nordeste.



Em 1996, 1997, eu tomei um empréstimo no Banco. Na época e ainda hoje, nós não sabemos das normas nem das leis que o Banco tem. Eu tirei um empréstimo de 65 mil. Eu pensei que fosse uma linha de crédito só, mas, depois, eu tomei conhecimento de que eram várias linhas de crédito, FAT e FNE. Depois, o Banco me emprestou 15 mil reais para comprar ração; eu paguei a ração. Depois, o Banco me mandou comprar títulos do Tesouro Nacional, do FNE, foram 19 mil. Eu comprei para pagar em 20 anos e vou pagar mais de 50 mil desses 19 mil. Ficaram 46 mil... Aqueles 46 mil agora são 400 mil. Um funcionário do Banco do Nordeste, em Santana do Ipanema, convidou-me para ir lá: a dívida de 46 mil está em 472 mil.

Eu quero dizer aos senhores: eu comprei os títulos do Tesouro Nacional, eu paguei a ração, porque sou filho de um homem que foi acostumado a comprar e pagar, tomar emprestado e pagar. Eu fiz das tripas coração para chegar a esse ponto. De lá para cá, eu não tive mais condições.

Eu tinha uma semente de gado no início. O Banco me emprestou mais um dinheiro para eu comprar 25 vacas. Eu comprei 25 vacas e comprei mais 25 novilhas, porque o Banco se paga com gado. E o que aconteceu? Veio a seca e, de 200 reses que eu tinha — eu estava tirando 800 litros de leite —, eu fiquei com 2 vacas. Era vendendo a gorda para dar de comer à magra. E acabou todo o rebanho.

Então, eu pergunto aos senhores, pergunto ao Banco do Nordeste: como nós pagamos o Banco se não temos mais condições, porque não temos mais um animal no cercado e nós só temos as nossas propriedades? Assim mesmo, o TCU está querendo executar as nossas propriedades para nós irmos morar debaixo das pontes com os nossos filhos.

Eu quero dizer aos senhores: a vaca de leite é a nossa segunda mãe, a minha, a dos meus filhos e de todo brasileiro, porque todos nós nos criamos com o leite. (*Palmas.*) Nós nos criamos com o leite, cidadãos.

Então, hoje nós não temos mais... Mesmo assim, em 1997, eu fiz minhas economias, passando fome, consegui mais um rebanhozinho e ainda tenho lá umas sementes. Certo, meus senhores?

Todas as economias que fiz, de 1997 para cá, já se acabaram. Acabou tudo, e eu não tenho mais nada. Esta semana cheguei no meu curral e saí chorando, quando vi o me rebanhozinho... Quando eu cheguei no curral, elas se levantaram e



olharam para mim, eu vi nos olhos delas as lágrimas escorrendo e, dentro de mim, eu senti que me diziam: “*Pelo amor de Deus, não nos deixe morrer de fome nem de sede*”. (*Palmas.*) Isso dói.

Estou comprando ração por 100 reais todos os dias para dar a elas. Comprei bagaço de cana, o bagaço de cana acabou; comecei a comprar o capim, o capim acabou; hoje eu não tenho economia nenhuma para dar a elas e, se Deus não orar por nós e se os políticos, principalmente os da bancada do Nordeste, não tiverem sensibilidade e não olharem para o nordestino, nós vamos nos acabar todos. Semana passada, um primo meu morreu enforcado, porque ele chegou dentro do curral só tinham 3 vaquinhas de resto. O que foi que ele fez? No meio das 3 vaquinhas, tinha um galho de algaroba, ele botou ali a dor e se enforcou. Um senhor com 84 anos morreu enforcado por conta da dívida; e o Banco do Nordeste, o juiz, a Justiça, pressionando para tomar as propriedades. Isso é uma calamidade! Isso é uma vergonha para os nossos políticos! Desculpem minhas expressões, mas isso é uma vergonha para o nosso País, minha gente! Desculpem-me dizer isso. (*Palmas.*)

E, outra coisa, não se resolve medida tal, nem medida tal para se negociar, porque nós não temos condições de pagar nenhuma prestação, porque todos os nossos rebanhos se acabaram e nós só temos as nossas propriedades. Não adianta negociar, porque não tem condição. Nós não pagamos. Essa é a verdade! É perdão e acabou-se! (*Palmas.*) É perdão e acabou-se! Não adianta o senhor olhar e balançar a cara, porque não existe, porque não tem condições, não adianta negociarmos, porque nós vamos negociar e vai continuar o mesmo caos, porque não temos como pagar. Nós estamos fazendo mais um compromisso fantástico, sem ter condições de pagar o Banco. Não adianta: é perdão e acabou-se! O Governo tem dinheiro para tudo quanto é coisa, e o Nordeste, que deve uma migalha para o País, que é um pingão d'água no oceano, não ser perdoado... Nós vamos lutar até o fim. Se os nordestinos tiverem coragem, como meia dúzia tem, nós vamos resolver. Se os políticos não resolverem, nós vamos resolver, porque nós temos condições de resolver, com fé em Deus. (*Palmas.*)

Muito obrigado. Desculpem a minha indignação, Deputados, e levem essa mensagem aos demais ausentes, aos que não estão aqui, e digam a eles que, no Nordeste, a situação é essa. Muito obrigado! E me desculpem aí. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Nós que agradecemos.

Concluindo esta reunião, nós queremos agradecer ao representante do Presidente do Banco do Nordeste, o Sr. Edilson, ao representante do Ministério da Integração, o Sr. Jenner, ao representante do Ministro da Agricultura, o Sr. Wilson Vaz, ao representante da SUDENE, o Sr. Henrique, ao representante do Ministro Pepe Vargas, o Sr. João Luiz, e ao representante da Federação. E convido todos a participarem amanhã da Comissão Geral.

Vou encerrar esta reunião, convocando os Srs. Parlamentares para a audiência pública a realizar-se, amanhã, às 10 horas, no plenário da Comissão de Agricultura, com a presença da Senadora Gleisi Hoffmann, Ministra-Chefe da Casa Civil, como também os convido para a Comissão Geral, no Plenário Ulysses Guimarães, quando daremos sequência a esses debates.

Muito obrigado e boa noite a todos.